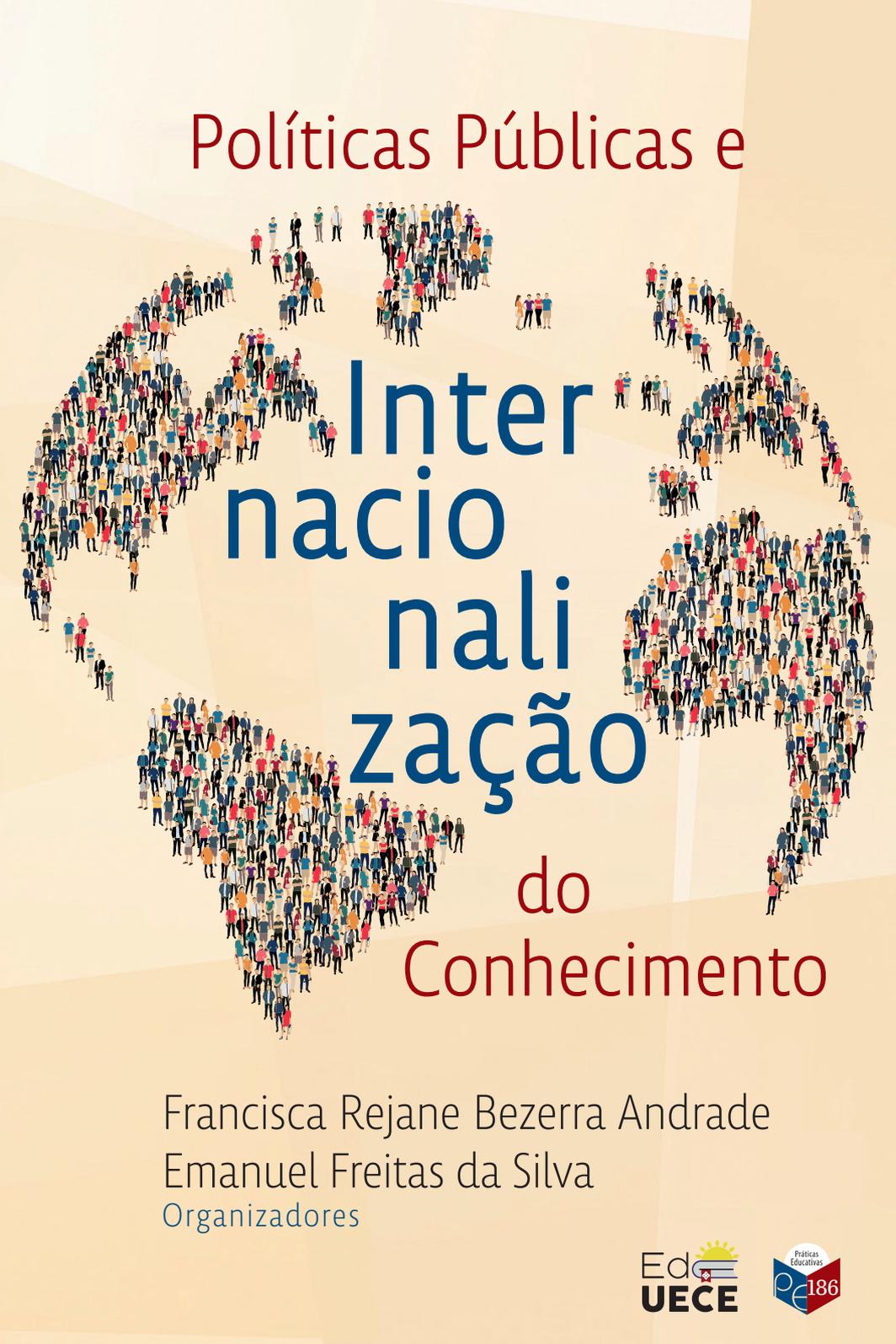


Políticas Públicas e



# Inter nacio nali zação

do  
Conhecimento

Francisca Rejane Bezerra Andrade  
Emanuel Freitas da Silva  
Organizadores

## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

### Editores

Lia Machado Fiuzza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

## CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

### Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil  
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil  
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil  
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil  
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil  
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil  
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

### Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal  
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América  
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal  
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América  
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha  
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América  
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México  
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França  
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile  
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**REITOR** - Hidelbrando dos Santos Soares

**VICE-REITOR** - Dárcio Ítalo Alves Teixeira

### EDITORA DA UECE

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** - Cleudene de Oliveira Aragão

### CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira • Ana Cristina de Moraes • André Lima Sousa • Antonio Rodrigues Ferreira Junior  
Daniele Alves Ferreira • Erasmo Miessa Ruiz • Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos  
Germana Costa Paixão • Heraldo Simões Ferreira • Jamili Silva Fialho • Lia Pinheiro Barbosa  
Maria do Socorro Pinheiro • Paula Bittencourt Vago • Paula Fabricia Brandao Aguiar Mesquita  
Sandra Maria Gadelha de Carvalho • Sarah Maria Forte Diogo • Vicente Thiago Freire Brazil

Francisca Rejane Bezerra Andrade  
Emanuel Freitas da Silva  
Organizadores

# Políticas Públicas e Internacionalização do Conhecimento

Ed   
**UECE**  
1ª EDIÇÃO  
FORTALEZA | CE  
2024

## POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

© 2024 Copyright by Francisca Rejane Bezerra Andrade  
e Emanuel Freitas da Silva (Orgs.)

O conteúdo deste livro bem como os dados usados e sua fidedignidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

### TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará  
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893  
Internet: [www.uece.br/eduece](http://www.uece.br/eduece) – E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br)



Coordenação Editorial  
*Cleudene de Oliveira Aragão*

Projeto Gráfico e Capa  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*  
[carlosalberto.adantas@gmail.com](mailto:carlosalberto.adantas@gmail.com)

Revisão Vernacular e Normalização  
*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
[felipearagaofc@hotmail.com](mailto:felipearagaofc@hotmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

A554p Andrade, Francisca Rejane Bezerra

Políticas públicas e internacionalização do conhecimento/  
Francisca Rejane Bezerra Andrade; Emanuel Freitas da Silva  
(org.). – Fortaleza: EdUECE, 2024.

253p. il. [livro eletrônico]

ISBN: 978-85-7826-957-9

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9>

1. Políticas públicas. 2. Conhecimento científico. 3. Internacionalização. 4. Andrade, Francisca Rejane Bezerra. 5. Silva, Emanuel Freitas da. I. Título

# SOBRE OS ORGANIZADORES

## **Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade**



Pós-Doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt Am Main e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Líder do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) da UECE. Coordenadora do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (Jeptra) do Centro de Estudos Sociais da UECE.

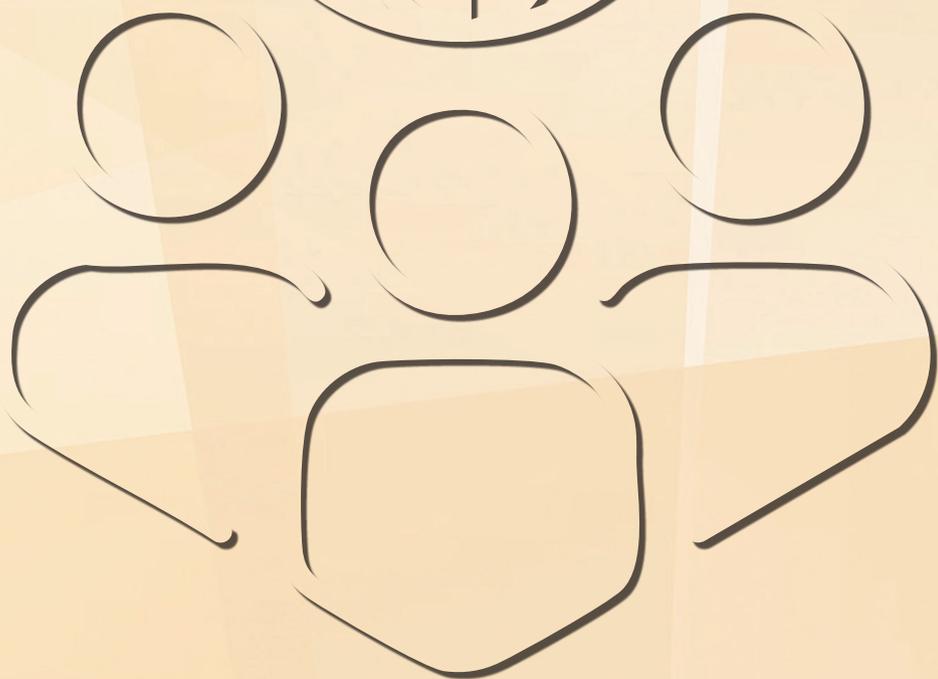
E-mail: [rejane.bezerra@uece.br](mailto:rejane.bezerra@uece.br)

## **Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva**



Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BPI/Funcap). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde se dedica ao ensino de Teoria Política no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi).

E-mail: [emanuel.freitas@uece.br](mailto:emanuel.freitas@uece.br)



# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO ■ 9**

Francisca Rejane Bezerra Andrade

## **INTRODUÇÃO ■ 13**

Marinina Gruska Benevides

Emanuel Freitas da Silva

## **1 A FORMAÇÃO DA AGENDA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E NA ESPANHA: O ESTADO DA ARTE NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA (2017-2021) ■ 25**

Ângela Elizabeth Ferreira de Assis

Francisca Rejane Bezerra Andrade

Rafael Arredondo Quijada

## **2 O CIBERESPAÇO ENQUANTO AMBIENTE PROPÍCIO AOS DIÁLOGOS EPISTEMOLÓGICOS: REIVINDICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA COLONIAL ■ 52**

Alexandre Antonio Bruno da Silva

Stéfani Clara da Silva Bezerra

Augustin Go

## **3 NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE PESQUISAS EM PRISÕES BRASILEIRAS E ARGENTINAS ■ 72**

Francisco Elionardo de Melo Nascimento

Nahuel Blázquez

Natacha Borgeaud-Garciandía

**4 EDUCAÇÃO DE PESSOAS RECLUSAS NO CONTEXTO PRISIONAL DE PORTUGAL E O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO ■ 98**

Aline Siebra Fonteles Lopes

Carlos Francisco de Sousa Reis

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo

**5 CLASSE, PODER E DIREITOS LABORAIS ■ 120**

Marinina Gruska Benevides

William James Mello

**6 PENSANDO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE DIRETORES NO BRASIL: ORIGEM E PRESSUPOSTOS ■ 168**

Iasmin da Costa Marinho

José Manuel Améstica Abarca

**7 MÚSICA COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA NA NORUEGA (1964-1985): UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA ■ 194**

Fabio Ferrarini

Fabio Gentile

## APRESENTAÇÃO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/apr>

### **FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE**

Pós-Doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt Am Main e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Líder do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) da UECE. Coordenadora do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (Jeptra) do Centro de Estudos Sociais da UECE.

E-mail: [rejane.bezerra@uece.br](mailto:rejane.bezerra@uece.br)

Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão (Celso Furtado, 1984).



livro *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento* resulta de um trabalho coletivo dos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará voltado para o desenvolvimento de ações que contribuam para a ampliação do diálogo com pesquisadores estrangeiros e projetem a internacionalização do Programa.

A produção deste livro possibilita que pesquisadores com perfis diversos propaguem conhecimentos que podem subsidiar reflexões sobre as políticas públicas em contextos nacional e internacional, dada a multiplicidade de temas e questões abordados no decurso da obra.

O esforço conjunto dos autores, que também se converteu em sinergias e articulações, tornou possível a feitura deste livro. À vista disso, temos a alegria de compartilhar as reflexões empreendidas em torno das políti-

cas públicas por pesquisadores residentes no Brasil, Espanha, Itália, Estados Unidos, Chile, Argentina e Portugal e convidar os leitores para apreciarem os capítulos aqui contemplados.

*Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade*

Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas  
Públicas (PPGPP)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
Fortaleza, dezembro de 2024.



## INTRODUÇÃO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/int>

### **MARININA GRUSKA BENEVIDES**

Professora associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP).

### **EMANUEL FREITAS DA SILVA**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BPI/Funcap). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde se dedica ao ensino de Teoria Política no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi).

E-mail: [emanuel.freitas@uece.br](mailto:emanuel.freitas@uece.br)

## Fronteiras sem limites



processo de intercâmbio e adaptação de ideias oriundas de experiências entre diferentes contextos nacionais tem marcado, sobremaneira, a tentativa de superar os desafios enfrentados por governos e instituições na identificação de problemas que demandam atuação governamental; na tomada de decisões que envolvem o Legislativo e o Executivo; e em formulação, implementação de práticas e avaliação de resultados de eficiência, eficácia e impacto de políticas públicas.

Trata-se de um fenômeno que ocorre em um contexto no qual o aprendizado transnacional é condição para o enfrentamento de questões que ultrapassam fronteiras, tais como: desigualdades sociais; injustiças socioambientais; mudanças climáticas; concentração de renda e desemprego crescentes; exacerbação de problemas de saúde pública e educação; e conflitos entre diferentes Estados-Nação.

A adoção de políticas, programas ou práticas implementados em outros países, adaptados às realidades locais, e as redes de conhecimento que articulam academias, universidades, organizações governamentais, não governamentais e internacionais têm sido facilitadas pelas plataformas digitais, publicações e conferências.

Decerto, a adaptação contextual, a dependência de modelos dominantes e a assimetria de poder entre os chamados Norte Global e Sul Global estão entre os aspectos dificultadores da internacionalização de conhecimentos, tanto no campo das políticas públicas quanto em diversas áreas de produção do saber. De um lado, verifica-se que uma política bem-sucedida em um determinado país pode não funcionar em outro, tendo em vista diferenças culturais, sociais, políticas ou econômicas. De outro lado, modelos forjados em economias centrais podem ser exportados sem que esses atendam às necessidades locais de economias periféricas, ao mesmo tempo que essas últimas, usualmente, não têm capacidade igual de participar ou influenciar os processos de internacionalização. Por onde quer que se olhe, é necessária uma análise cuidadosa, pois nem sempre é fácil equilibrar a inspiração externa com as particularidades locais.

A internacionalização de conhecimentos em políticas públicas demanda escolha de áreas de interesse que sejam relevantes tanto local quanto globalmente; avaliação de desafios locais que podem se conectar com tendências globais e de práticas internacionais passíveis de adaptação; criação de parcerias estratégicas, formando alianças entre universidades, centros de pesquisa e “think tank”. Essas últimas são organizações que têm desempenhado um relevante papel de advocacia para as políticas públicas, além de se dedicarem à pesquisa, análise e proposição de soluções para problemas sociais.

Fazem parte também do processo estruturado de internacionalização de conhecimentos: a participação em fóruns e consórcios internacionais que discutem políticas públicas; o incentivo à mobilidade de pesquisa-

dores, formuladores de políticas e técnicos para outros países; a organização de eventos internacionais para compartilhar experiências e debater práticas inovadoras; o investimento em educação continuada com enfoque internacional para capacitar profissionais em práticas globais; a transferência de políticas bem-sucedidas em outros países que podem ser adaptadas a diferentes contextos; a customização de soluções, segundo as especificidades culturais, sociais e econômicas de países; a participação em organismos internacionais e fóruns multilaterais de políticas públicas, que favorece contribuições para a formulação de normas e padrões globais; o estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação de iniciativas de internacionalização; o envolvimento de diferentes setores da sociedade, como governos locais, organizações não governamentais, empresas e comunidades acadêmicas, para ampliar o alcance e legitimidade de ações; a garantia de inclusão e representatividade de atores locais; o respeito às normas locais; e, dentre muitas outras coisas, a produção e divulgação de conhecimentos, por meio de artigos, livros e relatórios em revistas e editoras globais.

Produzir trabalhos acadêmicos ou técnicos com autores estrangeiros é uma estratégia importante para a internacionalização do conhecimento, de modo a favorecer o fortalecimento de redes de pesquisa, aumentar a visibilidade internacional do que é produzido localmente e promover a difusão de perspectivas teórico-metodológicas, saberes e práticas em matéria de políticas públicas. Exige, todavia, atentar para vários aspectos que envolvem um processo colaborativo, dentre os quais é possível destacar: a eficácia da comunicação e das plataformas de

comunicação; o alinhamento de objetivos; a divisão de responsabilidades; e a sensibilidade ética. Esta última incluiu tanto o respeito às diferenças culturais e sociais como a democracia cognitiva, entendida como a valorização da pluralidade das formas de conhecimento e superação de uma visão hierarquizada e reducionista do saber.

As barreiras linguísticas devem ser minimizadas pela utilização de um idioma comum para o grupo, pois nem sempre todos possuem a fluência suficiente para que a comunicação seja clara, o que não impede a utilização das ferramentas de tradução automática. Comunicações eficientes têm sido estabelecidas mediante canais como *e-mails* e reuniões virtuais ou emprego de ferramentas de armazenamento e compartilhamento de arquivos em nuvem, que permitem que os usuários salvem, organizem e acessem documentos, imagens, vídeos e outros tipos de arquivos de qualquer lugar, desde que conectados à internet.

O alinhamento de objetivos requer clareza de propósitos, o que começa pela definição do objetivo de um dado trabalho e o estabelecimento de acordos sobre temas, metodologia, cronograma e resultados esperados. A garantia de temas relevantes e a integração entre diferentes perspectivas e experiências locais são questões relevantes para que a conexão entre contextos se efetive, até porque o reconhecimento e a valorização de diferenças culturais e acadêmicas, evidentemente, podem enriquecer o trabalho produzido.

A divisão de responsabilidades implica clareza de papéis, de modo que as tarefas sejam distribuídas com base nas habilidades e no conhecimento de cada autor e

evitada a concentração desproporcional de trabalho em poucos autores. Não raras vezes, observa-se a contribuição pouco significativa de alguns autores e a sobrecarga de outros, quer se fale de revisão de literatura, análise de dados ou redação de seções específicas na produção de trabalhos acadêmicos que têm o fito de promover a internacionalização do conhecimento.

Em síntese, a internacionalização do conhecimento em políticas públicas descortina fronteiras sem limite para a promoção do intercâmbio de ideias eficazes e sustentáveis, contribuindo decisivamente para o avanço das políticas públicas em escala global, embora exija um equilíbrio entre o aprendizado com as experiências externas e a adaptação de soluções ao contexto local.

A presente obra, intitulada *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento*, que ora temos o prazer de introduzir, constituiu parte do esforço de compartilhar conhecimentos numa parceria de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) com autores de universidades estrangeiras.

O texto “Classe, poder e direitos laborais”, elaborado pelos professores Marinina Gruska Benevides (UECE) e William James Mello (Indiana University), condensa reflexões teóricas sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda e sobre o pluralismo de poder no contexto das relações de trabalho com análise documental para descrever a experiência dos trabalhadores e organizações que os representam, nos contextos brasileiro e norte-americano. Os autores chamam a atenção dos leitores para as semelhanças dos processos de desregulamentação e flexibilização de direitos individuais e cole-

tivos de trabalho, em que pesem às diferenças culturais, sociais e econômicas entre os dois países, considerando a simetria entre as tensões que envolvem organizações de trabalhadores, interesses do capital e do Estado. Enfatizam a necessidade de uma compreensão sistêmica das restrições de classe, para que sejam vislumbradas alternativas de enfrentamento da redução da capacidade das organizações que representam os trabalhadores no sentido de reivindicar direitos e influenciar políticas públicas.

O capítulo “Música como instrumento da diplomacia cultural brasileira na Noruega (1964-1985): uma perspectiva sócio-histórica”, de autoria dos professores Fabio Ferrarini e Fabio Gentile, além de contribuir para uma compreensão mais ampla das histórias de músicos brasileiros que viveram na Europa no período de ditadura militar, enfatiza o potencial que tem a música de influenciar comportamentos humanos e favorecer a coerção política. A consolidação de estereótipos específicos da cultura brasileira (Carnaval, liberdade sexual, alegria de viver e de socializar), em meio à dificuldade de europeus (dentre os quais estão os noruegueses) de compreender o sofrimento dos brasileiros expresso no apelo a valores universais de músicos forçados ao exílio, contribuiu para sustentar a capacidade do regime militar de enfatizar aspectos sedutores da cultura brasileira e, simultaneamente, esconder os crimes perpetrados contra o povo. Todavia, a ditadura, eficaz na repressão à oposição interna, não pôde reprimir, no exterior, a resistência cultural e política de artistas que “se reinventaram como embaixadores da paz”, muito menos foi capaz de impedir a colaboração e o fortalecimento de laços de amizade que uniram artis-

tas brasileiros e europeus de modo a favorecer a união de culturas diversas e o florescimento da música brasileira, em tempos extremamente sombrios.

A análise presente em “O ciberespaço enquanto ambiente propício aos diálogos epistemológicos: reivindicação da epistemologia colonial”, de autoria de Alexandre Antonio Bruno da Silva, Stéfani Clara da Silva Bezerra e Augustin Go, ressalta a relevância de compreender o ciberespaço como um lugar possível para promover a pluralidade de vozes, divulgar epistemologias do sul e abrigar as demandas das populações marginalizadas, em face do eurocentrismo epistemológico, da hegemonia cultural globalizada. As reflexões apresentadas pelos autores, baseadas em pesquisa bibliográfica, têm o fito de apresentar argumentos para a compreensão do potencial da internet para a promoção do debate democrático e plural.

O capítulo “Educação de pessoas reclusas no contexto prisional de Portugal e o discurso do sujeito coletivo”, de autoria da doutoranda Aline Siebra Fonteles Lopes (Universidade de Coimbra) em parceria com os professores Carlos Francisco de Sousa Reis (Instituto Politécnico da Guarda – Portugal) e Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo (UECE), traz como tema as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas reclusas. Trata-se de uma produção que é parte da experiência de coorientação, do diálogo estabelecido entre professores do Brasil e de Portugal e a estudante brasileira, à luz de revisão sistemática de literatura. O texto tanto descreve os benefícios das ações educativas para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade em Portugal quanto aponta o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como alternativa

metodológica para a pesquisa da temática em diferentes contextos prisionais.

O escrito “Notas teórico-metodológicas sobre pesquisas em prisões brasileiras e argentinas”, de autoria de Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Nahuel Blázquez e Natacha Borgeaud-Garciandia, descreve as estratégias empregadas pelos pesquisadores para o ingresso e realização de pesquisa no contexto prisional, bem como aspectos facilitadores e dificultadores da inserção de pesquisadores no campo da pesquisa e de acesso aos encarcerados, seus familiares e profissionais de segurança. Ao resgatarem o pensamento teórico de autores contemporâneos acerca das instituições prisionais, caracterizam as prisões brasileiras e argentinas e apontam a necessidade de ampliar reflexões sobre as especificidades da pesquisa nas referidas instituições.

O texto “Pensando as políticas de formação de diretores no Brasil: origens e pressupostos”, de autoria de Iasmin da Costa Marinho e José Manuel América Abraca, descreve como as políticas de formação de administradores escolares no Brasil têm se processado ao longo do tempo como meio de melhorar a qualidade de processos de gestão e resultados educacionais. Nos últimos anos, a formação a distância passou a ser estimulada e permitiu alcançar um maior número de gestores, o que demonstra a relevância do processo de valorização e capacitação deles. A predominância de processos de educação a distância para a formação de administradores escolares, todavia, tem motivado inúmeros debates acerca da eficácia dessa modalidade de capacitação quando comparada à presencial.

O capítulo “A formação da agenda de proteção social no Brasil e na Espanha: a formação do estado da

arte na área da Ciência Política”, de autoria de Ângela Elizabeth Ferreira de Arrais, Francisca Rejane Bezerra Andrade e Rafael Quijada, descreve o que se produziu sobre o tema “proteção social” pelos autores de língua portuguesa e espanhola, cujos trabalhos acadêmicos foram veiculados, nos últimos anos, na internet em portais como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Ao descreverem o estado da arte do referido tema, entendem que ele tem recebido pouca atenção no campo de estudos das Ciências Políticas, pelo que se pode observar no diminuto número de produções acadêmicas disponibilizadas nos referidos portais. Concluem os autores que é necessário ampliar o debate sobre o tema, haja vista a importância que ele possui para a garantia de direitos sociais.

Como é possível observar, a obra que ora apresentamos representa uma contribuição significativa para o debate sobre a internacionalização do conhecimento em Ciências Políticas, ao reunir reflexões e análises de pesquisadores de diferentes universidades, no Brasil e no exterior.

A variedade de abordagens e experiências compartilhadas, incluindo as vivências proporcionadas aos professores e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE, evidencia o potencial transformador da colaboração acadêmica internacional para enriquecer teorias, práticas e metodologias na área.

Ao explorar o diálogo entre diferentes contextos culturais e institucionais, a obra reforça a importância de integrar saberes globais e locais, destacando como a internacionalização do conhecimento amplia horizontes

de pesquisa, aproxima pesquisadores e fortalece a compreensão crítica e interdisciplinar das políticas públicas.

Trata-se, portanto, de uma leitura salutar para pesquisadores, estudantes e profissionais que buscam compreender questões sociais que ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais e se colocam como parte privilegiada das dinâmicas contemporâneas de produção e circulação do conhecimento acadêmico.



# 1 A FORMAÇÃO DA AGENDA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E NA ESPANHA: O ESTADO DA ARTE NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA (2017-2021)

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap1>

## **ÂNGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS**

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com período sanduíche na Universidade de Málaga (UMA), e mestra em Sociologia pela UECE. Pesquisadora bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

E-mail: [angelaefassis@gmail.com](mailto:angelaefassis@gmail.com)

## **FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE**

Pós-Doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt Am Main e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Líder do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) da UECE. Coordenadora do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (Jeptra) do Centro de Estudos Sociais da UECE.

E-mail: [rejane.bezerra@uece.br](mailto:rejane.bezerra@uece.br)

## **RAFAEL ARREDONDO QUIJADA**

Doutor em Intervenção Social e Comunitária. Trabalhador social. Docente nos cursos de Trabalho Social e Criminologia da Universidade de Málaga (UMA).

## Introdução

Desde as suas protoformas, a proteção social tem sido objeto de inúmeros debates e investigações em diversas áreas do conhecimento, sob perspectivas e abordagens distintas, sendo tratada até como um assunto que talvez estivesse “saturado” atualmente. Mas, afinal, seria possível saturar um objeto de investigação que se transforma constantemente de acordo com as condições sociais, econômicas e políticas disponíveis?

Segundo um relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), o contexto pandêmico expôs desigualdades profundas e lacunas significativas na cobertura, na abrangência e na adequação da proteção social em todos os países. Esse novo cenário fez com que as discussões sobre a proteção social pública e demais garantias por parte do Estado recebessem uma atenção especial, sobretudo pelo aumento das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Brasil, instigando o debate na esfera pública e no meio acadêmico. No entanto, as discussões sobre o que o Estado deve ou não fazer frente às demandas sociais não surgiram com a pandemia, na verdade, são tão antigas quanto a própria existência do Estado Moderno.

Entende-se, portanto, que a proteção social se configura como uma fonte inesgotável de debates e elaborações. Dado o contexto de pandemia que, supostamente, impulsionou as discussões sobre proteção social e ampliou o debate sobre as garantias estatais, cabe questionar de que forma a proteção social tem sido abordada (se é que tem sido abordada) dentro da área de concentração da Ciência Política brasileira e espanhola e o que as produções recentes têm a dizer a respeito, com o intuito de identificar o acúmulo do conhecimento sobre o tema.

Para tanto, optou-se pela realização do estado da arte, ou estado do conhecimento, um tipo de levantamento bibliográfico que tem como objetivo “[...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento” (Ferreira, 2002, p. 258), valendo-se de fontes de consulta como resumos ou catálogos disponíveis para constituir uma análise descritiva da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar. Neste caso, privilegia-se a formação da agenda de proteção social como objeto de pesquisa no campo da Ciência Política. A seguir, detalham-se o delinear da pesquisa bibliográfica, seus desdobramentos e resultados encontrados.

### **A formação da agenda de proteção social na área da Ciência Política: produção e análise de dados**

Para identificar e analisar a recorrência com que o tema da formação da agenda de proteção social é tratado na área de concentração da Ciência Política, a pesquisa bibliográfica foi realizada com base em Ferreira (2002, p. 258), que caracteriza o estado da arte como:

[...] uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

De início, algumas questões foram elaboradas para nortear a busca, sendo elas: a) Quais abordagens e perspectivas teórico-metodológicas são adotadas nas análises sobre a formação da agenda de proteção social? b) O que as investigações científicas dizem sobre as modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais? E c) Quais aspectos e atores sociais ou segmentos estão presentes na identificação do problema e formação da agenda de proteção social?

Para responder a tais questões, foram estabelecidos três blocos temáticos, que correspondem a três descritores principais ou palavras-chave, como se observa no Quadro 1.

### Quadro 1 – Descritores principais

Português	Espanhol
Formação da agenda	<i>Formación de la agenda</i>
<i>Laborização</i> e monetização	<i>Inversión social y monetización</i>
Proteção social	<i>Protección social</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Como é possível verificar no quadro acima, tais descritores estão em português, na coluna esquerda, mas possuem correspondentes em espanhol, na coluna direita, isso porque, considerando que um dos lócus da in-

investigação é a Espanha, o levantamento bibliográfico foi realizado em ambas as línguas (portuguesa e espanhola). Desse modo, os dados bibliográficos foram quantificados e buscou-se identificar tendências, ênfases e perspectivas teórico-metodológicas adotadas nas pesquisas. Considerando que existem diferentes abordagens e técnicas para a construção do estado da arte, a atual seção apresenta os aspectos metodológicos utilizados para a produção e análise desses dados.

De acordo com o Quadro 2, cada um dos descritores principais se desdobra em outros quatro ou cinco descritores auxiliares ou complementares, que, tanto em português como em espanhol, estão relacionados ao objeto de pesquisa e serviram como complemento para a busca, tais como: políticas sociais, problema público e precarização do trabalho. Ademais, utilizaram-se os operadores booleanos (*AND*, *OR* e *NOT*), ferramentas para combinar os termos de pesquisa e facilitar o processo de busca e seleção das informações desejadas.

### Quadro 2 – Descritores e operadores booleanos

Descritores em português	Descritores em espanhol
formação da agenda	<i>formación de la agenda</i>
<i>AND</i> proteção social	<i>AND protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>OR</i> problema público	<i>OR problema público</i>
<i>laborização OR monetização</i>	<i>inversión social OR monetización</i>
<i>AND</i> proteção social	<i>AND protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>AND</i> problema público	<i>AND problema público</i>
<i>OR</i> precarização do trabalho	<i>OR precariedad del trabajo</i>
<i>OR</i> proteção social	<i>OR protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>AND</i> problema público	<i>AND problema público</i>
<i>AND</i> precarização do trabalho	<i>AND precariedad del trabajo</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Diante do exposto, foi necessário ainda estabelecer critérios, como características-chave, para filtrar as publicações a serem analisadas. Nessa perspectiva, sublinharam-se os seguintes aspectos para o levantamento bibliográfico: artigos publicados em periódicos na área de concentração da Ciência Política, nos anos de 2017 a 2021, disponíveis na íntegra e gratuitamente nas bases de dados destacadas, em língua portuguesa e espanhola; estudos que investigam a formação da agenda de proteção social; publicações que abordam as modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais e que relacionam tais modalidades à precarização do trabalho ou à etapa de formação da agenda; e, por fim, estudos que tratam dos aspectos e atores que interferem na etapa de formação da agenda de proteção social.

Dando prosseguimento, como base de dados, foram utilizados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a plataforma digital da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além dos critérios de inclusão mencionados, as bases de dados possuem mecanismos próprios para filtrar e refinar a busca. Dentre eles, utilizaram-se os seguintes filtros:

### Quadro 3 – Filtros utilizados nas bases de dados para levantamento bibliográfico

Bases de dados	Índices e filtros
Capes	Localização do descritor Tipo de documento: artigos em periódicos Assunto: Ciência Política + políticas públicas Idioma: português, espanhol Data de publicação: últimos 5 anos (2017-2021) Demais critérios de inclusão

SciELO	Título: localização do descritor Resumo: localização do descritor Idioma: português, espanhol Tipo de documento: artigos em periódicos Áreas temáticas: Ciência Política + políticas públicas Data de publicação: últimos 5 anos (2017-2021) Demais critérios de inclusão
--------	---

Fonte: Elaboração própria, com base nos filtros disponíveis nas plataformas Capes e SciELO (2024).

Com os descritores, critérios e filtros apresentados, verificou-se cada uma das plataformas separadamente e selecionaram-se as publicações que atenderam aos parâmetros estabelecidos. Para a organização deste material, utilizou-se o Excel, tanto para a sistematização simples das informações quanto para a criação de gráficos e tabelas. Para uma análise mais acurada, adotou-se o MAXQDA, para codificar, catalogar e interpretar os dados. Assim, os descritores foram utilizados como códigos para categorizar as publicações e analisar aspectos qualitativos. No tópico a seguir, discutem-se os resultados encontrados.

## **Os estudos sobre formação da agenda de proteção social: uma análise descritiva**

Através dos aspectos metodológicos apresentados anteriormente, selecionaram-se 130 artigos, sendo 75 em português e 55 em espanhol, publicados nos anos de 2017 a 2021, por meio dos descritores principais e auxiliares, que foram posteriormente agrupados e catalogados por blocos temáticos.

Os estudos estão distribuídos entre “Formação da agenda” (11 estudos), “Laborização e monetização” (seis

estudos) e “Proteção social” (51 estudos), como blocos temáticos que agrupam tanto as publicações em português quanto em espanhol. Com essa visão geral, identificou-se uma concentração maior de trabalhos sobre proteção social, principalmente no que se refere às políticas sociais (16 estudos). No que diz respeito à formação da agenda e às modalidades de proteção social destacadas, a quantidade de estudos é bem menor, mas também com destaque para aqueles que discutem as políticas sociais.

Retomando os resultados do levantamento, é necessário compreender como esses estudos estão distribuídos. Para isso, a busca foi realizada em duas etapas, da seguinte forma: a) Busca inicial: descritor + tipo de publicação + recorte temporal + idioma; b) Selecionados: triagem final com todos os filtros e critérios de inclusão.

No primeiro momento, realizou-se uma busca inicial, utilizando como filtros somente os descritores com os operadores booleanos, o tipo de publicação (artigos em periódicos), recorte temporal (2017-2021) e idioma (português/espanhol), o que gerou um número expressivo de publicações. No segundo momento, designado de triagem final, aplicaram-se todos os filtros e critérios de inclusão para selecionar os trabalhos, o que reduziu drasticamente o número de estudos publicados. Ambas as etapas foram aplicadas individualmente a cada idioma e a cada base de dados, como será apresentado mais adiante.

Embora as plataformas adotem mecanismos cada vez mais inteligentes de busca, a triagem não é perfeita, a depender de como foram escritas; algumas publicações podem não aparecer na busca, assim como podem surgir artigos que não possuem relação com o tema. Por

essa razão, foi necessário um trabalho manual de leitura dos títulos e resumos durante a busca, para selecionar as investigações que de fato atendessem aos critérios estabelecidos.

No que se refere ao total de publicações em português, “Proteção social” destaca-se com o maior número de publicações (45 estudos), tanto no Portal de Periódicos da Capes quanto na SciELO, seguida pela “Formação da agenda” (22 estudos). Por último, sublinha-se “Laborização e monetização”, com menor número de publicações (oito estudos), sendo que a maior parte dos artigos nesse bloco só foi encontrada através do descritor auxiliar “OR precarização do trabalho”.

Em relação ao levantamento bibliográfico em espanhol, verificaram-se tendências semelhantes às das publicações em português com a “*Protección social*” como bloco temático mais expressivo (31 publicações no total). No entanto, nos países que têm a língua espanhola como idioma oficial, os estudos sobre “*La inversión social e monetización*” aparentam ter uma sistematização maior com relação às elaborações neste campo e, conseqüentemente, os artigos são mais fáceis de identificar e quantificar. Por último, observa-se a “*Formación de la agenda*” (oito estudos).

Como apresentado no detalhamento, ressalta-se que, entre as publicações, em quase todos os descritores há um número expressivo de publicações na primeira etapa, no entanto, ao utilizar os demais critérios e filtros, concentrando a busca no campo da Ciência Política, a quantidade de estudos é drasticamente reduzida, fenômeno que ocorreu tanto na busca em português quanto em espanhol.

Pontua-se ainda que, sobre “*Laborização* e monetização” ou “*La inversión social*” e “*Monetización*”, nas publicações em português, constatou-se a utilização de outros termos para se referir a esses descritores que também são categorias teóricas, dentre eles, identificaram-se: “mercantilização”, “mercadorização”, “financeirização” e “privatização” como algumas das expressões mais usadas. Por essa razão, é difícil quantificar os estudos que versam sobre essas estratégias de proteção social, considerando a ausência de sistematização, com o emprego de termos distintos para se referir a uma mesma tendência.

Em relação ao total de publicações por ano, os dados contradizem a suposição inicial de que a pandemia teria expandido o debate sobre a proteção social, pelo menos no que corresponde ao campo científico. Observou-se, portanto, que, tanto em português quanto em espanhol, ocorreu o crescimento do número de artigos científicos entre os anos anteriores à pandemia, de 2017 a 2019 (quando atingiu o seu auge), e um declínio em 2020 e 2021 (quando atingiu a menor quantidade de publicações por ano).

Esse movimento pode ter alguma relação com o contexto pandêmico, pois, embora se configure como um cenário fértil para a construção de inúmeras análises, esse foi um período desafiador para o meio acadêmico, em que muitos estudos tiveram que ser interrompidos, em que pesquisadores perderam financiamento e possivelmente não tiveram condições suficientes para custear suas despesas, o que pode ter contribuído para a queda no número de publicações, mas não há como afirmar isso com precisão.

No que diz respeito aos países onde os estudos sobre formação da agenda de proteção social foram publica-

dos, identificou-se a seguinte distribuição: Brasil (67 estudos), Colômbia (15 estudos), México (11 estudos), Espanha (10 estudos), Equador (oito estudos), Argentina (quatro estudos), Portugal (quatro estudos), Chile (três estudos), Venezuela (dois estudos), Costa Rica (um estudo), Estados Unidos (um estudo), França (um estudo), Paraguai (um estudo), Suíça (um estudo) e Uruguai (um estudo).

Conforme descrito acima, o Brasil concentra o maior número dos artigos selecionados e, entre os continentes, a América Latina destaca-se como a região onde as publicações são mais frequentes. Essa concentração pode ser explicada a partir de dois pontos: primeiro, ambas as plataformas utilizadas como base de dados são brasileiras, o levantamento bibliográfico parte do Brasil e do continente onde está situada a maioria dos países que possuem a língua espanhola como idioma oficial; em segundo, cada país/continente possui uma cultura com relação à divulgação científica.

Com base nas informações disponíveis nas plataformas Capes e SciELO, verificou-se ainda que a maioria das publicações são provenientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil, a saber: Rio de Janeiro (15 estudos), Santa Catarina (10 estudos) e Rio Grande do Sul (oito estudos) com maior concentração dos estudos sobre formação da agenda de proteção social em português. No caso das publicações em espanhol, identificaram-se Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Equador, França, México, Paraguai, Suíça, Uruguai e Venezuela e, conforme mencionado, a América Latina concentra o maior número de publicações, com países como Colômbia (12 estudos), México (11 estudos) e Equador (oito estudos) entre os que mais publicaram a respeito desse tema.

No entanto, chama a atenção a Espanha, destacando-se com 10 estudos.

Por conseguinte, através do MAXQDA, foi possível identificar ainda as 100 palavras utilizadas com maior frequência nos estudos publicados em português. Dentre elas, sublinham-se “social”, “políticas” e “proteção” como as três mais citadas, nesta sequência. Identificou-se a mesma tendência nas publicações em língua espanhola, sendo “social” a palavra mais citada, seguida por “políticas” e, por fim, uma diferença, em que se tem “trabajo” entre os termos mais utilizados. Observaram-se também os assuntos abordados com frequência, com destaque para: “precaridad”, “actores”, “financiamento”, “bienestar”, “salud”, “gasto”, “educación”, dentre outros.

Por fim, através dos dados produzidos, buscou-se constituir uma análise descritiva dos estudos sobre formação da agenda de proteção social publicados nos últimos anos. Conforme apresentado, o levantamento bibliográfico indicou uma ausência de publicações em periódicos sobre o referido tema, mas esses números não dizem tudo. É necessário compreender o que esses trabalhos estão dizendo a respeito da formação da agenda de proteção social e identificar quais as contribuições que os autores trazem para a Ciência Política, portanto, na sequência, busca-se empreender tal compreensão.

### **Formação da agenda de proteção social: “Uma ideia que atingiu seu momento”**

Em “Como chega a hora de uma ideia?”, Kingdon (2006a) inicia com a frase “*An idea whose time has come*” ou “Uma ideia que atingiu seu momento” para se referir

aos processos pré-decisórios, quando um problema se torna público e passa a fazer parte da agenda governamental para a formulação de políticas públicas. Com essa frase, buscou-se identificar as abordagens e perspectivas teórico-metodológicas adotadas nas análises sobre a formação da agenda de proteção social, assim como os principais aspectos e atores sociais ou segmentos que estão presentes nos estudos que versam sobre a identificação do problema.

Entre as publicações selecionadas, identificou-se que os estudos sobre formação da agenda de proteção social privilegiam certos temas e abordagens em detrimento de outros. Dentro dos parâmetros estabelecidos, algumas ideias ganham destaque e aparecem de maneira recorrente no campo da Ciência Política e outras não. A exemplo disso, verificou-se que as investigações mais recentes direcionam o foco para analisar aspectos da agenda formal ou institucional, discutindo elementos e comportamentos a partir da comunicação política, interesses e motivações presentes no meio partidário, elencando problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar.

Em estudos recentes, os processos pré-decisórios da agenda política, como a identificação do problema, pouco aparecem nas discussões a respeito da formação da agenda e as abordagens, ainda que se voltem para o polo societal e a participação social, como é o caso do estudo de Gomes, Moura e Alves (2020) e de Pelfin e Mena (2017), que privilegiam formas de participação formal, como a vinculação político-partidária e os movimentos formalmente reconhecidos, tais como sindicatos, voltando-se para os processos decisórios.

Com relação às perspectivas teórico-metodológicas, destaca-se o modelo dos múltiplos fluxos como um dos principais recursos analíticos utilizados para compreender a formação da agenda entre os estudos selecionados, com base em Kingdon (2003, 2006a, 2006b). A partir da análise dos fluxos (problemas, soluções, política), Oderich, Grisa e Barth (2018), Oliveira *et al.* (2021), Rodrigues Neto, Barcelos e Pinto (2019) e Silva *et al.* (2020) analisam a efetividade da participação social, a formação da agenda governamental e as reformas das políticas de seguridade social, como a previdência social.

Outra perspectiva analítica adotada, ainda que apenas em cinco publicações, é a Teoria Ator-Rede (TAR), de Latour (2005), em que todos os elementos de uma rede, sejam humanos ou não, têm a mesma capacidade de agir e influenciar, e o foco da análise está em entender como essas relações são construídas, mantidas ou modificadas. Essa abordagem, como empregada em Sela, Gonzalez e Christopoulos (2020), sugere que o social é resultado de tais redes e não é algo dado ou estável, considerando que a formação da agenda pode ser compreendida como um processo contínuo que emerge das associações e envolve diferentes mediadores.

Com relação às ferramentas e técnicas para a produção de dados, predominam as análises quantitativas, como em Martins e Barros (2018), que utilizam *survey* eletrônico, técnicas descritivas, inferência estatística e, em 67 publicações, a análise documental, conforme verificou-se em Calvet e Valdes (2019). As análises qualitativas pouco aparecem nas publicações recentes e, quando são empregadas, comumente são realizadas a partir da análise de conteúdo. Entre os atores e segmentos que rece-

beram maior atenção nas análises das produções catalogadas, identificaram-se o parlamento, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não governamentais (ONGs), as associações e os sindicatos.

Por fim, identificaram-se outros temas frequentemente relacionados à formação da agenda de proteção social, são eles: saúde, como abordado por De Almeida (2020), Oliveira *et al.* (2021) e Rodríguez-Díaz e R-Castromil (2020); as implicações da pandemia de Covid-19, segundo trabalhado por Da Costa e Soares (2020); e agricultura familiar, sublinhada por Fernandez e Baptista Filho (2019).

Por conseguinte, ao tentar identificar o que as investigações científicas dizem a respeito das modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais, verificou-se que tais descritores – ou categorias teóricas – se encontram num processo de construção inicial, principalmente no que se refere aos estudos brasileiros.

Entre os principais autores que analisam as problemáticas em torno da proteção social no que se refere à relação com o trabalho e os modelos que mais punem do que protegem, destacam-se: Di Giovanni (1998), Pereira (2012, 2013) e Pochmann (2004). Todavia, suas elaborações não são recentes e, conseqüentemente, não foram selecionadas neste levantamento bibliográfico. Ademais, por adotarem expressões e termos distintos para se referirem a essas modalidades, seria necessário um estudo mais aprofundado para agrupar tais elaborações, portanto buscou-se identificar as contribuições dos estudos mais recentes.

Entre as publicações selecionadas, verificou-se que a tendência apontada por Pereira (2012, 2013) correspon-

de às modalidades de proteção social e empregabilidade que estabelecem modos de desumanização, precarização e desvalorização da vida. Como exemplo disso, temos Dávila e Requena (2020), Fachin e Ramos (2021), Franco e Ferraz (2019), Pineda-Talavera (2019) e Seller (2020) como algumas das produções que analisam a cobertura e privatização dos serviços, considerando que tais modalidades têm por base a perspectiva neoliberal de redução do papel do Estado na provisão de bens e serviços.

Neste caso, sublinham-se ainda os estudos de Brito (2021), Druck, Dutra e Silva (2019) e Fuster-Farfán (2019), que de fato concentram suas análises no neoliberalismo. A produção de Brito (2021), por exemplo, analisa a redução de direitos sociais, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas e às reformas ou contrarreformas. Por esse ângulo, aparecem também algumas discussões mais específicas que abordam as problemáticas da inserção no mercado de trabalho feita a qualquer custo, como é o caso de Costa (2017), Franco e Ferraz (2019) e Galvão *et al.* (2019), que partem da *uberização* do trabalho, da informalidade das ocupações e dos modelos de subcontratação para analisar a tendência do modo particular de acumulação capitalista, em que o trabalhador assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva.

Por fim, constataram-se ainda algumas elaborações que discutem a sustentabilidade do financiamento público, como é o caso de Mota e Medrano (2021) e Salazar e Buriticá (2019). Os recentes estudos corroboram a tendência contemporânea presente no Brasil, assim como em outros países, que impõe a desarticulação da cidadania social e acarreta modalidades de regulação

mais punitivas, que visam à inclusão produtiva e responsabilizam os indivíduos pela precarização das condições de vida, adotando diferentes termos para se referir às modalidades destacadas por Pereira (2012, 2013).

## **Proteção social: uma lacuna na Ciência Política**

Buscando identificar o que os estudos publicados na área de Ciência Política dizem a respeito da formação da agenda de proteção social, constatou-se uma lacuna no campo da Ciência Política (Assis; Andrade, 2023). Embora a proteção social tenha sido um dos temas com o maior número de trabalhos selecionados, a quantidade é inexpressiva ao considerar que a busca utilizou como critério os últimos cinco anos (2017-2021) e foi realizada em dois idiomas (português e espanhol, sendo o segundo a língua oficial de inúmeros países, tanto no continente americano quanto no europeu).

Entre os estudos publicados na área de Ciência Política, identificaram-se estudos com foco no alcance e limitações dos mecanismos de proteção social pública, tal como discutem Guizardi, Torralbo e Contreras (2020). Nas publicações ainda mais recentes – a partir de 2020 –, a pandemia aparece como um tema recorrente para pensar a proteção social, conforme verificou-se em Benassi e Zampani (2020) e Mattei e Heinen (2020).

Outros temas associados à proteção social pública também foram identificados, tais como: direitos sociais, garantias estatais como alimentação, saúde e assistência. Autores como Orozimbo e Afonso (2020) chamam a atenção para o papel da família na provisão de recursos, sendo esta a primeira instância responsável por proporcionar o

acesso a bens e serviços, conforme a Constituição Federal brasileira. Santos e Vieira (2018) sublinham a austeridade fiscal e as discussões sobre a capacidade de financiamento que acompanham as políticas públicas, ou seja, a sustentabilidade em termos econômicos de manter determinadas políticas sociais. Ferri, De Oliveira e Stedile (2017) trazem à tona o controle social, ou seja, na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas.

Entre os artigos publicados no Brasil, observou-se ainda que os estudos se concentram no modelo de seguridade social brasileiro, em especial, constituem análises a partir dos governos petistas (2003-2016). Em espanhol, as investigações se voltam para o modelo *kirchnerista*<sup>1</sup>, conforme abordado por Messina (2018) e Trujillo e Retamozo (2017), compreendido como um governo de esquerda peronista estabelecido no mesmo período dos governos Lula e Dilma no Brasil, com uma política econômica de desenvolvimentismo industrial, tido como uma etapa progressista na Argentina.

Trujillo e Retamozo (2017) abordam como o governo argentino tomou medidas para reconstruir as instituições da sociedade assalariada, em particular a seguridade social contributiva, ainda que de maneira inconclusiva devido à persistência de fortes heterogeneidades no mercado de trabalho. Neste caso, os programas de proteção social não contributiva foram ampliados de maneira geral na América Latina, mas o resultado foi uma maior fragmentação da política social em múltiplos sistemas, segundo níveis de renda e modalidades de inserção laboral.

---

<sup>1</sup> A expressão faz referência a Néstor Kirchner, presidente argentino (2003-2007), e sua esposa, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, também presidente do país (2007-2015).

A distribuição de renda aparece de maneira recorrente em estudos de Sumaza *et al.* (2020), Trujillo e Retamozo (2017) e Zurita (2018), assim como a formalização do trabalho, abordado por Hopp e Lijterman (2019) e Salim e Nascimento (2019). Ressalta-se ainda o estudo de Messina (2018), em que ressalta que devem ser considerados três aspectos associados à dinâmica da distribuição da renda pessoal como principal forma de proteção social: as transferências de renda, as políticas de aposentadoria e pensão e o mercado de trabalho em relação ao funcionamento das instituições trabalhistas (sindicatos, dissídios coletivos, salário mínimo e formalização do trabalho) e aqui se deve salientar que este é um dos principais temas abordados.

## Considerações finais

Diante do exposto neste capítulo, compreende-se que, nos últimos anos, a formação da agenda de proteção social não apresenta um número considerável de publicações no campo da Ciência Política. Dos 129 artigos selecionados, contabilizou-se a média de 26 trabalhos publicados por ano (em português e espanhol, somados), uma quantidade inexpressiva pela amplitude do tema e a relevância que o debate possui para os diversos países para a garantia dos direitos, acesso aos mecanismos de proteção social, efetividade da participação e integração na sociedade.

A formação da agenda governamental condensa inúmeros processos e mobiliza diversos atores sociais para materializar a proteção social através de políticas públicas. Diante dessa constatação, considera-se que

ainda há um longo caminho a ser percorrido para compreender os múltiplos aspectos que constituem as dinâmicas dos processos pré-decisórios.

## Referências

ASSIS, Â. E. F.; ANDRADE, F. R. B. A formação da agenda de proteção social para pescadores/as artesanais: uma lacuna na ciência política. *In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA*, 23., 2023, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2023.

BENASSI, E.; ZAMPANI, R. La(s) protección(es) social(es) en Argentina 2020: lo que la pandemia alumbró. *Temas y Debates*, Rosario, n. 40, p. 203-212, 2020.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRITO, R. D. S. Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 24, p. 220-227, 2021.

CALVET, M. S.; VALDES, F. R. Actores sociales y formación de agendas regionalistas en la Región del Bío Bío en Chile. *Región y Sociedad*, Hermosillo, v. 31, 2019.

COSTA, M. S. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais includente. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 115-131, 2017.

DA COSTA, A. B.; SOARES, M. A. T. Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 30, p. 65-83, 2020.

DÁVILA, E. S.; REQUENA, C. C. Impacto del riesgo político en la inversión privada en el Perú, periodo 1992-2018. *Revista Finanzas y Política Económica*, Bogotá, v. 12, n. 1, p. 119-135, 2020.

DE ALMEIDA, C. M. Governança global no setor saúde: mudanças na "ordem mundial", na arena internacional e impactos na saúde. *Astrolabio*, Córdoba, n. 24, p. 80-124, 2020.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia, 1998. p. 9-29.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, p. 289-306, 2019.

FACHIN, M. G.; RAMOS, C. M. V. "Óbito também é alta": a total desumanização das pessoas idosas durante a pandemia de Covid-19. *Inter*. Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 176-196, 2021.

FERNANDEZ, A. C. F.; BAPTISTA FILHO, A. C. Agricultura familiar urbana. Limites da política pública e das repre-

sentações sociais. *Cidades: Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 39, p. 1-18, 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 257-272, 2002.

FERRI, C.; DE OLIVEIRA, M.; STEDILE, N. L. R. Conselhos de políticas públicas: espaços legítimos de participação social na defesa das políticas públicas. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 61-90, 2017.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 844-856, 2019.

FUSTER-FARFÁN, X. Las políticas de vivienda social en Chile en un contexto de neoliberalismo híbrido. *Eure*, Santiago, v. 45, n. 135, p. 5-26, 2019.

GALVÃO, A. *et al.* Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, p. 253-270, 2019.

GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J. O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, p. 623-640, 2020.

GUIZARDI, M.; TORRALBO, H. G.; CONTRERAS, E. L. Dialécticas de la oportunidad. Estrategias femeninas de movili-

dad, cuidado y protección social entre Paraguay y Brasil. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Ciudad de México, v. 65, n. 240, p. 487-526, 2020.

HOPP, M. V.; LIJTERMAN, E. Trabajo, derechos sociales y protección social en Argentina de la reconstrucción neoliberal. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, p. 66-79, 2019.

KINGDON, J. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2. ed. Nova Iorque: Harper Collins, 2003.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia?. In: SARA-VIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas*: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006a. p. 219-224.

KINGDON, J. Juntando as coisas. In: SARA-VIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas*: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006b. p. 225-245.

LATOUR, B. *Reassembling the social*. An introduction to actor-network theory. New York: Oxford University, 2005.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. Influências do parlamento jovem brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 27, p. 139-189, 2018.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 40, p. 647-668, 2020.

MESSINA, G. M. La alternativa inconclusa: políticas progresistas, heterogeneidad estructural y fragmentación del régimen de bienestar argentino, 2003-2015. *Estado & Comunes, Revista de Políticas y Problemas Públicos*, Quito, v. 1, n. 6, p. 73-97, 2018.

MOTA, J. L. H.; MEDRANO, I. A. M. Financiamiento sostenible de la inversión pública: evidencia para México, 1990-2019. *Revista Finanzas y Política Económica*, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 43-75, 2021.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. Interações entre Estado e sociedade civil na construção do Feaper e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 373-399, 2018.

OIT. *Relatório Mundial sobre Proteção Social 2020-22: a proteção social numa encruzilhada - em busca de um futuro melhor*. Brasília, DF: OIT, 2021.

OLIVEIRA, R. A. S. *et al.* A formação da previdência no contexto da seguridade social: uma análise da *policy agenda-setting*. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 705-722, 2021.

OROZIMBO, E. M. B.; AFONSO, M. L. M. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 95-112, 2020.

PELFIN, A.; MENA, R. Oligarquización y extractivismo. Cerrojos a la democratización de la política ambiental en

Chile. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, v. 25, n. 49, p. 251-276, 2017.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: *cui prodest?*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 636-651, 2013.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 729-753, 2012.

PINEDA-TALAVERA, M. E. Honduras: precariedad laboral en la clase asalariada durante el modelo de acumulación neoliberal. *Íconos: Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 63, p. 101-123, 2019.

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

RODRIGUES NETO, D. D.; BARCELOS, M.; PINTO, R. S. Estudos de caso sobre formação de agenda no Brasil. *Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, Santa Vitória do Palmar, v. 1, n. 3, p. 56-69, 2019.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, R.; R-CASTROMIL, A. Elecciones 2015 y 2016 en España: el debate desde los temas a los "meta-temas" de agenda. *Revista Latina de Comunicación Social*, Madrid, v. 76, p. 209-227, 2020.

SALAZAR, D. A. B.; BURITICÁ, L. K. L. Las asociaciones público-privadas en Colombia: una reflexión sobre el meca-

nismo en el país entre 2018 y 2019. *Ensayos de Economía*, Bogotá, v. 29, n. 55, p. 57-81, 2019.

SALIM, C. A.; NASCIMENTO, F. C. A proteção social na arena das políticas públicas no Brasil: impasses e dilemas da inspeção do trabalho. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 151-169, 2019.

SANTOS, I. S.; VIEIRA, F. S. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2303-2314, 2018.

SELA, V. M.; GONZALEZ, L.; CHRISTOPOULOS, T. P. Construção da agenda de inclusão financeira à luz da Teoria Ator-Rede. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 162-180, 2020.

SELLER, E. P. Políticas públicas de protección a las familias en España. *Revista Venezolana de Gerencia*, Maracaibo, v. 25, n. 90, p. 446-461, 2020.

SILVA, C. A. *et al.* Política pública da previdência social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais do Covid-19. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 16, n. 1, 2020.

SUMAZA, C. R. *et al.* Heterogeneidad territorial de las políticas públicas de protección social: el caso de las rentas mínimas de inserción en España. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 40, n. 3, p. 675-697, 2020.

TRUJILLO, L.; RETAMOZO, M. Economía política de la desigualdad en Argentina (2003-2015): instituciones laborales y protección social. *Temas y Debates*, Rosario, n. 33, p. 35-61, 2017.

ZURITA, J. S. Estado de bienestar, políticas públicas y desigualdad interétnica: reflexiones teóricas para un análisis aplicado a Ecuador. *Estado & Comunes*: Revista de Políticas y Problemas Públicos, Quito, v. 1, n. 6, p. 47-71, 2018.

## **2 O CIBERESPAÇO ENQUANTO AMBIENTE PROPÍCIO AOS DIÁLOGOS EPISTEMOLÓGICOS: REIVINDICAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA COLONIAL**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap2>

### **ALEXANDRE ANTONIO BRUNO DA SILVA**

Pós-Doutor pela Universidade de Sevilha (US), doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Informática pela PUC do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus).

E-mail: alexandre.bruno@uece.br, alexandre.bruno@unichristus.edu.br

### **STÉFANI CLARA DA SILVA BEZERRA**

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestra em Processo e Direito ao Desenvolvimento pelo Centro Universitário Christus (Unichristus). Professora do curso de Direito da Faculdade Princesa do Oeste (FPO).

E-mail: stefani.clara@fpo.edu.br

### **AUGUSTIN GO**

Doutor em Direito pela Universidade de Ouagadougou (UO) em cotutela com a Universidade de Sevilha (US). Professor na Université Thomas Sankara (UTS), Institut Africain de Management (IAM) e Institut Polytechnique Privé Shalom (IPS). Consultor independente em Direitos Humanos, Democracia e Governança.

E-mail: stakirams@gmail.com

## Introdução

**A**nalizando com mais detalhe a história da colonização, é possível perceber que a sobreposição cultural persiste até os dias atuais. Ao passo que, no século XXI, fala-se no fenômeno da globalização e da sua característica dialógica, o que se tem observado, de fato, é a influência direta dos denominados países de centro junto aos periféricos. Isto é, a cultura local de nações economicamente vulneráveis acaba sendo sobreposta por outra dominante.

Em contraposição a esse fenômeno de desvalorização cultural, apresenta-se o pensamento decolonial, uma vez que este mitiga a lógica da modernidade capitalista, qual seja, da unificação de valores a nível mundial. O decolonialismo propõe o direito à diferença, ao diálogo que permita uma pluralidade de vozes e de caminhos, e não de sobreposição de um pensamento por outro.

Trazendo como problemática central a ideia do eurocentrismo epistemológico, o trabalho tem como objetivo apresentar o ciberespaço como “lugar de fala” e consequente espaço de compartilhamento de experiências e vozes dos denominados subalternos que reivindicam a posição de locutores na história ainda dominada pela ideia do colonialismo epistemológico.

Para fins de elaboração da presente pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo. Diante dos avanços tecnológicos, o capítulo parte da hipótese de que a internet, enquanto meio de comunicação digital (compreendida aqui como ciberespaço) pode servir de ambiente propício a sediar as vozes e experiências dos “povos invisíveis” (tidos por subalternos na fala de Spivak), permitindo, assim, a promoção das denominadas epistemologias do sul.

Para discutir sobre conceitos aqui apresentados, a pesquisa é do tipo qualitativa e de cunho meramente bibliográfico, compreendendo a seguinte construção textual: inicialmente trata da globalização enquanto fenômeno hegemônico, dado o caráter da imposição cultural dos países de centro aos países periféricos diante do poder econômico daqueles. Em seguida, aborda a profusão do conhecimento eurocêntrico e a reivindicação da epistemologia colonial com a consequente defesa das ideias e demandas das minorias a partir da fala do próprio subalterno. Por fim, discute de que forma a internet, como ambiente virtual, pode servir de meio apto à profusão das ideias compartilhadas pelas epistemologias do sul e, conseqüentemente, palco de discussões e relativização do etnocentrismo epistemológico.

## **A globalização enquanto fenômeno hegemônico**

Ao longo da história e com o avanço tecnológico, o ser humano rompe a barreira do desconhecido e se lança à exploração do mundo além-mar. As transações tornam-se mais complexas, e sociedades distintas, com culturas diversas, começam a interagir, realizando trocas

não apenas de mercadorias, mas também de elementos culturais e até mesmo de conhecimento, objeto de discussão do presente escrito.

A principal característica da globalização é o multilateralismo. É um processo dialético pautado na intensificação das relações sociais a nível mundial, em que os fluxos de trocas possuem nascente tanto de ordem nacional quanto internacional (Giddens, 1991; Santos, 2002). Tal fluxo percorre, assim, o caminho de ida e de volta, levando e trazendo informações.

Sobre esse processo dialético, Giddens (1991, p. 76) afirma que os “[...] acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam”. Entretanto, apesar de levar a crer que esse caráter dialético<sup>1</sup> implicaria uma influência recíproca entre os territórios, o que ocorre, na realidade, é uma predominância epistêmica de ordem cultural, social, econômica e política, ou seja, uma hegemonia<sup>2</sup>.

A globalização promove uma homogeneização e mercantilização de todas as esferas da vida (Nancy, 2022). Nesse contexto, o valor das coisas e das pessoas é reduzido à sua capacidade de serem integradas ao sistema de mercado global. Daí se falar, no terceiro tópico deste tex-

<sup>1</sup> Termo usado por Giddens (1991) para afirmar que a globalização compreende uma influência mútua entre as localidades seja a nível nacional ou internacional.

<sup>2</sup> Apesar de o termo não ter sido concebido inicialmente no contexto *globalizatório*, sua utilização no presente trabalho é possível, uma vez que, em sua obra *Cadernos do cárcere*, Gramsci (1999) discute fenômenos que podem ser associados a dinâmicas internacionais e de influência cultural e econômica entre países, como a disseminação de ideologias e a influência de países hegemônicos sobre outros. O autor examina como ideologias oriundas de países desenvolvidos impactam as nações menos desenvolvidas e como esses movimentos e influências formam combinações políticas e culturais únicas em cada localidade.

to, sobre a necessidade de descolonialização cognitiva do capitalismo.

Apesar da sua tendência à homogeneização, a globalização não deve ser considerada como um processo monolítico, uma vez que tanto une quanto divide, criando uma nova forma de polarização social e econômica (Bauman, 1999a). Seria, assim, um paradoxo, já que simultaneamente promove a interconectividade global e a fragmentação social. Isto é, redefine as condições de vida contemporâneas, criando um novo cenário de mobilidade, desigualdade e segregação (Bauman, 1999a).

Em adição, Nancy (2022) observa que a globalização tende a ser dominada pelo capitalismo, pela circulação incessante de mercadorias e pela busca de lucro, criando uma fragmentação e desigualdade no acesso aos benefícios desse sistema.

A globalização envolve uma transformação significativa nos parâmetros da condição humana, especialmente na relação entre tempo e espaço. A “compressão tempo/espaço” refere-se à diminuição das barreiras temporais e espaciais, permitindo uma maior interconectividade global (Bauman, 1999a), essa interconectividade analisada sob a ótica da denominada “sociedade em rede”<sup>3</sup>.

Para compreender melhor a expressão apresentada, é preciso inicialmente ater-se à ideia de que Castells (1999) apresenta o conceito de um novo capitalismo, fundamentado nas tecnologias da informação, referindo-se a uma reestruturação capitalista orientada por um para-

---

<sup>3</sup> Termo usado por Castells (1999) para relacionar a sociedade com as inovações do capitalismo, atribuindo-se novos conceitos e valores a partir do sentido simbolicamente definido pelos agentes econômicos.

digma tecnológico centrado na geração, processamento e transmissão de informações, utilizando uma linguagem digital comum. O autor considera as novas tecnologias da informação, microeletrônica (*software e hardware*), telecomunicações e radiodifusão, engenharia genética e optoeletrônica como um ponto de partida para a análise da economia, sociedade e cultura, uma vez que possuem um elevado grau de permeabilidade em todas as esferas da atividade humana (Castells, 1999).

Partindo-se da compreensão de que a sociedade do século XXI mantém-se conectada através da rede mundial de computadores, isto é, pela internet, surge a necessidade de discutir sobre esse espaço virtual onde as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, etc. são construídas.

A virtualização, nas palavras de Lévy (1996), não trata simplesmente da transformação da realidade em um conjunto de possibilidades, ao contrário, versa sobre uma mudança de identidade, do deslocamento da matriz ontológica do objeto cognoscível. "A virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor" (Lévy, 1996).

À medida que a ideia de que cada conjunto de sinais produz seu próprio significado, sem depender de uma referência universal, pode-se supor que a veiculação de inúmeras teorias do conhecimento, seja de ordem etnocêntrica, seja de ordem relativa, serão validadas a partir da leitura e interpretação do público que constitui o denominado ciberespaço<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O ciberespaço é um vocábulo que foi cunhado por William Gibson em 1984 e que, por determinadas ocasiões, tem sido utilizado para servir de sinônimo ao ambiente virtual da internet (Máximo, 2003).

Tomando o ciberespaço como sinônimo do ambiente virtual da internet, pode-se supor que a profusão da “epistemologia do sul”<sup>5</sup> encontra, na virtualização, um local propício para apresentação e desenvolvimento das suas teorias sobre os mais amplos temas que tocam a sociedade.

### **A profusão do conhecimento eurocêntrico e a reivindicação da epistemologia colonial**

A construção do conhecimento se dá a partir da relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Nas palavras de Machado Segundo (2016, p. 38):

[...] conhecimento [...] é palavra que designa uma relação havida entre um sujeito que conhece [...] e um objeto que é conhecido, sendo usada, também, para designar o resultado dessa relação [...].

Tomando como base a relação de dependência econômica das nações periféricas em relação às centrais, dinâmica essa mantida por um sistema de trocas desiguais, em que os países centrais detêm o poder de estabelecer regras, enquanto os periféricos se mantêm em posições subordinadas, pode-se afirmar que o conhecimento amplamente difundido pelo mundo é etnocêntrico (Wallerstein, 2001).

A partir dessa lógica, Santos (2019) destaca que as teorias produzidas pelas Ciências Sociais eurocêtricas têm o condão de separar a sociabilidade metropolitana da colonial. Não há, pois, a dinâmica entre sujeito cog-

---

<sup>5</sup> Termo usado por Santos (2019) para se remeter à ideia de descolonização cognitiva.

noscente e objeto cognoscível tida como epistemologicamente válida no âmbito das denominadas colônias. Com isso em mente, é preciso chamar a atenção sobre a necessidade de validar a produção científica de demais localidades que não estejam situadas nessa posição de “superioridade econômica”.

Santos (2019), ao tratar sobre o “fim do império cognitivo”, afirma que, inicialmente, é preciso lidar com a descolonização cognitiva. Isso implica questionar a ciência ocidental, bem como o seu caráter colonial, capitalista e patriarcal. Para o autor, o colonialismo não teve fim com o colonialismo histórico, ocasião em que apenas mudou de forma (Santos, 2019). Conforme pontuado acima, o capitalismo exerce sua relação de domínio se articulando com o colonialismo. Nesse sentido:

[...] o termo ‘descolonização’ não tem a ver apenas com independência política, mas refere-se antes a um amplo processo histórico de recuperação ontológica, ou seja, o reconhecimento dos conhecimentos e a reconstrução da humanidade. Inclui [...] o direito inalienável de um povo ter a sua própria história e de tomar decisões com base na sua própria realidade e na sua própria experiência. Além disso, visa eliminar a linha abissal que continua a separar a sociabilidade metropolitana da sociabilidade colonial, sujeitando esta a formas de exclusão radical e abissal (Santos, 2019, p. 164).

Em continuidade ao discurso apresentado pelo autor, cumpre destacar a obra de Spivak (2010): *Pode o subalterno falar?*. Discutir sobre a necessidade de viabilizar a profusão de um conhecimento colonial implica também oportunizar a possibilidade de o “subalterno” falar

sobre suas demandas a partir do seu próprio ponto de vista.

Spivak (2010) define o subalterno como as camadas mais baixas da sociedade, caracterizadas por exclusões específicas dos mercados e da representação política e legal. A autora ressalta que a palavra não se aplica a qualquer sujeito marginalizado, mas, em vez disso, refere-se a grupos desprovidos de agência no contexto político e econômico (Spivak, 2010).

Como é possível um pensador europeu discutir sobre a violência e a miséria brasileira sem sequer vivenciá-la? A exemplo da propriedade de discurso sobre a realidade na qual o subalterno se encontra inserido, tem-se a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, diário autobiográfico escrito por Jesus (2007), que relata, com riqueza de detalhes, o seu dia a dia na favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950. Afora o exemplo citado, há muitos outros que enfatizam o denominado “lugar de fala”<sup>6</sup>, onde apenas o indivíduo que vivencia determina a realidade tem a competência para falar sobre ela.

A voz do subalterno, segundo Spivak (2010), é constantemente mediada e distorcida por intelectuais que tentam representá-lo, o que perpetua a sua subordinação ao sistema hegemônico. Daí a premente necessidade de se possibilitar a profusão do conhecimento produzido por essa “camada invisível” da sociedade.

A autora ainda critica a posição dos intelectuais que assumem que podem falar pelo subalterno. Para ela, esse “falar por” representa uma imposição de uma voz externa

---

<sup>6</sup> O lugar de fala implica que o subalterno não pode se expressar diretamente; sua voz só é ouvida através de uma mediação que, geralmente, distorce ou reprime suas necessidades e realidades genuínas (Spivak, 2010).

que resulta na continuidade do silenciamento do subalterno (Spivak, 2010). Questiona-se, com isso, a possibilidade de se conceber um espaço em que o subalterno possa se articular de modo autêntico, sem que sua fala seja apropriada pelo discurso dominante.

Logo, o presente capítulo veicula a ideia de que um possível espaço propício a receber e difundir a “fala” do subalterno e, portanto, das epistemologias do sul seria a internet, podendo ser compreendida como ciberespaço.

## **O ciberespaço enquanto ambiente propício aos diálogos epistemológicos**

O ciberespaço<sup>7</sup> tem sido utilizado para servir de sinônimo ao ambiente virtual da internet. É definido como um espaço que é socialmente construído pelas interações estabelecidas pela internet, onde novos grupos sociais emergem (Máximo, 2003). Trata-se da dimensão da vida social contemporânea nas sociedades complexas, em um processo de interação entre segmentos diferentes e dinâmicos. Pode ser tido como um ambiente propício à propagação de ideias as mais diversas possíveis, bem como da manutenção de diálogos dos mais simples aos mais complexos. De acordo com Bezerra, Silva e Benevides (2022), diferentemente das mídias tradicionais (televisão e rádio, por exemplo), que possuem posicionamentos ideológicos e políticos, a internet pode ser vista, *a priori*, como um ambiente neutro e de livre acesso, que será permeado pelas mais diversas opiniões de cunho ideológico, político, cultural, religioso, etc. Antes, o indivíduo era considerado como mero receptor de informa-

<sup>7</sup> Vocábulo usado por William Gibson em 1984 como sinônimo de internet.

ções, agora, ele ocupa também a posição de criador de conteúdo e de formador de opiniões para um público com igual capacidade.

Compreende-se, a partir da ideia apresentada por Lévy (2010), que a internet pode ser tida como uma democracia eletrônica, uma vez que encoraja a comunicação interativa e coletiva no ciberespaço. Ao contrário do que ocorre no espaço físico, os debates virtuais podem resguardar seus interlocutores no anonimato, o que pode ser vantajoso quando se fala na permissibilidade da profusão de ideias denominadas descolonizadoras. Para os subalternos, é possível perceber que o ciberespaço pode promover e apoiar as lutas que eles lideram à medida que este possibilita vigor contra-hegemônico e gera visibilidade aos atores (Moraes, 2000).

Com isso, percebe-se que é possível colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas ao explorar, de forma eficiente, o seu potencial de inteligência coletiva, seja a partir da valorização das competências locais, seja a partir das trocas de saberes e de experiências, seja a partir das redes de ajuda mútua, etc. (Bezerra; Silva; Benevides, 2022).

Seguindo essa ideia de ampla participação no ambiente virtual, o ciberespaço pode ser um potente fator de desconcentração e de deslocalização, porém, por mais que ganhe contornos democráticos, não possui o condão de eliminar os "centros". Se, por um lado, os instrumentos do ciberespaço naturalmente reforçam o poder dos "centros", aos quais conferem a faculdade de ubiquidade, por outro lado, podem também suportar estratégias sutis para constituir grupos regionais como atores auto-organizados (Bezerra; Silva; Benevides, 2022).

O ponto fundamental é que o ciberespaço, conexão dos computadores do planeta e dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, não é uma infraestrutura: é uma forma de usar as infraestruturas existentes e de explorar seus recursos por meio de uma inventividade distribuída e incessante, que é indissociavelmente social e técnica. O nervo do ciberespaço não é o consumo de informações ou de serviços interativos, mas a participação em um processo social de inteligência coletiva.

As instituições territoriais são hierárquicas e rígidas, enquanto as práticas dos *cibernautas* têm a tendência de privilegiar os modos transversais de relação e a fluidez das estruturas. Ademais, diferentemente do que possa parecer, a finalidade aqui perquirida não é de sobrepor um tipo de conhecimento em face de outro, mas sim de permitir o diálogo e, conseqüentemente, de suscitar a valorização da diversidade cognitiva.

As epistemologias do sul não propagam a polarização ou o dogmatismo da oposição absoluta, mas sim um conhecimento construído a partir da resistência à dominação (Santos, 2019). Para Freitas (2020), o questionamento inerente ao sujeito epistêmico se deve ao seu compromisso deliberativo de ir de encontro ao estado de coisas injusto, posto que este priva as pessoas do exercício pleno da sua cidadania e, portanto, da dignidade humana. Rebelar-se contra as estruturas “pré-moldadas” seria uma forma de reivindicar participação no processo de conhecer. Isso não significa, entretanto, a reformulação de todo e qualquer conhecimento produzido e/ou a explicação de toda e qualquer realidade que circunda esses indivíduos. De acordo com Freitas (2020, p. 211):

[...] a indignação na construção do conhecimento não se configura, necessariamente, uma epistemologia por meio da qual toda a realidade estudada venha a ser explicada. Contudo, sob a influência dessa emoção, observada empiricamente, coloca-se a necessidade de se repensar o conhecimento posto e expandi-lo para novas possibilidades teóricas e metodológicas de validação, em que a emoção tenha a sua relevância e participação nos vários atos do conhecer científico, realizados no plano existencial do sujeito, buscando desenvolver uma estrutura cognitiva adequada. Esta estrutura passa a ser construída no desenvolvimento do próprio conhecimento sobre o objeto. Por isso, recebe o tratamento de indignação epistêmica.

A autora formula o termo “indignação epistêmica” como uma forma de reivindicar o espaço cognitivo outrora ocupado por um sujeito cognoscente alheio aos fatores influenciadores da realidade que observa. Seria, assim, a “deixa” para o subalterno discorrer sobre possíveis possibilidades teóricas e até mesmo metodológicas sobre um conhecimento já posto. Em poucas palavras, seria a possibilidade de reinterpretar a realidade posta, mas sob outra perspectiva: a do próprio sujeito cognoscível. É a transmutação do ser outrora observado para se tornar o seu próprio observador.

O ciberespaço, nesse contexto, presta-se ao propósito não só de viabilizar a transmissão das autopercepções como também para discuti-las, sob diversas óticas. É, destarte, ambiente propício à manifestação do subalterno e da sua “indignação epistêmica” (Freitas, 2020).

Nesse sentido, o ciberespaço representa oportunidade e instrumento para que sejam dados voz e algum

poder àqueles que sempre foram excluídos. O desenvolvimento e a popularização da internet, mais especificamente das redes sociais, na África Subsaariana nos últimos anos, criaram um espaço de resistência à hegemonia do discurso eurocêntrico. Essa resistência assume a forma de um movimento decolonial impulsionado por teses pan-africanistas, que, durante muito tempo, estiveram à margem da sociedade, mas que agora desceram às bases através dos ciberespaços para dialogar com os subalternos.

Esse diálogo permitirá a emergência de um espaço público virtual de linguagem e de deliberação para a democracia e favorecerá a cristalização de:

[...] um espaço de interação mediado por uma linguagem muito mais informal do que a linguagem restrita de uma assembleia e alargado a toda a sociedade no âmbito daquilo a que Philip Pettit chama uma democracia de contestação (Commetti, 2016).

Essa democracia de contestação, que confronta a visão dominante do mundo, é ela própria possível graças a uma combinação de dois fatores. Por um lado, o aparecimento e a cobertura mediática através das redes sociais de novos intelectuais com ideias pan-africanas, até então marginalizados pelos canais de comunicação tradicionais. Esses últimos conseguiram criar uma grande comunidade de seguidores através do seu ativismo na internet; alguns deles, como Nysymb Lascony, Nathalie Yamb e Kemi Seba, têm milhões de seguidores nas suas redes sociais, que se sentem representados por eles. Esses atores estão assim a criar o que se pode chamar de um novo paradigma de representação (Ouédraogo, S.;

Ouédraogo, D., 2021). Por outro lado, a popularização da internet teve o efeito de democratizar o conhecimento, o que, por sua vez, conduzirá a uma multiplicação dos que sabem. Agora que o conhecimento está acessível, o número de “conhecedores” se multiplicará, dando origem a uma pluralidade de pontos de vista que desafiará constantemente as teorias hegemônicas do mundo.

Todos esses fatores conduziram a África Ocidental, em graus diferentes, consoante os países, a uma contestação cada vez mais virulenta da narrativa ocidental, levando alguns meios de comunicação social, erradamente, a falarem de “sentimentos antifranceses ou antiocidentais”. Essa situação pesou na balança quando das mudanças de poder inconstitucionais em países como Burkina Faso, Mali e Níger. Não conseguimos perceber como é que as reivindicações dos subalternos, primeiro expressas e discutidas virtualmente nas redes sociais, podem se transformar em ações reais que conduzam a uma mudança de regime.

As redes sociais permitem, através da expressão da pluralidade de pontos de vista, não só formular, mas também apurar a opinião pública. A criação de uma opinião pública já não é um domínio exclusivo de um poder central e dominante, mas sim de poderes difusos e concorrentes.

## Considerações finais

O capítulo percorre um caminho reflexivo sobre a globalização, abordando seus impactos enquanto fenómeno hegemônico, e analisa como ela reforça desigualdades ao promover a sobreposição cultural e econômica dos países centrais sobre os periféricos.

Em paralelo, discute a internet como um espaço possível de resistência, onde as vozes historicamente silenciadas podem emergir e contribuir para um debate mais plural e democrático. Assim, o ciberespaço é apresentado como um ambiente de potencial transformação social, que acolhe as epistemologias do sul e valoriza o “lugar de fala” das minorias.

Apesar de a abordagem sobre a figura do subalterno, a partir da teoria da autora indiana Spivak, não versar especificamente sobre o ambiente virtual enquanto espaço autêntico para que estes possam expressar suas realidades, o trabalho se propôs a fazer uma releitura do ciberespaço de Pierre Lévy no intuito de demonstrar que a internet também pode se prestar a esse propósito, em especial quando se trata de uma sociedade em rede.

Na dinâmica da globalização, embora se promova a ideia de diálogo e de interconexão, o capítulo evidencia como, na prática, essa interligação é enviesada pela hegemonia econômica e cultural. A homogeneização de valores e a mercantilização da vida se tornam expressões de um sistema global que prioriza interesses centralizados, enquanto marginaliza culturas locais e saberes diversos. Esse cenário reforça a necessidade de um olhar crítico sobre os efeitos dessa modernidade líquida (Bauman, 1999b).

Em relação ao conhecimento eurocêntrico, a discussão aponta para a urgência de uma descolonização cognitiva que vá além da mera independência política. É preciso um processo de recuperação ontológica, em que saberes locais e minorias sejam valorizados não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos ativos na construção do conhecimento. A voz do subalterno, como

apresentado por Spivak, deve ser reconhecida e respeitada, promovendo um equilíbrio epistêmico que questione a supremacia das teorias produzidas pelos países centrais.

O ciberespaço, por sua vez, é identificado como um espaço propício para acolher as epistemologias do sul e amplificar as demandas das minorias. Diferentemente das mídias tradicionais, ele proporciona um ambiente mais acessível e interativo, permitindo que indivíduos se tornem protagonistas de suas narrativas. Essa “inteligência coletiva” promovida pela internet possibilita que saberes marginalizados sejam discutidos e valorizados, criando condições para um debate mais horizontal e diverso.

Ao final, o trabalho reforça que a internet pode desempenhar um papel central na luta contra o etnocentrismo e no fortalecimento de diálogos epistemológicos. O ciberespaço oferece um potencial para reverter a lógica da exclusão e para construir um terreno onde a diversidade de ideias seja não apenas permitida, mas celebrada. É um convite à valorização da pluralidade de experiências e da autenticidade das vozes subalternas.

Entretanto, há limites que não podem ser ignorados. A infraestrutura tecnológica global ainda está concentrada em grandes centros, o que perpetua desigualdades no acesso ao ciberespaço. Como crítica, o capítulo alerta para o risco de a internet reproduzir os mesmos mecanismos de exclusão que se pretende combater. Uma possível solução seria investir em políticas públicas que democratizem o acesso à tecnologia e incentivem o desenvolvimento de plataformas inclusivas, permitindo que o subalterno se reconheça e se expresse em toda sua complexidade.

## Referências

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

BEZERRA, S. C. S.; SILVA, A. A. B.; BENEVIDES, L. C. B. M. O ciberespaço e o acesso à democracia através dos ambientes virtuais de opinião: em busca do desenvolvimento sociopolítico. *Revista Foco*, Curitiba, v. 15, n. 4, e459, p. 1-17, 2022.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COMMETTI, H. Performer le peuple. *Langres*, 2016. Disponível em: <https://eduscol.education.fr/document/19813/download>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FREITAS, R. C. Direito das minorias: um conhecimento construído entre a indignação política e a indignação epistêmica. *Revista Inclusiones*, [S.l.], v. 7, n. 1, 2020.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2007.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2010.

LÉVY, P. *O que é virtual?*. São Paulo: 34, 1996.

MACHADO SEGUNDO, H. B. *O direito e sua ciência*: uma introdução à epistemologia jurídica. São Paulo: Malheiros, 2016.

MÁXIMO, M. E. Sociabilidade no ciberespaço: uma análise da dinâmica de interação na lista eletrônica de discussão cibercultura. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, 2003.

MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 142-156, 2000.

NANCY, J.-L. *La création du monde ou la mondialisation*. Paris: Galilée, 2022.

OUÉDRAOGO, S.; OUÉDRAOGO, D. Propos inquiets sur la dissémination des régimes de transition constitutionnelle en Afrique. *Afrilex*, [S.l.], 2021.

PETTIT, P. *Républicanisme, une théorie de la liberté et du gouvernement*. Paris: Gallimard, 2004.

SANTOS, B. S. *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (org.). *Globalização*: fatalidade ou utopia?. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002. cap. 1.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

### **3 NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE PESQUISAS EM PRISÕES BRASILEIRAS E ARGENTINAS**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap3>

#### **FRANCISCO ELIONARDO DE MELO NASCIMENTO**

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com estágio pós-doutoral pela Universidade de Brasília (UnB). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ambos vinculados à UECE. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisas sobre Governos e Políticas Subversivas (LEPS) e pesquisador do Laboratório de Pesquisas sobre Conflitualidades e Violência (Covio) da UECE. Foi policial penal do Ceará por 11 anos (2013-2024), atuando na Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-CE).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1781-8717>

E-mail: [elionardo.nascimento@uece.br](mailto:elionardo.nascimento@uece.br)

#### **NAHUEL BLÁZQUEZ**

Advogado pela Universidade Nacional de Córdoba (UnC), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Ciências Antropológicas pela UnC. É bolsista do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) e trabalha no Museu de Antropologias da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade Nacional de Córdoba. Seu trabalho se concentra em intervenções universitárias em prisões.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5432-3698>

E-mail: [nahuelblazquez@gmail.com](mailto:nahuelblazquez@gmail.com)

#### **NATACHA BORGEAUD-GARCIANDÍA**

Doutora em Sociologia pela Université Paris 1-Sorbonne e pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) no Instituto de Investigações Sociais na América Latina, na Argentina.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5532-8562>

E-mail: [natachbg@gmail.com](mailto:natachbg@gmail.com)

## Introdução



contexto fechado das instituições prisionais impõe problemas bastante singulares aos pesquisadores<sup>1</sup> que se aventuram na investigação da cena prisional. Embora apresentando especificidades próprias de cada instituição/território, os pesquisadores das prisões brasileiras e argentinas encaram as dificuldades de acesso e as negociações com as pessoas com as quais mantêm interlocuções por meio de estratégias que implicam um compromisso com pessoas em campo (Padovani; Hasselberg; Boe, 2019), interferindo diretamente nas relações e interlocuções ou no que pode ser observado ou escutado em campo (Nascimento, 2021). Essas questões são encaradas por alguns pesquisadores como parte importante dos procedimentos teórico-metodológicos de suas pesquisas.

No contexto mais amplo das pesquisas em prisões, a literatura clássica e contemporânea apresenta características distintas e complementares sobre o modo orga-

---

<sup>1</sup> Para permitir uma leitura mais fluida, optamos pelo masculino genérico. Inclui homens e mulheres (pesquisadores, vigilantes, presidiários) que atuam no ambiente estudado. Longe de ser neutra, a pertença ao gênero tem efeitos importantes que não podemos aprofundar aqui.

nizacional e de sociabilidade das prisões. Nesse sentido, vários autores clássicos têm analisado a prisão como um espaço social autônomo, quer em termos de “instituições totais” (Goffman, 1974), quer em termos de uma subcultura que induz formas de incorporação do universo prisional nos termos de uma “prisionização” (Clemmer, 1958), formas de resistência ou de contracultura (Sykes, 2017). A partir dessas perspectivas, as prisões são analisadas como sociedades com interações próprias, porém, a partir da década de 1980, após a publicação de *Vigiar e punir* (Foucault, 1989), muitos estudos adotaram um novo eixo de análise que aborda as relações entre prisão e sociedade ou que analisa a sociedade a partir da prisão (os efeitos de uma sobre a outra, e vice-versa).

Nestes precedentes inscrevem-se correntes atuais que reconhecem a prisão como um espaço de vida artificial que, por sua vez, está ativamente inserido na sociedade, ou – indo mais longe – integra técnicas de governo ampliadas, até mesmo globalizadas (Wacquant, 2004). Sendo um “espaço artificial”, que apresenta lógicas particulares e reluta ao olhar “estrangeiro”, geram-se tensões nas interfaces com “o exterior”. Em outras palavras, os intervenientes penitenciários vivenciam as tentativas dos intervenientes da sociedade civil de analisar a dinâmica, os espaços e os efeitos prisionais como intrusões indesejadas.

Neste capítulo, empenhamo-nos em discutir comparativamente os desafios teóricos e metodológicos da realização de pesquisas em prisões do Brasil e da Argentina. Trata-se de uma discussão que mira nas estratégias utilizadas por pesquisadores para ter acesso às prisões e aos seus interlocutores, mobilizando recursos burocráticos, relações e alinhamento político com os mais di-

versos atores que se relacionam com o campo prisional (pessoas presas e seus familiares, agentes de instituições religiosas, universidade, funcionários e gestores das prisões e agentes do Judiciário). As nuances descritas nos permitem pensar a lógica que fundamenta as prisões, assim como os entraves e negociações com atores sociais e institucionais.

Este texto está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, abordamos brevemente a caracterização do sistema prisional brasileiro e argentino; na segunda e terceira seções, empreendemos uma discussão teórico-metodológica de pesquisas realizadas nos respectivos países; por último, na quarta seção, demonstramos comparativamente questões recorrentemente enfrentadas por pesquisadores do Brasil e da Argentina.

### **Breve caracterização das prisões brasileiras e argentinas**

O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (1,76 milhão) e da China (1,69 milhão). De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Brasil tem 834.885 pessoas mantidas reclusas sob a custódia de 90.479 policiais penais em 1.382 unidades prisionais estaduais e em cinco federais (Brasil, 2024). A taxa de encarceramento no país é de 389 presos para cada 100 mil habitantes, sendo o público preferencial do encarceramento as pessoas negras (69%), homens (86%) e com até 30 anos de idade (72%).

O sistema penitenciário brasileiro é composto pelos sistemas prisionais estaduais e federal. Esse formato atribui a execução penal e a administração da justiça cri-

minal aos estados, que são regidos pela Lei de Execução Penal (LEP) e o Código Penal de nível federal, cabendo ao sistema prisional federal a execução penal temporária de presos considerados extremamente perigosos e que oferecem riscos à segurança nos estados. O Brasil segue o sistema progressivo da pena, que permite que o condenado avance gradualmente para regimes de cumprimento de pena menos restritivos, conforme demonstra bom comportamento e cumpra uma parte da pena estabelecida, seguindo os regimes fechado, semiaberto e aberto<sup>2</sup> (Brasil, 1984).

Historicamente, as prisões brasileiras são estruturadas nas difíceis condições de vida das pessoas presas, sendo a superlotação, as precárias estruturas das celas e as insuficientes assistências (material, sanitária, educacional, etc.) alguns dos aspectos predominantemente apontados nos estudos sobre a temática (Godoi; Mallart, 2017). Nas duas últimas décadas, a presença de facções criminais dentro e fora das prisões tem alterado o cotidiano prisional e de bairros periféricos, provocando a alavancagem de crimes letais, disputas pelo comércio de entorpecentes e alterações nas sociabilidades, principalmente, nas áreas periféricas e unidades prisionais.

<sup>2</sup> O regime fechado é para presos condenados a penas longas (acima de 8 anos) e reincidentes em crimes graves, cumprindo pena em estabelecimento de segurança com rigorosa restrição de liberdade, como penitenciária e presídio. Já o regime semiaberto é aplicado para penas de 4 a 8 anos para réus primários e permite atividades que valorizam a ressocialização. Neste regime, o condenado cumpre a pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, com a possibilidade de trabalhar e estudar fora durante o dia, retornando à unidade prisional à noite. Por último, o regime aberto é aplicado geralmente para penas de até 4 anos e para crimes de menor gravidade, especialmente para réus primários. Além de exigir que o condenado siga algumas restrições, como comparecimento periódico à Justiça, o regime aberto busca facilitar a reintegração social do indivíduo, mantendo um controle mínimo sobre suas atividades enquanto permite sua reinserção.

Nota-se a presença de dois coletivos criminais, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), em todos os estados brasileiros, e a expansão destes, respectivamente, de São Paulo e do Rio de Janeiro, fez surgir facções criminais locais e regionais (Feltran, 2018; Manso; Dias, 2018), complexificando ainda mais a teia de relações que conecta as prisões às ruas.

Em relação à Argentina, a população encarcerada é substancialmente inferior à do Brasil (105.053 *versus* 834.885). A taxa de encarceramento da Argentina, sem ser tão alta quanto a do Brasil, é alta (255 contra 389<sup>3</sup>) e, se considerarmos apenas Buenos Aires, a província mais populosa, a taxa supera até o país vizinho (423)<sup>4</sup>. É importante dizer que na Argentina existem instituições penitenciárias nos níveis federal e provincial, com um total de 330 unidades de detenção e um quadro penitenciário composto por 57.681 trabalhadores. Devido ao sistema federal, a República Argentina dividiu as jurisdições: a legislação penal é de responsabilidade do Estado nacional, mas a legislação processual penal, a administração da justiça criminal e a execução das penas (incluindo a prisão) são de responsabilidade dos estados provinciais. A consequência disto é que cada província deveria ter prisões federais e prisões provinciais, embora na reali-

<sup>3</sup> Na região latino-americana, descartando o regime de exceção de El Salvador, o Uruguai é o único país que apresenta taxas de encarceramento comparáveis às do Brasil. Contudo, a Argentina (como o Chile ou o Peru) apresenta taxas elevadas considerando a média mundial (140 presos por cem mil habitantes) ou mesmo outros países da região, como a Bolívia (151 presos por 100 mil habitantes).

<sup>4</sup> Esses dados foram construídos a partir do SNEEP de 2022 e o CPM de 2023. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/09/informe\\_sneep\\_argentina\\_2022.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/09/informe_sneep_argentina_2022.pdf); <https://www.comisionporlamemoria.org/datosabiertos/politica-criminal/tasas-de-encarcelamiento/#CRIM-3.6>. Acesso em: 10 nov. 2024.

dade nem sempre seja assim. De acordo com o Sistema Nacional de Estatísticas de Execução de Penas (2022), a população detida é composta quase exclusivamente por homens (96%), argentinos (95%), urbanos (91%), jovens (80% têm menos de 44 anos), desempregados ou subempregados (71%) e com pouca educação formal (61% têm ensino primário ou menos). Em outras palavras, os jovens pobres estão presos, dos quais quase metade são condenados.

O Sistema Penitenciário Federal (SPF) tem sido objeto de maior número de estudos acadêmicos e relatórios anuais da Procuradoria-Geral Penitenciária Nacional (PPN), órgão oficial independente. Ela, juntamente com outras organizações que supervisionam as prisões provinciais<sup>5</sup>, denuncia regularmente a precariedade das estruturas e a persistência dos maus-tratos e dos direitos sistematicamente violados, chegando ao ponto de considerar o sistema prisional como a principal área de violações dos direitos humanos no país. A prisão também se caracteriza pela sua opacidade e resistência ao olhar da sociedade civil, que procura intervir através de organizações sociais, de direitos humanos e universitárias.

## **Notas teórico-metodológicas sobre as prisões brasileiras**

As pesquisas sobre prisões no Brasil representam um campo consolidado e em crescimento (Lourenço; Alvarez, 2017), implicando uma diversificada gama de perspectivas teórico-metodológicas, epistemológicas e

---

<sup>5</sup> Como o Centro de Estudios Legales y Sociales, a Comisión Provincial de la Memoria de Buenos Aires e o Comité Nacional para la Prevención de la Tortura.

analíticas (Godoi; Mallart, 2017), porém as dificuldades de ingresso de pesquisadores para a realização de trabalho de campo nestes espaços é um assunto recorrente, redundando na mobilização de variadas estratégias e negociações para conseguir liberação institucional (Dias, 2011; Ramalho, 2008; Salla, 2013) ou opções alternativas a ela (Godoi, 2017), garantindo acesso ao campo e aos interlocutores de pesquisa.

A problematização das prisões como instituições que ultrapassam o paradigma de *sui generis*, pautando as interconexões entre o prisional e o urbano, pelo incessante fluxo de pessoas, materiais, sentimentos e ideais, marca também o desenvolvimento de pesquisas, principalmente no estado de São Paulo, em que pesquisadores ingressaram para a realização do trabalho de campo em prisões como visita/esposa de preso (Biondi, 2010), como agente de uma instituição religiosa (Pastoral Carcerária) (Godoi, 2017) e como policial penal (Nascimento, 2022; Sousa; Nascimento, 2023).

É importante destacar que, no contexto brasileiro, as insuficientes condições materiais de vida proporcionadas para a população carcerária mobilizam a permissividade institucional da entrada de pessoas e materiais, sendo a entrada semanal de familiares/visitantes com seus “malotes” ou “jumbos”<sup>6</sup> um itinerário comum em praticamente todas as unidades prisionais. A visitação, para além da garantia de fornecimento de materiais básicos e essenciais para a subsistência intramuros, também proporciona amparo emocional e afetivo para as pessoas

---

<sup>6</sup> São enormes sacolas contendo roupas, material de higiene pessoal e limpeza, alimentos, medicamentos, água potável, toalhas, lençóis, colchão, entre outros itens estabelecidos pela administração penitenciária.

reclusas, funcionando como um canal que atualiza o interno sobre as transformações ocorridas em termos macrosociais e microsociais (rotina familiar e do bairro).

A visitação é uma das dimensões analisadas por Godoi (2017) para pensar as interconexões e entre o prisional e o urbano, que são mobilizadas pelos fluxos carcerários (visitantes, profissionais, religiosos, advogados, etc.) e pelos vasos comunicantes (cartas, televisores, rádios e aparelhos celulares<sup>7</sup>). Nesse sentido, é pelo ingresso nas prisões como visitante (Biondi, 2010; Padovani, 2018) ou como profissional da segurança prisional (Nascimento, 2021, 2022) que sinalizamos modos relacionais de inserção nas prisões para a realização de trabalho de campo.

A pesquisa seminal de Biondi (2010) sobre o PCC inaugurou a inserção de pesquisadores nas prisões brasileiras sem a liberação institucional. Fazendo trabalho de campo enquanto visitava seu esposo recluso, ela afirma que teve uma visão privilegiada da atuação do PCC, compartilhando condutas morais e éticas no cotidiano carcerário. Sua condição de “mulher de preso” possibilitou acesso às narrativas de outras visitantes e de internos, porém, junto aos profissionais, sua presença gerava desconfianças e tensão por conta da suposta oposição entre quem é responsável pela custódia e por quem é custodiado. A autora afirma que essa forma de ingresso nas prisões foi sentida em seu próprio corpo, passando pela revista íntima/vexatória<sup>8</sup>, entre outros procedimen-

---

<sup>7</sup> Embora proibidos, os celulares são comumente utilizados pela população carcerária. Sua posse no interior da cela é considerada uma contravenção penal.

<sup>8</sup> A revista íntima se dá pela exposição do corpo nu e das cavidades de pessoas que ingressam na prisão. Essa prática passou a ser considerada vexatória por órgãos internacionais em 2014 e posteriormente foi proibida no Brasil,

tos perante os agentes prisionais que a vislumbraram em alinhamento moral com as pessoas presas.

Padovani (2018), ao realizar sua tese de doutorado sobre casos e relacionamentos através das prisões de São Paulo e Barcelona, demonstra como foi produzida em campo a partir das suas formas de inserções como visitante/amiga, pesquisadora e agente da Pastoral Carcerária. A descrição das revistas feitas no momento do seu ingresso nas prisões sob diferentes formas permite-nos perceber como seu corpo foi alvo de escrutínio e de alinhamento político/moral, passando pela revista íntima/vexatória quando visitante, pela revista eletrônica (raios X) quando agente da Pastoral e pela revista em seus papéis quando carregava consigo a liberação da realização da pesquisa assinada e carimbada pelo juiz corregedor. A autora demonstra que o rigor da revista estava diretamente relacionado às relações firmadas pelas modalidades de inserções, pois era o grau de suspeição que mobilizava a intensidade do ritual de revista em seu próprio corpo. Sua entrada como visitante implicava um alinhamento político/moral para com a população prisional, o que justificava o rigor de ter seu corpo nu e cavidades vasculhadas pelo olhar da agente prisional. A condição de pesquisadora, por outro lado, implicava uma condição diferente, pois era ela alguém autorizada pela mais alta burocracia para estar ali, pesquisando a partir de uma suposta neutralidade política/moral.

As pesquisas desenvolvidas por Nascimento (2021, 2022), com trabalho de campo realizado a partir do lugar relacional ocupado pelo autor enquanto etnógrafo e po-

---

com a Lei nº 13.271/2016, sancionada pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores).

licial penal, também estão no rol dos trabalhos que enveredam por perspectivas metodológicas e relacionais incomuns. Pensando o aprisionamento de travestis e mulheres transexuais no estado do Ceará, Nascimento (2022) problematiza como o seu próprio corpo e sua sexualidade foram alvo de suspeição pelas suas interlocutoras e por seus colegas policiais penais, que não entediam os motivos que levariam um agente de segurança a realizar pesquisa pautando pessoas transgêneros. Os agentes prisionais recorrentemente insistiam em afirmar que as questões que envolvem o trabalho prisional seriam um objeto de estudo mais coerente para um trabalhador das prisões, demonstrando uma suposta irrelevância de pensar as prisões a partir das questões de gênero e da sexualidade, mas também colocando em suspeição a própria sexualidade do pesquisador e dos seus interesses de pesquisa.

Por outro lado, em sua tese de doutorado sobre fronteiras de guerra entre policiais penais e presos a partir da expansão das facções no Ceará, Nascimento (2021) toma seus colegas policiais penais como os principais interlocutores de sua pesquisa. O trabalho de campo foi realizado em um momento de incisivas mudanças na política prisional e marcado pela criação da Polícia Penal brasileira, o que ressoava em cobranças dos agentes de segurança para que a tese defendesse a categoria profissional, pois era o autor também um policial penal, alguém que conhece os desafios e dificuldades do exercício funcional e pertence à “família” composta por agentes de segurança; era ele um “irmão de farda”. Nesse contexto, pertencer à “família” ressoava na formação de relações afetivas e de cumplicidade, mas também em um alinha-

mento político/moral para com a categoria profissional, pois, antes de tudo, a tese, na visão de seus interlocutores, deveria ser pautada por uma defesa dos policiais penais, focando na desestigmatização dessa categoria profissional, que é recorrentemente apontada pelo despreparo, pela corrupção, pela truculência e pelo fracasso da ressocialização dos presos.

Em cada uma dessas diferentes pesquisas, destacam-se a forma de inserção e os limites negociados entre o que se quer e o que se pode observar no cotidiano carcerário, demonstrando como as relações produzem alinhamentos morais e políticos do fazer etnográfico.

### **As prisões argentinas: empreendimento teórico-metodológico de pesquisas<sup>9</sup>**

As pesquisas qualitativas sobre o mundo carcerário na Argentina, deixando de lado os poucos estudos precursores (Neuman; Irurzún, 1968), foram desenvolvidas após o retorno à democracia em 1983. Seus objetos e orientações, embora diversos, são marcados pelas possibilidades e limitações de um território de difícil acesso. A obtenção das autorizações correspondentes, o aproveitamento dos rendimentos através de instituições civis ou a ida para a prisão devido aos seus efeitos generalizados nos bairros e nas famílias orientam e moldam a investigação, bem como, em última instância, o campo de estudo.

Na Argentina, a pandemia de Covid-19 revelou a porosidade da prisão com o ambiente circundante. Esse período deixou claro que, sem os “bagayos”, aquelas

<sup>9</sup> Agradecemos as valiosas contribuições da doutora Natalia Ojeda para esta discussão.

enormes sacolas de nylon ou *friselina* que os familiares, especificamente as mulheres, carregam para seus detentos (Villarreal, 2023), sem a consolidação do dispositivo religioso portado pelos “irmãozinhos presos” nos pavilhões evangélicos (Manchado, 2022), sem a implantação de mercados ilegais e sem a gestão química da indústria farmacêutica (característica no Brasil e cada vez mais forte na Argentina), a prisão conectada aos seus circuitos externos não tem como construir qualquer tipo de ordem e sobrevivência. A porosidade fica evidente em diversas formas de continuidades e trocas que envolvem elementos materiais, emoções, afetos, violência e mecanismos de sobrevivência. Esses efeitos do encarceramento nos familiares e nas dinâmicas territoriais têm sido privilegiados por algumas pesquisas que, acompanhando atores e trajetórias, ultrapassam o “espaço do confinamento” para oferecer uma análise excêntrica do universo prisional (Blázquez; Koopmann, 2024; Ferreccio, 2017; Liberatori, 2022; Mancini, 2021).

Atualmente não existem muitos estudos etnográficos que possam ser desenvolvidos dentro do espaço prisional orientados apenas pelo objetivo da pesquisa<sup>10</sup>. Em geral, é conveniente distinguir entre os sistemas penitenciários federal e provincial, que também apresentam heterogeneidades internas. Em particular, o SPF é caracterizado por uma cadeia de comando vertical. A entrada nas suas instituições implica autorizações formais

---

<sup>10</sup> Temos também alguns estudos sociológicos escritos por intelectuais que sobreviveram à última ditadura, que não só representam contribuições históricas, mas também lançam luz sobre alguns funcionamentos atuais, por exemplo, *La Bemba*, de Ipola (1997), que estuda rumores na prisão, ou *Poder e desaparecimento*, de Calveiro (1998), que oferece uma análise da experiência de concentração.

emitidas pelo mais alto nível da burocracia, portanto, sem uma agência intermediária<sup>11</sup>, as possibilidades de acesso e permanência nos espaços penitenciários para analisar sua dinâmica dependem da capacidade de cada pesquisador para obter as autorizações correspondentes e de um componente imprevisível, mas central, a “sorte”. No nível federal, podemos citar, entre outras, a pesquisa original de Ojeda (2013) sobre a dinâmica relacional e os significados do confinamento em uma prisão feminina federal, ou de Lombraña (2015) sobre o papel das emoções e dos dispositivos de perdão acessando unidades psiquiátrico-penais. Essas investigações dão continuidade aos estudos etnográficos pioneiros de Kalinsky (2004, 2006), realizados em diferentes tipos de instituições prisionais. Os sistemas penitenciários provinciais têm raízes e dinâmicas ancoradas nos seus próprios territórios, o que permite negociações locais, independentemente de assinaturas e selos nacionais. Isso não significa que o acesso seja sempre facilitado, como atestam diversas etnografias das prisões de Buenos Aires (Galvani, 2022) realizadas no âmbito da formação universitária. Em vários desses estudos, são mobilizados recursos para contornar a impossibilidade de acesso à prisão através de entrevistas aos seus atores em meios de comunicação gratuitos ou acessíveis<sup>12</sup>. Uma vez habilitadas as inscrições, dependendo de como foram gerenciadas as auto-

<sup>11</sup> Podemos citar, por exemplo, o caso, na França, de um laboratório de investigação social que está articulado com o serviço penitenciário e facilita o acesso dos investigadores a esses espaços. O Instituto de Criminologia conseguiu desempenhar papel semelhante por um curto período de tempo (2020-2023) após acordo com o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).

<sup>12</sup> Em tempos de inacessibilidade, também recorremos a essas estratégias (Borgeaud-Garciandía, 2022).

rizações e de quem as concedeu, o pesquisador é equiparado a uma organização, alto comando ou profissão (“o de direitos humanos”, “aquele que vem do Ministério”, “o professor”), rótulo que deve ser superado se quisermos estabelecer outras relações com diferentes atores da instituição penitenciária. Assim, a investigação está sujeita a múltiplas limitações: físicas, temporais, organizacionais e relacionais, muitas vezes imprevisíveis ou enigmáticas, o que torna as margens de manobra um tanto versáteis e negociáveis.

Para além desses canais “formais”, destacam-se dois atores que têm uma força motriz nas intervenções e estudos em contextos de confinamento: as organizações de direitos humanos e as universidades públicas. Esses atores estatais estão interligados, o que gera linhas tênues entre os campos que separam a “militância” da “academia”, a gestão estatal ligada a organizações oficiais de direitos humanos e a produção de conhecimento científico. Por essa razão, grande parte dos estudos sobre prisões foi desenvolvida por organizações dedicadas a recolher e denunciar violações de direitos humanos nas prisões do país<sup>13</sup>. Estas abrangem problemas específicos do universo prisional e das suas populações em coordenação com cientistas sociais pertencentes ao meio acadêmico que aí encontram acesso às prisões (CELS; MPD; PPN, 2011; PPN, 2019). Dentro de um conjunto de estudos que traduzem múltiplas ligações entre investigadores e organizações de direitos humanos, podemos citar uma

---

<sup>13</sup> Conforme referido, para o sistema federal destacam-se as investigações realizadas pela PPN, às quais se somam o Centro de Estudios Legales y Sociales, a Comisión Provincial de Memoria e o Comité Nacional para la Prevención de la Tortura.

linha de investigação que, algures entre a academia e a militância, apresenta a prisão em termos de governo da pobreza e de produção de sujeitos assujeitados (Daroqui, 2012; Daroqui *et al.*, 2014).

Nos últimos 15 anos na Argentina, observamos um crescimento exponencial dos programas universitários em contextos de confinamento, o que nos mostra um mapa que, das 70 universidades públicas do país, 35 realizam algum tipo de atividade educativa em contextos de confinamento prisional<sup>14</sup>. Tal desenvolvimento levanta a questão da relação entre prisão e universidade. Se parece que a prisão precisa da universidade na sua tarefa de “ressocialização”, é igualmente pertinente pensar por que a universidade precisa da prisão. O nascimento de centros universitários em espaços penitenciários tem raízes heterogêneas, como mostram Lombraña, Strauss e Tejerina (2022), contrastando a história de dois deles<sup>15</sup>. Destacamos aqui que eles aparecem como espaços privilegiados de acesso de pesquisadores docentes às instituições penitenciárias. Embora algumas, seja por possibilidades e interesses próprios, seja porque o projeto de extensão o permite, concentrem-se em outros objetos de estudo, muitas dessas investigações têm abordado diferentes aspectos da educação em contextos de confinamento, gerando uma vasta bibliografia sobre o tema (Bixio; Mercado; Timmerman, 2016; Blázquez; Villarreal, 2024; Parchuc, 2015).

<sup>14</sup> No *link* a seguir, você pode ver um mapa da Argentina com presença universitária em diferentes prisões do país: <https://redunece.ar/#mapa>.

<sup>15</sup> O Centro Universitário San Martín, que nasceu em 2008, fruto dos pedidos e mobilizações dos reclusos para o acesso aos estudos universitários do território, e o Centro Universitário Devoto, o mais antigo, cuja gênese remonta ao pós-ditadura e ostenta a marca daquela história então muito recente.

## Notas comparativas e conclusivas sobre pesquisas desenvolvidas em prisões no Brasil e Argentina

Como dito na introdução, cada país, região e sistema apresentam heterogeneidades. Cada instituição prisional tem uma dinâmica própria, dependendo das suas características, população, inserção territorial, atores intervenientes, etc. Tudo isso significa ser cauteloso ao fazer comparações, contudo surpreendentemente as experiências dos cientistas sociais que se dedicam ao estudo das prisões dialogam com facilidade, certamente por algumas características que apresentam, para além de suas diferenças. Podemos destacar três delas: são instituições que, como testemunhou Goffman (1974), apresentam funcionamento intramuros próprio (regras, organização, temporalidades). Ao mesmo tempo, longe da imagem de uma fortaleza isolada do mundo, estão intimamente ligados ao meio ambiente através de bens, pessoas, afetos ou regulamentações penais. Poder-se-ia mesmo adiantar que, nos nossos países, o funcionamento das prisões depende (paradoxalmente?) das famílias dos presos, que lhes fornecem parte do que é essencial para a sua sobrevivência. Uma terceira característica comum, que se manifesta de forma mais ou menos aberta, mas que permeia as pesquisas voltadas ao universo carcerário, consiste na resistência dos sistemas penitenciários ao olhar crítico externo. Seja qual for o objeto de estudo, existem variáveis – entre outras – que devemos considerar.

Antes de nos aprofundarmos nas estratégias que os pesquisadores sociais devem adotar, podemos destacar alguns pontos gerais em comum ou que diferenciam as realidades penitenciárias de nossos países. Ambos

apresentam estruturas e condições de vida regularmente denunciadas por organizações da sociedade civil. A esmagadora maioria da população alojada está localizada em uma parte muito pequena do espectro social: homens em idade reprodutiva e pobres – cada país com suas próprias formas e processos sociais de produzir e gerir a sua população racializada. Todo o sistema penal funciona seletivamente. Mesmo com governos ditos progressistas, o discurso dos direitos humanos e da humanização da prisão foi acompanhado de discursos (e ações) voltados ao desenvolvimento do parque prisional. Uma diferença importante que influencia diretamente a organização das prisões brasileiras e talvez de forma diferente em relação às argentinas nas investigações que ali podem ser realizadas está ligada à presença de coletivos criminais ou facções criminais. Esses coletivos originados no interior das prisões, para conter a violência propagada entre os próprios presos e por agentes do Estado para com a população carcerária, transbordaram do interior das prisões e passaram a controlar os mercados de ilegalidades, principalmente o de armas e de drogas. O avanço da atuação desses coletivos para outros estados e países tem gerado aumento dos homicídios e de outros crimes violentos.

Nesses universos inicialmente hostis, como é que os investigadores conseguem acesso para os estudos? Que recursos mobilizam? Como eles conseguem se mover nesses campos? Como é negociada a sua presença? Estas são algumas das questões que nos desafiam. A partir de uma revisão dos estudos socioantropológicos desenvolvidos nos dois países, vislumbramos alguns elementos notáveis.

Em primeiro lugar, os investigadores de ambos os países enfrentam a mesma dificuldade na obtenção de autorizações formais. Isso se deve em parte ao fato de que estes dependem diretamente de altas autoridades, sem organizações oficiais que articulem a pesquisa social com as instituições penitenciárias. As autorizações, portanto, não são administrativas, mas sim políticas e, como tais, dependem de muitos fatores: a abertura de quem as concede, mas também o acesso que o investigador pode ter a essas autoridades. Em suma, em muitos casos – para não dizer na maioria – a investigação social começa muito antes de chegar à prisão, a par das estratégias implementadas para contornar este obstáculo, e isso representa outro elemento notável que observamos nos dois países. As estratégias são múltiplas, dependendo dos recursos e da situação dos investigadores. Algumas são de natureza mais individual, como a antropóloga que aproveita as visitas ao marido preso, ou quando, com a ajuda de uma organização de libertos, são realizadas entrevistas no ambiente livre. Um pouco diferente é o caso do funcionário do sistema prisional que realiza pesquisas antropológicas. Provavelmente será “suspeito”, mas não é necessário negociar o acesso à instituição. Outro conjunto de estratégias está ligado ao estudo dos efeitos prolongados da prisão no ambiente livre que levam os pesquisadores à instituição, por exemplo, como visitante ou como acompanhante de um familiar. Um terceiro conjunto de estratégias mobiliza diferentes tipos de instituições civis que intervêm no ambiente prisional. Podem ser organizações religiosas, de extensão universitária, de defesa dos direitos humanos, associações que propõem atividades culturais. Essas organizações oferecem aces-

so privilegiado às prisões e deixam a sua marca em muitas das investigações realizadas nesse âmbito.

A forma como você penetra na instituição terá impacto nas possibilidades de movimentação dentro de seus espaços e nas negociações internas; vai direcionar quais pessoas e discursos a que o pesquisador terá acesso ou o que lhe será possibilitado ver ou vivenciar. Cada investigação é, nesse sentido, situada, o que não impede uma reflexão conjunta. Pelo contrário, a diversidade de situações vivenciadas entre os investigadores, ou por si próprios no seu próprio campo, mostra até que ponto as representações que os atores têm de nós influenciam o desenvolvimento da investigação, bem como o peso das micronegociações internas explícitas ou implícitas. Tal setor será acessível e outro não; tal corpo será exposto e objetivado através da busca humilhante; tal outro permanecerá protegido; tal pesquisador gera desconfiança por estar associado à administração, enquanto o outro que vem da mão dos direitos humanos “nos ajudará” (se for estagiário) ou “nos desprezará” (se for guarda). Intervém aqui um elemento essencial, parte do trabalho do cientista social, que muitas vezes é escasso devido às condições de acesso acima descritas. Para “arranjar um lugar para si”, estabelecer relações de confiança, superar os rótulos atribuídos (os dos outros, mas também os que se atribui a si mesmo), é preciso tempo – tempo e presença.

Este conjunto de elementos leva-nos a uma questão essencial: até que ponto a prisão representa um espaço de investigação “excepcional” ou acentua características que, em última análise, são típicas da investigação social em universos complexos? Diante de uma discussão que

não será resolvida, buscaremos novas pistas para reflexão em contribuições futuras.

## Referências

BIONDI, K. *Junto e misturado*: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIXIO, B.; MERCADO, P.; TIMMERMAN, F. (coord.). *Sentidos políticos de la universidad en la cárcel*: fragmentos teóricos y experiencias. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2016.

BLÁZQUEZ, N.; KOOPMANN, A. *Este espacio era mío, yo me lo gané*: una etnografía sobre líneas de vida en condiciones de encierro. Córdoba: Idacor-Conicet, 2024.

BLÁZQUEZ, N.; VILLARREAL, A. Busco imágenes nativas que respondan a las imágenes invasoras. Entrevista a César González. *E+E: Estudios de Extensión en Humanidades*, Córdoba, v. 11, n. 17, 2024.

BORGEAUD-GARCIANDIA, N. Femmes en détention. Précarités existentielles et vécus charnels de l'incarcération en Argentine. *Déviance & Société*, [S.l.], v. 46, n. 1, 2022.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais

de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 abr. 2016.

BRASIL. *Relatório de informações penais*: 15º ciclo, 2º semestre 2023. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024.

CALVEIRO, P. *Poder y desaparición*: los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 1998.

CELS; MPD; PPN. *Mujeres en prisión*: los alcances del castigo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CLEMMER, D. *The prison community*. New York: Rinehart and Winston, 1958.

DAROQUI, A. La cárcel del presente, su "sentido" como práctica de secuestro institucional. In: GAYOL, S.; KESSLER, G. (ed.). *Violencias, delitos y justicias en Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 2002. p. 191-206.

DAROQUI, A. et al. *Castigar y gobernar*: hacia una sociología de la cárcel. La gobernabilidad penitenciaria bonaerense. Buenos Aires: CPM: GESPyDH, 2014.

DE IPOLA, E. *La Bemba*: acerca del rumor carcelario y otros ensayos. Buenos Aires: Siglo XXI, 1997.

DIAS, C. N. *Da pulverização ao monopólio da violência*: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutora-

do em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FELTRAN, G. *Irmãos*: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERRECCIO, V. *La larga sombra de la prisión*: una etnografía de los efectos extendidos del encarcelamiento. Buenos Aires: Prometeo, 2017.

FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*: nacimiento de la prisión. México: Siglo XXI, 1989.

GALVANI, I. (coord.). *Etnografías de las cárceles bonaerenses*. La Plata: UNLP, 2022.

GODOI, R. *Fluxos em cadeia*: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GODOI, R.; MALLART, F. Dados e atualidade da pesquisa em prisão do Brasil (Apresentação do Dossiê). *Aracê*: Direitos Humanos em Revista, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 8-13, 2017.

GOFFMAN, E. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KALINSKY, B. La antropología social en contextos frágiles de investigación. Un estudio de caso. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Murcia, v. 179, p. 161-179, 2004.

KALINSKY, B. Los usos de la prisión: la otra cara de la institucionalización. El caso de mujeres encarceladas. *Ley*,

*Razón y Justicia*: Revista de Investigaciones en Ciencias Jurídicas y Sociales, Almería, v. 7, n. 10, p. 181-204, 2006.

LIBERATORI, M. Hacerse el malo y echarse a dormir. Un análisis etnográfico sobre paradojas entre el mal y el bien en una villa y una cárcel en Córdoba (Argentina). *Chungara*: Revista de Antropología Chilena, Taparacá, v. 24, n. 2, p. 377-390, 2022.

LOMBRAÑA, A. *Dispositivos penales de perdón*. Modos de decir y hacer en torno a la emoción y el castigo. 2015. Tesis doctoral sin publicar. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

LOMBRAÑA, A.; STRAUSS, L.; TEJERINA, D. Hacia la construcción de un proyecto pedagógico del Centro Universitario de San Martín (Cusam). *Prisiones*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 112-122, 2022.

LOURENÇO, L. C.; ALVAREZ, M. C. Estudos sobre prisão: um balanço de estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). *BIB*, São Paulo, v. 84, n. 2, p. 216-236, 2017.

MANCHADO, M. *La redención del castigo*: el evangelismo y la construcción del orden en las prisiones contemporáneas. Rosario: UNR, 2022.

MANCINI, I. Relaciones de género en los intersticios de las prisiones argentinas. Tensiones en torno a derechos y cuidados. *Religación*: Revista de Ciencias Sociales y Humanas, Quito, v. 6, n. 30, 2021.

MANSO, B.; DIAS, C. *A guerra*: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

NASCIMENTO, F. E. M. *Fronteiras de guerra*: gestão da vida e processos de Estado nas fronteiras entre policiais penais e presos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

NASCIMENTO, F. E. M. *Travestilidades aprisionadas*: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. São Paulo: Dialética, 2022.

NEUMAN, E.; IRURZÚN, V. *La sociedad carcelaria*: aspectos penológicos y sociológicos. Buenos Aires: Depalma, 1968.

OJEDA, N. *La cárcel y sus paradojas*: los sentidos del encierro en una cárcel de mujeres. 2013. Tesis doctoral sin publicar. Universidad Nacional de San Martín, San Martín, 2013.

PADOVANI, N. C. *Sobre casos e casamentos*: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: Edufscar, 2018.

PADOVANI, N. C.; HASSELBERG, I.; BOE, C. S. Engajamentos antropológicos com a prisão: perspectivas de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 55, e195500, 2019.

PARCHUC, J. P. La universidad en la cárcel: teoría, debates, acciones. *Redes de Extensión*, Buenos Aires, v. 1, p. 18-36, 2015.

PPN. *Más allá de la prisión*: paternidades, maternidades e infancias atravesadas por el encierro. Buenos Aires: PPN, 2019.

RAMALHO, J. R. *Mundo do crime*: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SALLA, F. A pesquisa na prisão: labirintos. In: LOURENÇO, L. C.; GOMES, G. L. R. (org.). *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 11-27.

SOUSA, N. R.; NASCIMENTO, F. E. M. Entrar e permanecer na prisão: reflexões autoetnográficas do trabalho na segurança prisional. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 21, n. 45, p. 17-39, 2023.

SYKES, G. *La sociedad de los cautivos*: estudio de una cárcel de máxima seguridad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

VILLARREAL, A. *A mi hijo lo suicidaron*: una etnografía sobre muertes en cárceles de Córdoba. 2023. Tesis doctoral sin publicar. Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2023.

WACQUANT, L. *Las cárceles de la miseria*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

## **4 EDUCAÇÃO DE PESSOAS RECLUSAS NO CONTEXTO PRISIONAL DE PORTUGAL E O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap4>

### **ALINE SIEBRA FONTELES LOPES**

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

### **CARLOS FRANCISCO DE SOUSA REIS**

Professor doutor no Programa de Doutorado em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

### **HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAUJO**

Pós-Doutora e doutora em Educação. Docente e pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nos Programas de Pós-Graduação em Educação e de Políticas Públicas.  
E-mail: [helena.marinho@uece.br](mailto:helena.marinho@uece.br)

## Introdução

Esta pesquisa reflete sobre a Educação de pessoas reclusas, sejam elas jovens, adultos ou idosos, homens ou mulheres no contexto prisional de Portugal, e aponta o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefèvre, F.; Lefèvre, A., 2003) como alternativa metodológica para a pesquisa na temática Educação em prisões.

Na busca pela construção do referencial teórico deste estudo, refletiu-se sobre a Educação direcionada a pessoas reclusas em Portugal, visto que, no referido país, tal público possui um perfil heterogêneo e uma realidade diferente da brasileira. O papel da Educação no processo de emancipação do ser humano deve ser considerado para o público de pessoas privadas de liberdade. A Educação deve promover o alcance da conscientização, que gera libertação (Freire, 1986).

De acordo com o Relatório Anual do Conselho da Europa de 2019, a população carcerária de Portugal tem alto quantitativo de idosos, sendo que 3,1% têm 60 anos e pouco mais de 21% têm 50 anos, ou seja, 2.704. Os números apresentados demonstram a elevação da média das idades das pessoas reclusas na comunidade europeia,

situação diferente do Brasil, portanto, em que a maioria da população carcerária é composta por jovens.

A Educação está estabelecida como um direito segundo o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que afirma:

[...] todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

A Educação, portanto, deve ser promovida a todas as pessoas, inclusive as reclusas, pois tais pessoas, apesar de sentenciadas com privação de liberdade, não estão privadas de outros direitos humanos, como: alimentação, saúde, desporto e educação (Cavalcante, 2020).

Dentro de uma perspectiva de atuação intersetorial das políticas, salienta-se que a Educação não é a única política responsável pela ressocialização e reeducação das pessoas reclusas. Freire (2005, p. 45) corrobora tal aspecto: “E enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica”. Se a educação é transformadora e é um direito, é imprescindível assegurar esse direito às pessoas reclusas. No âmbito político e jurídico, assim asseguram a Constituição Portuguesa, o Conselho da Europa, a Lei nº 115/2009 e a Lei nº 21/2013, documentos que orientam a Educação Superior, inclusive na modalidade virtual, a adultos privados de liberdade.

A população carcerária, em alguns países como Brasil e Estados Unidos, é considerada de grande porte, não sendo esse o caso de Portugal, que é um país me-

nor e com menos incidência criminal (Lusa, 2021), porém o país é exemplo na implementação do Ensino Superior virtual para pessoas reclusas (Silva; Moreira; Alcoforado, 2019) e na criação do modelo de formação no contexto prisional, com um projeto de comunidade de reflexões (Gonçalves, 2022; Reis, 2016), por essa razão Portugal torna-se alvo desta pesquisa.

O percurso acadêmico da doutoranda permitiu a internacionalização e intercâmbio de saberes. Em conjunto com os orientadores, têm sido desenvolvidos estudos que abordam as políticas públicas voltadas para pessoas reclusas. A busca pelo aprofundamento sobre Educação, enquanto política pública, possibilitou selecionar, durante as disciplinas do doutoramento, autores e artigos que contribuem com a presente discussão.

Nesse sentido, a afinidade da doutoranda com a temática pode promover a busca de novos cenários, como é o caso de realizar a pesquisa sobre pessoas privadas de liberdade no âmbito de Portugal e Brasil, contribuindo para um intercâmbio de saberes. Tal feito requereu um novo levantamento de informações desconhecidas pela doutoranda, enquanto estudante e pesquisadora brasileira numa universidade europeia, levando-a a explorar o mesmo assunto numa outra dimensão ou realidade.

Para a elaboração desta reflexão, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e, na busca pela melhor técnica de coleta de dados, escolheu-se o DSC (Lefèvre, F.; Lefèvre, A., 2003), bem como demais autores relacionados com a temática Educação em prisões, para construir a reflexão baseada nas discussões da disciplina do doutoramento, que dialogassem com o eixo: Educação de Jovens e Adultos e o Desenvolvimento Comunitário.

O objetivo geral deste capítulo é refletir sobre a Educação de pessoas reclusas no contexto prisional de Portugal e apontar o DSC como alternativa metodológica para a pesquisa na temática Educação em prisões. Com o intuito de cumprir os requisitos para a avaliação da disciplina da Disciplina do Seminário Temático de Metodologia da Investigação e Estatística I e exercitar a escrita e a busca da metodologia que poderia ser utilizada posteriormente no plano de tese, preparando, assim, a fundamentação teórica a partir dessa produção, apresenta-se aqui também o método de pesquisa DSC.

O presente estudo foi organizado em tópicos, sendo o primeiro esta introdução; o segundo trata sobre a pesquisa qualitativa e o DSC, explorando as técnicas desse método, com figuras metodológicas; o terceiro aborda a Educação em prisões, em uma breve discussão teórica no contexto de Portugal; em seguida, o quarto tópico tece as considerações finais.

## **Metodologia**

Este trabalho compreende estudos realizados a partir da disciplina do Seminário Temático de Metodologia da Investigação e Estatística I do doutoramento em Educação da Universidade de Coimbra, para a construção da tese que está sob a orientação dos professores mencionados. A disciplina requeria a busca por uma possibilidade metodológica a ser utilizada na produção da tese. Consiste em uma revisão bibliográfica, na qual se buscou aprofundar sobre o DSC (Lefèvre, F.; Lefèvre, A., 2003) como técnica para a discussão sobre Educação em prisões.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Os estudos qualitativos são os mais adequados quando se trata de pesquisas que envolvem os seres humanos, pois os fenômenos precisam ser analisados sob uma perspectiva que na totalidade enxergue o público-alvo, considerando as diversas nuances que o caracteriza. Dependendo sempre do objeto de estudo, da problemática a ser questionada, do objetivo do estudo, das hipóteses levantadas, é possível determinar se a pesquisa é de cunho qualitativo (Amado, 2014; Minayo, 2004).

Este estudo também é uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados deu-se em fontes secundárias, empreendendo-se uma revisão de literatura, sendo estes os principais autores que fundamentam a pesquisa: Cavalcante (2020); F. Lefèvre e A. Lefèvre (2003); Goffman (1990); Lopes, Araújo e Cavalcante (2024); Minayo (2004); e Silva, Moreira e Alcoforado (2019). Tais autores colaboraram para a discussão e para a construção da metodologia.

## **A pesquisa qualitativa e o DSC**

Explora-se uma técnica para realizar uma pesquisa com abordagem qualitativa. Consoante Triviños (2012, p. 117), “[...] corresponde a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade”. Para analisar a realidade complexa da Educação no contexto prisional, apresenta-se aqui o DSC, método de tabulação de dados oriundos de uma pesquisa qualitativa, na qual a fala de vários sujeitos gera um discurso em primeira pessoa que representa a percepção, a experiência e a visão de determinado grupo sobre aquilo que vivencia.

Tal método é muito interessante quando se pretende pesquisar sobre um público-alvo um tanto inacessível, como é o caso de pessoas reclusas, que será o tema da tese de doutoramento. Um exemplo da aplicabilidade dessa técnica em pesquisa sobre prisões é o estudo de Sousa *et al.* (2016), no qual aplicam a técnica do DSC em uma pesquisa intitulada: *A experiência da prisão preventiva por violência conjugal: o discurso dos homens*. A referida pesquisa coletou dados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupo focal, entre maio e dezembro de 2015. Os dados foram tabulados a partir do DSC no *software* NVIVO® 11, diferente do QualiQuantSoft.

As particularidades do discurso do sujeito devem ser consideradas na sua integralidade; a escolha do método para coleta e organização dos dados é de suma importância quando se trata de ir a campo. A técnica apresentada demonstra uma preocupação com a qualidade do discurso sem reduzir a quantidade de sujeitos entrevistados; por mais que o discurso seja em primeira pessoa, ele será a representação da voz de diversos sujeitos que participarão do estudo.

Na técnica do DSC, os pesquisadores contam com um instrumento virtual, uma aplicação digital, como no caso do artigo de Sousa *et al.* (2016), que recorreram ao NVIVO® 11, que é um programa de tabulação, ou o QualiQuantSoft., desenvolvido baseado na técnica de F. Lefèvre, A. Lefèvre e Teixeira (2003). O programa facilita a organização dos dados colhidos e segue a sequência metodológica proposta pelos autores, em que, no final do processo, é possível obter o resultado do discurso coletivo, o que facilita imensamente o tratamento dos dados obtidos e a contextualização da subjetividade dos sujeitos.

Minayo (2004) ressalta que o DSC é uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos, proposta por F. Lefèvre e A. Lefèvre na década de 1990, e tem como fundamento a Teoria da Representação Social. F. Lefèvre, A. Lefèvre e Teixeira (2000) propuseram o DSC como uma estratégia para organizar e tabular dados qualitativos obtidos através de entrevistas, nas quais as falas dos sujeitos tornam-se depoimentos; como se as falas de vários entrevistados dessem origem a uma fala única, que representa a perspectiva geral.

Nesse contexto, a Teoria da Representação Social, que tem sua origem na Psicologia Social, fundamenta a análise desse discurso oriundo dos depoimentos registrados. F. Lefèvre e A. Lefèvre (2003) salientam que essa técnica corrobora a pesquisa qualitativa, pois traz a voz de muitos sujeitos sobre questões particulares, dando amplitude ao depoimento coletivo. Esses depoimentos nem sempre podem ser quantificados, dado o seu caráter pessoal, necessitando, assim, de uma análise da fala dos sujeitos. F. Lefèvre, A. Lefèvre e Marques (2009) afirmam que o DSC busca responder à expressão do indivíduo oriunda do pensamento coletivo, numa perspectiva quantiquantitativa.

Quando se trata de público-alvo de estudo qualitativo, é importante delimitar os sujeitos mediante aquilo que se propõe obter através do objetivo da pesquisa, então devem ser consideradas a determinação dos sujeitos da pesquisa e suas características, que são complexas, contraditórias e em processo contínuo de mudanças (Minayo, 2004). Minayo (2015, p. 75) afirma:

O método qualitativo, quando escolhido, leva o pesquisador a desenvolver uma pesquisa de

campo em determinado lócus, ou seja, é possível delimitar o público e o local e assim conhecer e descrever através do trabalho de campo a problemática e hipóteses levantadas a princípio.

Essa técnica utiliza as palavras-chave das respostas individuais, aquilo que se sobressai na fala dos sujeitos e pode se tornar uma expressão-chave que permeia significativamente as respostas obtidas através dos depoimentos. Deve-se identificar as expressões-chave, que são os termos escolhidos dos depoimentos, por exemplo: a) qualidade de vida na prisão; e b) rompimento dos laços afetivos.

Das expressões-chave derivam as ideias centrais, que sintetizam o discurso: a) a qualidade de vida é péssima na prisão; e b) minha família me abandonou. A partir de então, é possível realizar os discursos-síntese na primeira pessoa do singular, em que a percepção do grupo é transformada em um discurso individual, o DSC, que, de forma coloquial, chamo de opinião do “eu coletivo”. Como exemplo:

**DSC 1 – Sobre a qualidade de vida na prisão**

A comida não é a da nossa casa e os horários são eles que escolhem. Escolhem a hora do banho, a hora do lazer, isso não é vida.

**DSC 2 – Rompimento dos laços afetivos**

A família continua a vida lá fora; precisa cuidar de si. Ficamos distantes e esquecidos, sempre esperando a próxima visita, sem contato com o mundo exterior.

O DSC, como técnica escolhida para pesquisas no âmbito prisional, contribui para uma análise que vai além de uma pesquisa assistencialista com o foco apenas em narrar fatos ou transcrever entrevistas. Ao dar voz ao su-

jeito coletivo, essa técnica contribui com a emancipação da pessoa reclusa, que necessita ter sua fala e escuta asseguradas. Assim, é possível surgirem as categorias, as expressões-chave, as ideias centrais, que serão sintetizadas para se criar um DSC que é oriundo de opiniões similares, dadas por sujeitos diferentes, mas que geram um depoimento-síntese referente à categoria em questão.

O DSC reflete a opinião do coletivo pesquisado através do discurso individual, produzindo o que denomina de primeira pessoa coletiva do singular, sendo o DSC a expressão de um “eu ampliado” (Lefèvre, F.; Lefèvre, A., 2003). Ao coletar entrevistas individuais, o pesquisador traduz o pensamento, o comportamento, o fato social em questão com perguntas abertas, o que faz com que o pensamento internalizado possa ser expresso na conclusão do DSC (Lefèvre, F.; Lefèvre, A., 2003).

Os DSCs são opiniões individuais consolidadas após um processo de análise realizado pelo pesquisador, que, mediante o tratamento dos dados durante a análise, deve preservar a autenticidade dos depoimentos, para que o resultado seja um painel de perspectivas, depoimentos, opiniões de vários indivíduos que gerem o DSC. Para construir o DSC, é necessária a utilização das figuras metodológicas, que possuem categorias oriundas dos depoimentos e perspectivas similares dos diferentes sujeitos.

A coletividade, como já afirmamos anteriormente, é representada como uma fala única, ou seja, a opinião do todo é transformada na opinião de um indivíduo que a representa. As figuras metodológicas são a ancoragem, que, para F. Lefèvre e A. Lefèvre (2003), é semelhante ao sentido dado por Moscovi (2000) na Teoria de Represen-

tação Social, que considera que as expressões-chave são uma etapa em que o pesquisador considera o depoimento do sujeito na sua integralidade.

O DSC só é consolidado após a extração das ideias centrais e das expressões-chave, manifestando um discurso linear, coerente e com sentido, relacionado a determinado fato vivenciado pelo sujeito. Para auxiliar na tabulação dos dados obtidos, há ainda o *software* QualiQuantiSoft, que é um programa desenvolvido fundamentalmente na teoria do DSC; o programa é um instrumento que promove a construção de estudos qualitativos baseados nesta metodologia.

Considera-se o DSC um método inovador, que amplia a voz da coletividade, transformando vários relatos, pensamentos e crenças individuais em uma representação do pensamento coletivo sobre uma determinada situação ou temática, no caso deste estudo, sobre a Educação enquanto política pública e social no âmbito das prisões.

### **Educação em prisões: uma breve discussão teórica no contexto de Portugal**

A Constituição da República Portuguesa (1976) no artigo 74, estabelece o direito à Educação “para todos”, não excluindo as pessoas reclusas de um direito tão importante para o desenvolvimento das nações. Apesar de esse documento assegurar o direito à Educação para todos e todas, existem, porém, dificuldades para implementar uma Educação adequada ao contexto prisional.

Essas adversidades estão imbricadas à organização do sistema penitenciário, que precisa adequar-se às

questões de infraestrutura, como adaptação de salas de aula, conteúdos, metodologias, para que a Educação proporcione as atividades escolares formais com qualidade, respeitando os níveis estabelecidos de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo Português, aprovada pela Lei nº 46/86, de 14 de outubro. Portugal possui três níveis de ensino: a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário.

Silva, Moreira e Alcoforado (2019, p. 68) ressaltam:

No entanto, se esta tarefa se anuncia especialmente desafiante, assume contornos mais homéricos se tivermos em linha de conta os grupos sociais desfavorecidos ou em situação de exclusão social, como é o caso dos cidadãos reclusos. Apesar da consagração Constitucional dos seus direitos de cidadania face à educação e a existência de diretrizes internacionais que postulam a educação de jovens e adultos e ao longo da vida, este público tem visto os seus direitos a este nível sistematicamente ignorados.

Os sistemas prisionais precisam contar com as políticas sociais para a ressocialização dos jovens e adultos como estratégia de emancipação desses indivíduos, por isso é importante que o Sistema de Educação defina com qualidade a política, as suas diretrizes, o currículo, os materiais e os métodos a serem utilizados para o alcance da recuperação dos apenados. Alcoforado (2012, p. 2) salienta:

Como toda a ação concreta, a educação é sempre pensada e desenvolvida numa incorporação coerente das dimensões ideológica e tecnológica, ou, dito de outra maneira, de finalidades e metodologias.

Considerando que as prisões são classificadas por Goffman (1990) como instituições totais que aprisionam o corpo, o tempo e a liberdade do indivíduo. É importante que a instituição prisional tenha um plano para que esse tempo de cumprimento da pena seja bem aproveitado para que o indivíduo possa ter a oportunidade de desenvolver atividades que venham a ser emancipadoras para o seu futuro em liberdade, bem como para a sociedade para a qual ele irá retornar ao convívio.

Seguindo o princípio da ressocialização e inserindo uma nova necessidade para além de reintegrar, mas sim emancipar socialmente os indivíduos que experienciam o cárcere, é importante refletir em Foucault (1987) que o cumprimento da pena já é a sentença do indivíduo, assim o Estado e a sociedade não podem punir para além da pena, colocando as pessoas reclusas em espaços insalubres, sofrendo torturas e isentas de qualquer atendimento médico, biopsicossocial e educacional. Essas pessoas devem estar em espaços que possam favorecer a sua ressocialização, além de garantir que sejam tratadas com humanidade.

Dessa forma, é imprescindível que as ações efetuadas no campo penitenciário tenham o caráter de política pública e não devem ser empreendidas como ações pontuais e assistencialistas. As ações devem partir das políticas públicas promovidas pelo Estado e as entidades envolvidas para o atendimento de um público específico.

Sobre política pública, temos a definição de Carvalho (2015, p. 317) no que se refere à ação pública e à ação social:

*Deste ponto de vista, a ação pública engloba as políticas públicas e não lhes é redutível; pelo con-*

trário, a política pública tanto se ‘pode dar a ver’ por via de empreendimentos desencadeados por instâncias governamentais, como no próprio curso da ação social. Conseqüentemente – e como atrás se referiu –, a adoção do prisma da ação pública altera a perspetivação e a focalização das políticas públicas.

Há um consenso de que, mesmo em países como Portugal, em que a desigualdade social é baixa e as políticas públicas são referência para outras nações, ainda há criminalidade, mesmo em baixos índices. Consoante Freire (1986, p. 52), “[...] a educação tem sido considerada como a ciência capaz de transformar o ser humano através da transformação social”.

Sobre a questão da Educação no cárcere, Cavalcante (2020, p. 52) ressalta:

No âmbito prisional ela seria o despertar da reeducação do indivíduo que, num tempo determinado, estaria de volta ao convívio social. Sabe-se que o conjunto de políticas públicas e sociais – não somente a educação –, implementadas no país deve ser fator preventivo contra o crime e a delinquência. Mas, considerando os contextos sociais diferentes, é impossível prever se apenas tais políticas inibiriam a criminalidade.

A Educação e as políticas públicas favorecem o bem-estar social, porém não podem ser responsabilizadas pelas ações individuais de cada ser humano, nesse sentido Reis (2016 *apud* Gonçalves, 2022, p. 54) analisa: “Os valores da comunidade são respectivamente o valor pessoal, bem-estar, liberdade, perfeitibilidade, honestidade, confiança, escuta ativa, disciplina e democracia”.

São valores e postura ética que devem ser resgatados na sociedade na coletividade e, mesmo que existam condições de igualdade social, há a possibilidade de haver transgressão das leis, visto que as pessoas possuem suas histórias de vida, condições sociais e motivações individuais para cometer tal delito. As especificidades do público de jovens e adultos e da Educação em prisões necessitam de estratégias sensíveis ao seu nível de complexidade social.

### Considerações finais

O método DSC é considerado uma possibilidade inovadora à frente das metodologias tradicionais a serem utilizadas em pesquisa com o público prisional. Apesar de ser um método que existe há alguns anos, considera-se diferenciado, superando a forma tradicional de dar voz aos sujeitos e à coletividade, pois o discurso da coletividade, como resultado de pesquisas, pode nortear a construção de políticas públicas direcionadas à educação no sistema prisional.

O estudo da referida técnica amplia as formas de pesquisar qualitativamente e ainda fazer uma organização através da tabulação dos dados no *software*, fortalecendo a pesquisa qualitativa, sem desprezar a compreensão da subjetividade dos discursos dos sujeitos, o que é salutar para a compreensão das questões requeridas pelo objetivo de estudo previamente traçado pelo pesquisador. A possibilidade de aplicar essa técnica na pesquisa com pessoas reclusas no doutoramento amplia a reflexão sobre a problemática e aquilo que se quer pesquisar, trazendo a indagação sobre quem entrevistar:

pessoas reclusas, gestores, agentes que trabalham diretamente com tal público.

Desvelando através do DSC o que esses sujeitos poderiam transmitir por meio do seu discurso sobre o sistema penitenciário, sobre pessoas reclusas, sobre a educação voltada para detentos, a estratégia DSC é uma ferramenta para a pesquisa qualitativa por se tratar de uma técnica que considera a relevância da subjetividade nas falas dos sujeitos, apreendendo a essência da perspectiva da coletividade.

Longe de ser uma técnica infalível, o DSC pode contribuir com o crescimento do pesquisador, quando apontadas possíveis falhas no processo de coleta de dados ou na sua compreensão durante a construção dos resultados e a consolidação do DSC. Ao refletir sobre a possibilidade de essa técnica ser utilizada na produção da tese, pensa-se no resultado dos discursos que poderiam ser consolidados: dos gestores das unidades prisionais, dos professores e demais trabalhadores, das pessoas reclusas e de suas famílias.

É interessante conjecturar como ficaria o resultado de uma pesquisa com sujeitos que vivenciam o cárcere de diferentes perspectivas: como o gestor da unidade percebe a educação da pessoa reclusa? Como a mãe ou a esposa percebe a reclusão do seu familiar e o processo de ressocialização? Como o professor e a equipe multiprofissional percebe a ressocialização por meio da educação? Essas indagações poderão ser um DSC de grupos diferentes que estão vivenciando a inclusão de formas distintas.

A educação de jovens e adultos, enquanto política pública e social, atenua as desigualdades sociais impos-

tas pelo sistema capitalista. As condições de habitação e poder aquisitivo são diferentes por ocasião da divisão existente que forma as classes sociais. Tais diferenças sociais e econômicas nos países reverberam nos índices elevados de encarceramento no sistema prisional de algumas nações.

Possibilitar a Educação de jovens e adultos com o grau de estudo inferior ao secundário nas prisões é uma questão pública urgente. Então, a importância de criar políticas de acesso ao ensino no âmbito prisional contribui para atenuar as desigualdades. Ao ofertar o ensino a pessoas reclusas, o foco deve ser a emancipação social, para isso é importante que seja um ensino adaptado ao contexto dos indivíduos reclusos, que promova a cidadania e mostre possibilidades de reintegração para o seu retorno ao convívio social.

O jovem ou adulto recluso precisa ser preparado para um ofício. O ócio no ambiente prisional deve ser combatido, sendo importante que o sistema penitenciário pense em estratégias de empregabilidade, além da formação cívica, social, técnica ou intelectual. A Educação no ambiente prisional, portanto, deve promover mudanças na vida do indivíduo, projetando seu retorno à liberdade. Assim, é importante implementar para o referido público uma educação contextualizada para que ressignifique e promova a emancipação social de adultos, idosos, homens ou mulheres que se encontram em prisões.

Movimentos sociais e estudos defendem mudanças em políticas e atitudes, enfatizando o potencial transformador da educação para romper o círculo vicioso do encarceramento/ressocialização, sendo necessário

conjugar esforços de instituições educacionais, órgãos governamentais e organizações comunitárias para criar programas de Ensino Superior acessíveis e eficazes, adaptados às necessidades dos detentos.

A Educação é um direito universal e, como política pública, deve colaborar para a ressocialização e emancipação de pessoas reclusas, por possuir a capacidade de potencializar o aprendizado e as competências humanas dos indivíduos encarcerados. É um desafio garantir o direito à Educação para um público recluso, porém alguns sistemas prisionais e movimentos sociais reconhecem a importância da Educação na redução das taxas de reincidência e na promoção de uma emancipação bem-sucedida das pessoas privadas de liberdade no retorno à sociedade.

A colaboração das políticas sociais no âmbito penitenciário e o acompanhamento do egresso do sistema penal têm a finalidade de evitar a reincidência criminal. A Educação e a formação profissional são aliadas nesse processo. O combate ao preconceito da sociedade também deve ser pauta na agenda dos pesquisadores e na agenda governamental, para que a ressocialização seja algo aceitável e não percebam as políticas públicas e sociais no âmbito prisional como regalias a criminosos, mas sim como combate à reincidência ao se promover estratégias e esforços em recuperar pessoas que, ao concluírem sua pena, voltarão ao convívio social.

O exercício de refletir sobre um método e abordagem de pesquisa promove aprofundamento do referencial teórico, clareia o possível percurso metodológico a ser seguido e exercita a escrita, contribuindo para a construção do projeto de tese. São muitas técnicas que podem ser utiliza-

das, cabe ao pesquisador estudar e escolher a que melhor se encaixa na abordagem escolhida, no tipo de público e na forma como pretende coletar e organizar os dados.

O DSC pode ser utilizado em pesquisas no contexto prisional, mas também no contexto socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei e com profissionais que atuam diretamente nessas políticas. A técnica pode destacar a voz da coletividade na escuta dos sujeitos. Os pesquisadores no contexto brasileiro e português podem utilizar o DSC para enriquecer a análise dos dados para a produção de um resultado e de uma discussão científica aprofundada.

O processo de colaboração entre estudantes brasileiros no Programa de Doutorado da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade de Coimbra, com orientador da Universidade de Coimbra, Portugal, e coorientadora da Universidade Estadual do Ceará, Brasil, possibilita ampliação e intercâmbio dos saberes, produção científica que abrange as duas nações, promovendo a temática na qual a autora se debruça, em ambos os países, colaborando para o processo de internacionalização do conhecimento.

## Referências

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALCOFORADO, J. L. M. As histórias de vida na educação e formação de adultos: o desafio de promover uma auto(eco)confrontação transformativa e emancipatória. In: CUNHA, J. L.; VICENTINI, P. P. (org.). *Pesquisa (auto)biográfica, temas transversais*: corpos, saúde, cuidados de si

e aprendizagens ao longo da vida: desafios (auto)biográfico. Natal: Porto Alegre, 2012. p. 29-54.

AMADO, J. (org.). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

BRASIL. *Regras mínimas das Nações Unidas para tratamento dos presos*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

CARVALHO, L. M. As políticas públicas de educação sob o prisma da ação pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 314-333, 2015.

CAVALCANTE, A. S. F. L. *Perfil de atendimento nas instituições públicas federais de ensino superior do Ceará*: ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

DGRSP. *Estatísticas prisionais anuais*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1999-2019.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GONÇALVES, K. J. *Formação em contexto prisional: com um projeto de comunidades de reflexão*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *Pesquisa qualitativa levada a sério*. São Paulo: USP, 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade auto-organização. *Ciências e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, 2009.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. *O Discurso do Sujeito Coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LOPES, A. S. F. *Ensino, pesquisa e extensão: ações direcionadas a pessoas privadas de liberdade*. Campina Grande: Realize, 2024.

LOPES, A.; ARAÚJO, H. L. M. R.; CAVALCANTE, S. M. A. (org.). *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em Instituições Federais de Educação Superior*. Fortaleza: EdUECE, 2024.

LUSA. Portugal tem níveis baixos de violência na União Europeia. *Público*, Lisboa, 19 fev. 2021. Disponível em: [https://www.publico.pt/2021/02/19/sociedade/noticia/portugal-niveis-baixos-violencia-uniao-europeia-1951310#google\\_vignette](https://www.publico.pt/2021/02/19/sociedade/noticia/portugal-niveis-baixos-violencia-uniao-europeia-1951310#google_vignette). Acesso em: 10 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 9-29.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREIRA, J. A.; SILVA, S.; ALCOFORADO, L. Educação a Distância e eLearning no Ensino Superior em Portugal: o campus virtual Eduonline@pris para reclusos. *Interações*, Santarém, v. 15, n. 52, p. 66-82, 2019.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

PORTUGAL. Lei n.º 115, de 12 de outubro de 2009. Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade. *Diário da República*, Lisboa, 12 out. 2009.

REIS, C. F. S. *As comunidades de reflexão*. Documento dactilografado, 2016.

SOUSA, A. R. et al. Repercussions of imprisonment for conjugal violence: Discourses of men. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 24, e2847, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo*. São Paulo: Atlas, 2012.

## 5 CLASSE, PODER E DIREITOS LABORAIS\*

- Algumas das reflexões contidas no presente capítulo foram publicadas originalmente no livro *Liberdade é escravidão: uma visão orwelliana das memórias e histórias do processo de transformação institucional do Banco do Brasil (1984-2000)*, de Benevides (2002), no livro *As políticas públicas de educação profissional: o Ceará como referência nacional*, de Brígido e Benevides (2023), e no livro *New York dockworkers, class and power on the docks*, de Mello (2010).

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap5>

### **MARININA GRUSKA BENEVIDES**

Professora associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

### **WILLIAM JAMES MELLO**

Professor na Universidade de Indiana, no Departamento de Estudos Trabalhistas. Docente associado do Departamento do Centro Universitário de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos de Indiana (Clacs).

## Introdução



desmonte da força sindical no Brasil e também em países centrais pode ser compreendido à luz da concepção pluralista de poder, isto é, do processo de redistribuição do poder e reconfiguração das relações entre grupos de interesses que alteram significativamente o papel dos sindicatos na política e na sociedade. A pluralidade de poder no modelo democrático pluralista pressupõe que diferentes grupos competem e negociam seus interesses em diversos espaços, não apenas os institucionais, com o fito de influenciar políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

A flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho, expressas no enfraquecimento dos sindicatos, inserem-se no contexto de disputa entre diferentes grupos sociais e de interesse, em que o governo e outros grupos de poder buscam desestruturar o direito coletivo do trabalho e da representação sindical, de modo a limitar a influência dos sindicatos e das organizações de trabalhadores para favorecer seus próprios objetivos.

Além de o Direito do Trabalho englobar a proteção direta da relação entre empregador e empregado, como salário, jornada de trabalho, férias, licença-maternidade,

direito à segurança e à saúde, proteção contra a despedida sem justa causa em alguns casos, como a gestante ou o trabalhador sindicalizado (Direito do Trabalho Individual), ele abrange a proteção dos interesses de toda uma categoria de trabalhadores em uma relação empregatícia, objetivando a criação de normas jurídicas de proteção e de defesa de uma coletividade (Direito Coletivo do Trabalho). Logo, numa economia de mercado, para que seja possível o exercício do Direito Coletivo do Trabalho (negociação coletiva, greve, representação sindical, comissões de conciliação prévia e proteção contra despedida de trabalhadores em grupos organizados), é necessária a formação de associações entre trabalhadores para que esses possam reivindicar suas necessidades. O movimento sindical, nesse sentido, está amplamente inserido no modo de gestão capitalista.

## **Flexibilização e desregulamentação do Direito Individual e Coletivo do Trabalho**

No Brasil, o Direito Coletivo do Trabalho, que foi estruturado a partir da década de 1930, teve na Constituição Federal de 1988 o corolário da garantia de direitos trabalhistas de livre associação e organização sindical, em que pesem aos retrocessos no processo de desenvolvimento da autonomia de sindicatos.

Desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Justiça do Trabalho, em 1939, que abriram espaços para a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, já vinha sendo potencializada a proteção do direito de organização e de negociação coletiva, sem interferência ou intervenção do Poder Executivo. Foi o

que restou explicitado no Decreto Legislativo nº 49, de 1952, que tratou da retificação da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mediante o que o Brasil se comprometeu a assegurar a liberdade sindical e a autonomia dos sindicatos, para a definição de suas atividades e estruturas, sem a imposição de normas prejudiciais à sua independência.

No período da ditadura civil e militar, de 1964 a 1985, quando restringidas liberdades e manifestações em prol de direitos, efetuadas prisões e torturas aos que se opunham ao regime, as ações e representações dos trabalhadores perderam o poder que vinham ganhando em negociações de direitos sociais. Foram desarticuladas e consideradas perigosas, para os defensores da ditadura, como movimentos associados ao “comunismo”.

Se, em meio ao processo de redemocratização nacional, quando da derrocada do regime militar, os sindicatos passaram a ocupar um papel relevante no cenário político, representando amplamente trabalhadores e sendo força importante nas negociações coletivas e na formulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, não tardou para que as teses favoráveis à flexibilização das normas trabalhistas, de modo a reduzir os direitos adquiridos pelos trabalhadores, tivessem lugar no Brasil, a exemplo do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, num cenário de crise financeira e econômica (Delgado, 2017).

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando Temer assumiu o poder, não demorou para que algumas reformas fossem postas em votação. Dentre elas, a reforma trabalhista, que, seguindo a agenda neoliberal, enfraqueceu o poder sindical, com a

entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, denominada de Reforma Trabalhista, que incluiu e revogou mais de 200 artigos da CLT. Reduzida foi sua importância nas organizações de representatividade coletiva de trabalhadores. Não é por outro motivo que o mencionado diploma legal também é referido como a Lei da Flexibilização e Desestruturação do Direito Coletivo do Trabalho e da Representação Sindical, porque alterou aspectos que envolvem a negociação coletiva, a atuação dos sindicatos e a solução de conflitos trabalhistas.

### ***As mudanças legislativas e a precarização do trabalho no Brasil***

Analisar a reforma à luz de processos de desestruturação do Direito Individual e Coletivo do Trabalho implica compreender que, no bojo das políticas neoliberais, a alteração de normas trabalhistas deu lugar à flexibilização na contratação e rescisão de contratos de trabalhos e eliminou em larga medida aspectos de proteção ao trabalhador.

Mediante a exclusão da compulsoriedade da contribuição sindical, principal receita para manutenção dos sindicatos, e a prevalência do negociado entre trabalhadores e empregadores sobre o legislado, as organizações e movimentos sindicais perderam em larga medida a capacidade de mobilização. Ao tempo que os trabalhadores deixaram de filiar-se, o poder de representatividade coletiva dos sindicatos frente aos trabalhadores foi desestruturado. Esses ficaram sujeitos a uma negociação individual, caracterizada pela hipossuficiência perante empregadores, o que aprofundou a precarização das

condições de trabalho, achatou os salários e ampliou o fosso das desigualdades sociais.

O acordo coletivo passou a ser mais valorizado, permitindo que os sindicatos e empresas negociem diretamente certos aspectos da relação de trabalho, com maior liberdade de ajustes de acordo com as particularidades da categoria ou empresa. A convenção coletiva, que envolve uma negociação mais ampla entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, também ganhou um caráter mais flexível. Ela não precisa mais ser obrigatoriamente superior ao acordo coletivo, sendo possível que o acordo prevaleça. O quórum de deliberação nas assembleias sindicais também pode ser reduzido, permitindo uma maior facilidade para a celebração de acordo, mesmo com a participação de número menor de trabalhadores.

Foi reconhecida a possibilidade de participação direta dos trabalhadores nas negociações coletivas, sem a intermediação do sindicato, especialmente em casos em que o trabalhador tenha um contrato individual de trabalho específico.

A reforma modificou a legislação sobre os dissídios coletivos, quando há disputa entre trabalhadores e empregadores. Foi dado mais poder ao Judiciário para resolver esses conflitos, ao mesmo tempo que restringiu algumas prerrogativas dos sindicatos em relação a algumas formas de solução de conflitos.

Apresentada à sociedade brasileira como uma forma de promover o crescimento econômico do país e reduzir as taxas de desemprego, na verdade, redundou na precarização do trabalho, tendo em vista alterações efetuadas em diversos artigos da CLT, tais como as relativas

a: tempo à disposição do empregador; horas de deslocamento; trabalho em tempo parcial; prorrogação de jornada e compensação de jornada; jornada 12x36; férias; trabalho insalubre e gestante; trabalho autônomo; negociação direta do empregador com o trabalhador hipossuficiente; trabalho intermitente; parcelas integrantes do salário; equiparação salarial; homologação de rescisão contratual; rescisão por acordo; quitação anual de débitos trabalhistas; e terceirização.

Pela alteração do artigo 4º da CLT, relativa ao tempo à disposição do empregador, não mais é considerado, no tempo de serviço efetivo, o tempo de descanso, alimentação, higiene pessoal, troca de roupa ou uniforme, cuja obrigatoriedade não seja requerida pela empresa.

As horas de deslocamento do trabalhador ao local de trabalho e de volta à sua casa (horas *in itinere*), em situações de trajetos de difícil acesso ou não servidos por transporte público regular, que estavam previstas no artigo 58, inciso II, foram excluídas no cômputo da jornada de trabalho.

Aumentadas foram as horas de trabalho em tempo parcial; passaram de 25 para 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras, ou 26 horas passíveis de acréscimo de 6 horas extras semanais, o que implica a possibilidade de o profissional trabalhar 60 horas semanais para receber o salário integral de sua categoria, caso necessite submeter-se a duas jornadas de tempo parcial, em diferentes empresas.

A prorrogação da jornada de trabalho por até duas horas extras, cuja autorização do Ministério do Trabalho era anteriormente obrigatória, com a alteração do artigo 59, passou à condição de um simples acordo verbal entre

empregado e empregador, do mesmo modo que a compensação de jornada, ou seja, o trabalho de mais horas num determinado dia para trabalhar menos horas em outro dia.

A jornada de 12x36, 12 horas trabalhadas seguidas por 36 horas de descanso ininterruptas, à exceção dos trabalhadores da área da saúde, ficou facultada a acordo individual escrito entre as partes, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Ademais, com a nova redação do inciso IV do artigo 71, a não concessão integral ou concessão parcial do intervalo mínimo de 1 hora intrajornada, para repouso e alimentação, no caso de jornadas superiores a 6 horas trabalhadas, o pagamento de natureza indenizatória não é mais feito de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, isto é, a condenação da empresa ao pagamento de 1 hora mais 50%, no caso da supressão de 30 minutos, cujos reflexos estariam nos cálculos de férias, décimo terceiro salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A empresa passou a pagar somente 50% do valor suprimido, o que totaliza 45 minutos no caso de supressão de 30 minutos do intervalo.

A prestação de serviços fora das instalações do empregador na condição de não constituir trabalho externo, com utilização de tecnologias de informação e comunicação, foi regulamentada pelos artigos 75-A a 75-E, o que deixa a cargo do empregador as questões relativas a instruções e dificulta fiscalizações sindicais e de autoridades competentes. O compromisso do empregado com as precauções a serem tomadas para evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais passou a ser obtido mediante a assinatura de termo de responsabili-

dade. Convém enfatizar, pois, que a reforma possibilitou a negociação coletiva para regulamentar as condições de trabalho em casa (*home office*), como controle da jornada, fornecimento de equipamentos e reembolso de despesas.

Foi flexibilizada a possibilidade de criação de banco de horas, permitindo que o trabalhador acumule horas extras para serem compensadas noutro período, no espaço de até seis meses, por acordo individual, e não apenas por negociação coletiva. Antes da reforma, a compensação tinha que ser feita por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva.

Pelas alterações feitas no artigo 134 e seus incisos, as férias poderão ser divididas em até três períodos; um desses não pode ser inferior a 14 dias e os demais não poderão ser menores do que cinco dias, sendo vedado o início das férias no período de dois dias que antecedem feriado ou repouso semanal renumerado e revogada a obrigatoriedade de concessão de férias em um só período para os menores de 18 anos e maiores de 50 anos.

As alterações, revogações e inclusões de artigos na CLT supramencionadas, contrariando os princípios de proteção de direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, tiveram como resultado a insegurança do trabalhador e a ampliação da liberdade dos empregadores em diversas modalidades de contratação, inclusive de criar regras nas próprias empresas sem qualquer tipo de acordo com a representação sindical ou autorização de autoridades competentes.

A alteração da condição da gestante de afastamento de trabalho insalubre de níveis médio e mínimo, de acordo com a redação emprestada ao artigo 394-A, está condicio-

nada à apresentação de atestado médico com recomendação do afastamento durante a gestação, para que não perca o direito ao adicional de insalubridade. A mesma exigência é feita no caso da lactante, embora o afastamento seja extensivo a atividades consideradas insalubres em qualquer grau.

Convém lembrar que a reforma também ampliou as possibilidades de negociação coletiva ao tratar da licença-maternidade; as convenções ou os acordos coletivos podem estabelecer condições mais favoráveis para as mulheres trabalhadoras, mas a licença-maternidade de 120 dias, prevista na Constituição, não pode ser reduzida.

Embora o artigo 3º da CLT defina como empregado toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual, recebendo ordens e salário do empregador, o disposto no artigo 442 afastou a condição de empregado do trabalhador autônomo, contratado com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não.

Ao estabelecer a possibilidade de o trabalhador negociar de forma individual as condições de trabalho previstas no artigo 611-A, a negociação direta com o empregador, o artigo 444 caracteriza um tipo de trabalhador "hipersuficiente", isto é, aquele que possui diploma de nível superior e recebe salário igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), regulamentado no artigo 507-A.

O trabalho eventual, ao ser regulamentado pelo artigo 452, impôs ao trabalhador uma situação na qual, embora estando registrado, somente é remunerado pelos períodos de trabalho prestado e ativo nas empresas. Os períodos de inatividade, que podem ser de horas, dias ou meses, nos quais o vínculo empregatício é mantido e

o empregado fica à disposição de forma preferencial ao empregador, quando solicitado, não são remunerados.

Segundo as novas regras, o acordo de trabalho temporário ganhou maior flexibilidade nas condições de contratação e trabalho para atender necessidades transitórias das empresas, sendo os acordos coletivos também utilizados para regulamentar essas condições.

Com a redação emprestada aos incisos I e II do artigo 457, as partes integrantes do salário ficaram restritas ao valor fixo e às gratificações legais, gorjetas e comissões. Ajudas de custo, auxílio alimentação, diárias para viagens, prêmios (de até duas vezes ao ano) e abonos foram excluídos da renumeração do empregado, o que significa dizer que não mais constituem base para a incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, à exceção do limite de até 50% das ajudas de custo.

O salário que antes era equiparado quando o serviço fosse prestado na mesma cidade, pela nova redação do artigo 461, *caput*, foi limitado ao mesmo estabelecimento empresarial. O trabalho de igual valor, outrora sem previsão, ficou definido com o de igual produtividade e com semelhante perfeição técnica, considerando pessoas que têm diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não superior a quatro anos e diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

Como o plano de cargos de salários deixou de ter homologação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo ser objeto de regulamento interno da empresa ou de negociação coletiva, o desencadear de ações de equiparação salarial levando em conta situações, casos ou elementos pretéritos, com o objetivo de estabelecer semelhanças, ficou restrito ao imediato, ao contemporâneo.

A homologação de rescisão contratual, pelas alterações do artigo 477 e incisos, deixou de ter a assistência de sindicato ou Ministério do Trabalho como obrigatória, no caso de empregados com tempo superior a um ano de trabalho. Para o empregador, ficou a responsabilidade de proceder às devidas anotações na carteira de trabalho do empregado, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo de dez dias.

Entre as inclusões consideradas mais impactantes da reforma trabalhista, está o artigo 484-A e seus incisos, que tornaram possível a rescisão por acordo. Ambas as partes em comum consentimento podem rescindir o contrato trabalhista, tendo o trabalhador direito ao saque de 80% do FGTS e perdendo direito ao seguro-desemprego. Nesse caso, são verbas devidas ao trabalhador: o aviso prévio integralmente ou não trabalhado, pago respectivamente de modo integral ou pela metade; metade da indenização do FGTS; verbas trabalhistas integrais (13º salário, férias, salário, etc.).

Com a inclusão do artigo 507-B, ficou concedida aos empregadores e empregados a opção de firmar ou não o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, estando ou não na vigência contrato de trabalho perante a assistência do sindicato dos empregados da categoria. Caso o trabalhador não assine o termo, ele poderá perder o direito de reivindicações judiciais relacionadas a esse período específico de trabalho.

A terceirização de qualquer das atividades de uma empresa, antes não permitida em lei, passou a ser possível com a reforma trabalhista. Assim sendo, aos empregados de prestadores de serviços terceirizados são

asseguradas as mesmas condições dos empregados nas dependências da empresa tomadora. Os terceirizados (pessoa física ou jurídica), à exceção de aposentados, não poderão ser contratados se tiverem trabalhado para a contratante nos últimos 18 meses a partir de sua dispensa.

Por onde quer que se olhe, a inclusão, alteração e revogação de artigos da CLT refletem a desregulamentação e a flexibilização do Direito Coletivo do Trabalho, ampliando o fosso entre o poder de representação sindical e os interesses do capital e do governo que o representa. Ao empregador, amplas liberdades; à classe trabalhadora, uma profunda insegurança.

Decerto, como já assinalado, o Brasil não está sozinho nessa história. Em que pesem às diferenças entre os processos históricos de formação das organizações de trabalhadores e incremento da força sindical, nos Estados Unidos, por exemplo, o desmonte do Direito Coletivo de Trabalho trouxe consigo também reformas legislativas, na contextura das transformações do mercado de trabalho, emprego e renda.

### ***As políticas neoliberais e a precarização do trabalho nos Estados Unidos***

Se a legislação trabalhista do New Deal, no bojo dos programas implementados entre 1933 e 1939, sob o governo de Roosevelt, marca a coroação das grandes vitórias dos trabalhadores na formação de sindicatos fortes, na expansão dos direitos coletivos, na importância dos sindicatos na negociação de condições de trabalho, salários e benefícios, a partir das décadas de 1970 e 1980, o

cenário é completamente diferente. As políticas neoliberais desestruturaram a força sindical e minados foram os direitos coletivos dos trabalhadores.

Antes do New Deal, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda nos Estados Unidos eram muito limitadas, com pouca intervenção do governo nas questões econômicas e sociais. Durante a maior parte do século XIX e início do século XX, o país seguiu um modelo econômico baseado no liberalismo clássico, com a crença de que o mercado seria capaz de se autorregular. O governo federal não se envolvia diretamente na regulamentação do trabalho e as condições de trabalho eram precárias, com longas jornadas, baixos salários e poucas proteções para os trabalhadores. Durante esse período, poucas leis estaduais e federais existiam, como as leis do trabalho infantil e de segurança no trabalho, mas elas eram esparsas e ineficazes.

O sistema de segurança social era também inexistente e rudimentar. O desemprego era visto como uma questão privada, que dependia da responsabilidade individual ou da caridade local. As crises econômicas, como a Grande Depressão de 1929, expuseram a falência desse modelo e a necessidade de uma intervenção estatal mais robusta (Katznelson, 2013).

O New Deal trouxe uma mudança drástica na abordagem do governo federal em relação ao trabalho, emprego e renda, mediante o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que tinham como objetivo combater a Grande Depressão e aliviar os efeitos do desemprego em massa e da pobreza. Em outras palavras, estabeleceu bases para um sistema de bem-estar social

mais estruturado, no qual os Direitos Individuais e Coletivos do Trabalho fossem amplamente protegidos.

O governo passou a regular as condições de trabalho de forma mais eficaz, tendo a National Industrial Recovery Act (NIRA) de 1933 sido uma das primeiras tentativas de regulação, apesar de ter sido declarada inconstitucional em 1935. A NIRA estabeleceu códigos de conduta para a indústria, incluindo regulamentações sobre salários, horas de trabalho e direitos dos trabalhadores. Além do mais, a criação do Social Security Act, em 1935, estabeleceu um sistema de aposentadorias, auxílio-desemprego e assistência a famílias carentes. Isso foi o marco do sistema de seguridade social nos Estados Unidos, algo que inexistia naquele país.

A criação de várias agências e programas para combater o desemprego foi central no New Deal. A Civilian Conservation Corps (CCC) e a Works Progress Administration (WPA) empregaram trabalhadores em áreas nas quais eram extremas as necessidades de construção de estradas, escolas e parques. Com a ação de diversas agências, foram criados milhões de empregos públicos, promovendo obras de infraestrutura e projetos de conservação.

A National Labor Relations Acts (NLRA) de 1935, também conhecida como Wagner Act, fortaleceu os sindicatos ao garantir o direito dos trabalhadores de se organizarem e negociarem coletivamente com os empregadores. Isso fortaleceu sobremaneira os sindicatos, que, antes do New Deal, eram muito fracos e frequentemente perseguidos.

O programa de estabilidade econômica do New Deal também criou um sistema financeiro mais seguro.

A Securities and Exchange Commission (SEC) passou a regular o mercado de ações e o Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) a garantir depósitos bancários, protegendo os trabalhadores e os poupadores das falências de bancos.

É importante salientar que a aprovação da Wagner Act pelo Congresso dos Estados Unidos não foi um processo fácil e, antes mesmo de sua aprovação, a lei trabalhista sofreu restrições e limitações, igualmente de legisladores democratas e republicanos, principalmente da região sul do país. Além de impor uma série de qualificações para que os trabalhadores pudessem ser protegidos pela lei, existiam alguns grupos de trabalhadores que foram excluídos por completo, como trabalhadores na agricultura e domésticas.

Se durante a Segunda Guerra Mundial a “paz social” entre capital e trabalho foi garantida por uma série de acordos que reconheciam a importância de um esforço nacional para derrotar o Eixo, com o fim da guerra, novos limites foram sendo aprovados pelo Congresso, particularmente, o Taft-Hartley Act (1947), chamado pelo movimento sindical de a Lei de Trabalho Escravo. O Taft-Hartley Act limitava drasticamente o direito de greve, regulamentava a organização sindical e restringia a atuação política dos sindicatos, inclusive a proibição de participação de comunistas nas direções de sindicatos, obrigando lideranças sindicais eleitas a assinarem um termo anticomunista e se declarando leal ao governo dos Estados Unidos. A segunda lei, aprovada pelo Congresso, que também procurou regulamentar e limitar a atuação dos sindicatos nos Estados Unidos, foi o Labor-Management Reporting and Disclosure Act (LMRDA, 1959), que

impôs um pesado sistema de controle, obrigando os sindicatos a se reportarem anualmente ao governo federal, impondo uma regulamentação complexa sobre a organização sindical.

No governo de Ronald Reagan, houve uma série de ataques aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores; o fechamento de fábricas; a desindustrialização e a substituição de postos de trabalho formais por empregos precários. Impactaram ainda a organização sindical, a repressão ocorrida durante a greve dos controladores de tráfego aéreo, membros do sindicato Professional Air Traffic Controller Organization (Patco), em 1981, quando o governo fez uso de medidas extremas para dismantlar a força sindical, demitindo os grevistas e proibindo-os de retornarem ao serviço público.

A redução da influência sindical no governo Reagan também se fez pela nomeação de membros para o órgão responsável pela aplicação das leis trabalhistas, a National Labor Relations Board (NLRB), cujas posturas eram mais favoráveis aos empregadores que aos empregados, dificultando a organização e a negociação coletiva.

Embora Reagan não tenha promovido mudanças legislativas diretamente no campo do trabalho, além de sua administração ser mais favorável aos empregadores no âmbito legislativo, vários regulamentos que protegiam os trabalhadores, em áreas como segurança no trabalho, remuneração e jornadas, foram flexibilizados ou eliminados, ao tempo que foi diminuída a fiscalização em áreas como saúde e segurança ocupacional.

Durante a década de 1980, estados dos Estados Unidos passaram a adotar leis de direitos ao trabalhador que proibiam os sindicatos de exigirem que os trabalhadores

se filiassem ao sindicato como condição de emprego. Tais leis se espalharam por muitos estados, minando as receitas dos sindicatos e suas perspectivas de organização.

Mesmo que o Social Security e outros programas de seguridade social não tenham sido completamente alterados, discussões envolvendo cortes e mudanças na forma como esses programas seriam financiados causaram incertezas sobre o futuro da proteção dos trabalhadores.

Mudanças significativas foram operadas no tocante à individualização dos direitos trabalhistas. Diversas questões trabalhistas passaram a ser tratadas de forma individual, entre trabalhador e empregador, em vez de serem abordadas coletivamente por sindicatos, o que foi facilitado por uma série de decisões da NLRB que enfraqueceram o poder dos sindicatos em negociarem de forma coletiva em nome de seus membros.

Além do mais, o deslocamento da indústria para países com mão de obra mais barata e a fragmentação do mercado de trabalho, à exceção de empregos no setor de tecnologia da informação e na chamada "economia gig" (baseada no trabalho temporário e *freelance*), enfraqueceram as bases do sindicalismo tradicional. Reformas legislativas que impediram a exigência de filiação a sindicatos como condição de emprego dificultaram a arrecadação de recursos e minaram a ação política de representação sindical.

Por onde quer que se olhe, quer se fale do Brasil, quer se fale das chamadas economias centrais como a dos Estados Unidos, fica evidente a promoção de uma agenda de governo mínimo. A queda significativa da taxa de sindicalização que se expressa no enfraquecimento dos sindicatos contribuiu para a crescente desigualdade salarial

e para a diminuição da capacidade de luta sindical, cujos aspectos mais visíveis têm sido o aumento da informalidade, os baixos salários, a diminuição de benefícios sociais e a precarização das condições de trabalho.

Diante desse cenário, como podemos compreender as perspectivas de recuperação da força sindical à luz da concepção pluralista de poder e democracia para que sejam vislumbrados possíveis caminhos para reverter o desmonte de organizações representativas da classe trabalhadora?

### **A natureza sistêmica das relações de classe e poder no contexto da desregulamentação e flexibilização do Direito do Trabalho**

Explorar processos de desregulamentação e flexibilização do Direito Individual e Coletivo do Trabalho implica pensar os limites sistêmicos impostos pelas elites empresariais e pelas autoridades políticas aos trabalhadores, bem como a capacidade política das classes trabalhadoras, enquanto tais, de assegurarem direitos em face do enfraquecimento imposto à ação coletiva de classe. Isso requer que os sindicatos e as organizações da classe trabalhadora ultrapassem os limites impostos ao trabalho organizado, de modo a compreender a natureza sistêmica das restrições de classe na contextura neoliberal, que impõe limites econômicos, políticos e judiciais à organização de classe.

Os limites sistêmicos incorporados no processo político baseado na estratificação social e econômica dos trabalhadores dentro da estrutura política mais ampla compensam qualquer exigência de participação da classe

trabalhadora no processo de trabalho e são fundidos por restrições ideológicas, judiciais, econômicas e políticas que fazem prevalecer os interesses das elites empresariais e autoridades políticas. O conflito fundamental que caracteriza esse processo é a reivindicação das organizações de trabalhadores por um maior papel no processo de tomada de decisão e controle do processo de trabalho. A capacidade política da classe trabalhadora é também moldada pela importância política e econômica do trabalho e reforçada pela natureza do trabalho, que transforma rapidamente até mesmo as exigências econômicas básicas num conflito político altamente carregado.

Atualmente, a eficácia política do trabalho organizado e a densidade sindical continuam a diminuir, como resultado dos limites econômicos, políticos e judiciais impostos aos trabalhadores e às suas organizações, enquanto a globalização neoliberal destrói comunidades e dizima indústrias inteiras. Afirma-se o trabalho como um direito de cidadania essencial para a dignidade humana, a autonomia individual e a participação plena do indivíduo na vida social, econômica e política de um país, todavia ele não mais vigora como perspectiva de emprego; o contexto é de desemprego e trabalho precarizado.

Decerto a resposta dos trabalhadores às limitações políticas sistêmicas se efetiva no contexto da luta pelo controle do espaço de trabalho. Isso ocorre por meio não apenas da ação e organização política formal como também da informal, um componente essencial do processo de trabalho. A organização informal dos movimentos da classe trabalhadora reflete miríades de grupos politicamente distintos de ativistas trabalhistas. A sua atividade ilustra tanto as complexas relações políticas que construí-

ram em resposta à mudança dos interesses locais como ao contexto político e econômico mais amplo. Isso não quer dizer que atuem sempre em comum acordo, o que estaria longe da verdade. Esse processo espelha as características e as estruturas mutáveis da organização formal do trabalho e a intersecção recorrente da mobilização de classe e do conflito informado pelo processo político mais amplo em curso. Finalmente, esse processo também é moldado pelas ações e interesses das forças políticas e dos empregadores concorrentes.

### *Poder*

O ativismo da classe trabalhadora reflete um processo em que o poder, a capacidade de classe e os interesses da elite se cruzam na política. Uma parte essencial desse processo pode ser explicada tomando por base as noções de poder sistêmico e a teoria da estratificação, de modo a explicar a intersecção entre a estratificação e as relações políticas onde ocorre a tomada de decisões.

A capacidade política da elite e os interesses dos empregadores são aspectos complexos, considerando a intersecção dos interesses de algumas organizações da classe trabalhadora com os das elites empresariais. Como resultado desse processo, no final das contas, prevalecem os interesses da elite e a exigência central de controle maior, e a participação no processo de trabalho permanece ilusória e por resolver, sem que se mudem a natureza e as condições do trabalho.

O estudo do trabalho, nesse contexto, é simultaneamente histórico na substância e político na sua essência e funde a discussão teórica do poder e da política com a

exploração da ação coletiva de classe, para ilustrar a forma como os trabalhadores negociam constantemente as relações de poder. Isso é significativo porque, segundo Eley e Nield (2000), ajuda a repensar o processo político como uma luta contínua entre diferentes grupos sociais, classes e interesses, em que o poder não é algo estático ou fixo, mas sim algo que é contestado e negociado em várias esferas, desde o governo até a sociedade civil.

Noutras palavras, o poder não está apenas nas instituições estatais (como o Parlamento ou o Executivo), mas é distribuído de forma desigual entre diferentes grupos sociais, culturais e econômicos. O conflito de poder ocorre quando essas diferenças de poder se tornam irreconciliáveis ou quando grupos oprimidos buscam desafiar a autoridade dominante, o que gera instabilidade política. Esse tipo de conflito reflete a luta por representação e por recursos, sendo uma parte importante do processo político.

Eley e Nield (2000) também destacam como movimentos sociais, a exemplo dos movimentos operários, feministas ou de direitos civis, são manifestações dessa luta contínua por poder e transformação política, desafiando as formas estabelecidas de autoridade e buscando reestruturar as relações sociais. O processo político é profundamente ligado à ideologia e à mobilização de classe, sendo sempre dinâmico e multifacetado.

Ademais, eles argumentaram que locais anteriormente “não políticos” (o local de trabalho, a vizinhança, a subcultura, a família, o lar) foram reivindicados para a política de uma nova maneira e, às vezes, pela primeira vez. Esses lugares já estavam presentes como objetos de política, por meio da lei, do bem-estar e da administração social, mas passaram a ser reivindicados como locais de

identificação e contestação política também, como lugares onde o poder pode ser organizado e incorporado. Essa mudança de perspectiva afastou a política das arenas convencionais (o Estado, os partidos e as organizações públicas no sentido mais restrito) para um domínio social muito mais amplo e menos administrável.

A introdução dessa perspectiva no debate político sobre o poder torna-se um fator importante que permite um exame das relações de poder emergentes de questões de classe de uma forma mais direta e não estruturada (não institucional).

Katznelson (1981) utiliza o conceito de "agência" para se referir à capacidade dos indivíduos ou grupos de agir, fazer escolhas e influenciar o curso dos eventos, apesar das limitações impostas pelas estruturas sociais, econômicas e políticas. Para ele, a agência não deve ser vista como uma capacidade totalmente autônoma ou independente de condições estruturais. Em vez disso, ele argumenta que agência e estrutura estão interligadas; as ações dos indivíduos e grupos são moldadas por contextos históricos e sociais, mas também têm o potencial de mudar ou reconfigurar essas estruturas. Embora estando as escolhas dos indivíduos ou grupos condicionadas pelo contexto político e social no qual estão inseridos, as ações políticas (como a mobilização social, a negociação política e a organização) podem transformar as condições sociais; podem ser limitadas ou facilitadas pelas estruturas de poder existentes. Sua análise sobre o New Deal nos Estados Unidos, quando as ações políticas por parte de movimentos trabalhistas e sociais interagiram com a crise econômica para criar mudanças políticas estruturais significativas, é exemplar do referido argumento.

O debate teórico sobre o poder e o trabalho deve emprestar especial atenção ao papel da capacidade de classe, ao processo de mudança política e aos limites sistêmicos da ação da classe trabalhadora. Nem o modelo pluralista nem o modelo de dominação da elite, segundo o qual as elites mantêm o controle sobre a sociedade, muitas vezes de maneira indireta ou discreta, formulados por pensadores como Wright Mills, Pareto, Gaetano Mosco e Robert Michels, explicam completamente a mudança política; são, na melhor das hipóteses, contas parciais.

As diferentes maneiras pelas quais poder e política se moldam mutuamente ilustram o conflito mais profundo; como as relações de poder pluralistas e de elite moldam a participação política da classe trabalhadora e fornecem uma forte conexão entre a evidência histórica e o debate teórico de classe e poder no processo de desenvolvimento político.

Particularmente importante nesse processo é a forma como os sindicatos se tornam cada vez mais integrados na estrutura política local e nacional e a resistência política dos trabalhadores, baseada numa identidade partilhada de classe, que emerge da divisão do trabalho. Durante esse processo, as relações de poder refletem elevados níveis de dominação da elite que dependem da convergência da liderança sindical e da aquiescência da estrutura política local. As tentativas incipientes de resistência dos trabalhadores são, por vezes, derrotadas com o uso da violência física e a exclusão do processo de tomada de decisão, onde a dominação da elite continua a prevalecer.

Esse processo sublinha a escalada do conflito político entre os trabalhadores, os seus sindicatos, as auto-

ridades políticas e os empregadores, mesmo quando as exigências aparentemente locais tinham implicações políticas, econômicas e sociais mais vastas. Esse processo reflete a transformação das relações de poder do modelo de dominação da elite para um modelo em que as restrições sistêmicas limitam a capacidade política do movimento operário. Cada vez mais, o local a partir do qual o poder é negociado afasta-se do local de trabalho para esferas mais complexas e inacessíveis de tomada de decisões políticas. Esse processo retrata a consolidação de relações de poder definidas por restrições sistêmicas, tornando-as componentes permanentes do processo de trabalho, estreitando, assim, as alternativas políticas disponíveis para o movimento laboral. Em última análise, a forma distinta como o poder é concebido molda diversas expressões e formas de capacidade política da classe trabalhadora.

O estudo do processo de trabalho funde as aspirações políticas dos trabalhadores com as suas reivindicações econômicas mais básicas. Ao fazê-lo, contudo, a sua capacidade de impor perdas financeiras e de resistir à crescente pressão e restrições políticas não equivale necessariamente a uma maior tomada de decisões no processo laboral.

### ***Aspectos de classe na política***

Existe um equívoco de longa data de que o trabalho e os negócios são iguais em força e poder – uma noção que permeou grande parte do conceito pluralista de poder na política. Além disso, o poder expansivo atribuído ao trabalho tem um significado mais profundo; tal atribuição de poder implica que o trabalho tem um nível

igualmente alto de autonomia e, portanto, participação no processo político.

Altos níveis de resistência do empregador às demandas trabalhistas, no entanto, como um fator significativo da política, são indicativos de que algo mais está acontecendo; que a indústria e o trabalho estão longe de serem iguais em sua capacidade política. Esse é um problema que as noções pluralistas de poder na política e na democracia falharam em abordar adequadamente. Nesse contexto, os limites da participação política de classe são um reflexo da participação política e da tomada de decisão restritas, em um processo em que o trabalho organizado se tornou cada vez menos autônomo. Os limites da participação política de classe refletem os limites da capacidade da classe trabalhadora, isto é, a capacidade dos trabalhadores de intercederem de forma eficaz e bem-sucedida nos aspectos essenciais da vida da classe trabalhadora. Nesse contexto, os limites da classe na política são o reflexo da estratificação social das relações políticas, em que restrições institucionais embutidas construídas ao longo do tempo são transformadas em dispositivos sistêmicos onde a não tomada de decisão se torna a forma dominante de exclusão política. A estratificação social das relações políticas implica que, dentro do processo de tomada de decisão política, alguns grupos prevalecem sistematicamente em relação a outros com base em sua localização social na sociedade. Esse problema não só aborda a discussão imediata do papel do trabalho dentro do processo político, mas também tem consequências subjacentes sobre as características do poder dos trabalhadores no processo mais amplo de desenvolvimento político.

O poder na política e na sociedade, particularmente em relação ao trabalho, é complexo. O dilema surge quando se busca uma definição abrangente que possa explicar a maneira como o poder é exercido e seu impacto no funcionamento da sociedade e sua estrutura política. É um retorno à velha questão da ciência política: quem participa e quem é excluído do empreendimento político democrático? Uma vez que alguns membros da política são excluídos da participação política efetiva, quais são os mecanismos para a sua exclusão? Além disso, a exclusão implica a existência de mecanismos de coerção; até que ponto a coerção funciona na política democrática?

Explorando as normas e mecanismos pelos quais a coerção e a exclusão funcionam na sociedade, é importante reconhecer que as restrições políticas ocorrem por meio de esferas institucionais e não institucionais de engajamento político. Essas questões continuam sendo objeto de debate contínuo porque entram em conflito com a noção de uma sociedade baseada na livre troca política democrática entre cidadãos com direitos iguais. Quão democrática é a sociedade em relação à organização da classe trabalhadora?

Entendemos que a combinação de limites políticos impostos ao trabalho organizado (formal e informal) e a incapacidade dos trabalhadores de acessar a participação democrática plena como tal na sociedade americana são pedras angulares deste conflito.

Os limites sistêmicos do poder político do trabalho não apenas restringem as possibilidades disponíveis aos trabalhadores dentro da estrutura de relações de poder definidas, mas essas relações de poder remodelam e reorganizam a natureza do próprio movimento. Em termos

gerais, o poder político limitado do trabalho é um reflexo das relações de poder construídas ao longo do tempo e moldadas pela coerção estrutural, ideológica e econômica das elites empresariais. Isso contrasta com a noção de que grande parte da fraqueza do movimento trabalhista de hoje é o resultado de decisões tomadas pelos trabalhadores e seus líderes na interação de forças políticas, um conceito proeminente em noções pluralistas de democracia. Por meio de regulamentação e coerção, as elites empresariais buscam continuamente remodelar o movimento trabalhista em seus próprios interesses. Assim, as elites empresariais dependem, em grande parte, da existência do que Clarence Stone (1980, p. 978) definiu como “poder sistêmico”<sup>1</sup> e que Deborah Stone (2012) explicou em termos da distribuição sistêmica do poder em todo o sistema político, ao explorar os dilemas e contradições envolvidos no processo de tomada de decisões e de formulação de políticas públicas<sup>2</sup>. Em última análise,

<sup>1</sup> Clarence Stone (1980) explica a ideia de poder sistêmico como a distribuição de poder dentro de sistemas complexos de governança, em que o poder não está apenas concentrado nas mãos de uma única pessoa ou grupo, mas é distribuído entre múltiplos atores e é influenciado por estruturas e processos institucionais. Ele argumenta: “Há também uma dimensão de poder na qual características duráveis do sistema socioeconômico conferem vantagens e desvantagens a grupos de maneiras que predisõem os funcionários públicos a favorecer alguns interesses em detrimento de outros... Assim, as desigualdades socioeconômicas colocam vários estratos em diferentes bases políticas” (Stone, 1980, p. 978).

<sup>2</sup> Deborah Stone (2012) entendeu que a política não é mera questão de lógica e análise objetiva, porque envolve aspectos morais, sociais e emocionais, o que torna o processo mais complicado e, muitas vezes, paradoxal. Considerou como paradoxos centrais da política: a racionalidade *versus* as emoções envolvidas numa decisão política; os objetivos conflitantes, como os de eficiência e equidade em meio à multiplicidade de interesses que se chocam; a imparcialidade *versus* vingança de grupos de poder que podem ser favorecidos ou prejudicados pela implementação de determinadas políticas; a ideia de legitimidade que varia segundo a perspectiva de diferentes grupos políticos; e a dificuldade de definir problemas complexos tendo em vista a

esse processo ilustra os limites da explicação pluralista do poder para explicar o impacto da classe na participação na vida política, quer se fale da sociedade brasileira, quer se fale da sociedade americana, e tal explicação requer uma compreensão mais profunda de como classe e poder figuram no paradigma pluralista.

### *O conceito pluralista de trabalho e poder*

As ideias sobre a democracia pluralista permitem compreender as alternativas políticas disponíveis para o trabalho organizado e vislumbrar perspectivas de influenciar seu futuro. Desenvolvidas durante um período de ascensão momentânea na mobilização da classe trabalhadora, os pluralistas buscaram responder como realocar o papel do trabalho no esquema de poder da política americana.

Dahl (1961) concebeu a democracia pluralista como um sistema político em que o poder é distribuído entre vários grupos, organizações e indivíduos, em vez de estar concentrado em um único grupo ou classe dominante. Uma verdadeira democracia é aquela em que as decisões políticas são o resultado de um processo em competição aberta entre múltiplos grupos de interesse, permitindo uma representação ampla dos diferentes setores da sociedade.

O autor argumentou que a democracia pluralista funciona melhor em sociedades complexas e diversificadas, onde há uma multiplicidade de grupos com interesses conflitantes, mas que, através da competição po-

---

identificação correta de causas, para que soluções propostas sejam adequadas e não contraditórias.

lítica, podem influenciar as políticas públicas de forma equilibrada. Logo, a democracia não é apenas sobre voto e eleição de representantes do povo, mas também sobre como os grupos de interesse competem para moldar as decisões políticas. Isso implica dizer que não existe um único poder dominante, mas sim um jogo constante de interações entre diferentes atores, o que, em sua opinião, promove a equidade e a justiça. Para que a democracia pluralista funcione adequadamente, é importante a liberdade de associação, liberdade de expressão e pluralidade de partidos e grupos.

Ao examinar a dinâmica política da cidade de New Haven, Connecticut, Dahl (1961) explicou que o poder político, tanto nos Estados Unidos como em outras democracias, é disperso entre uma série de grupos e elites, em vez de controlado por uma única classe ou grupo. Embora sejam evidentes as desigualdades de poder, a competição entre grupos de interesse permite que diferentes vozes sejam ouvidas, resultando em políticas que refletem uma ampla gama de interesses.

Ao questionar a ideia de que a democracia é puramente um sistema de participação igualitária, sugeriu que, em vez disso, pensar que as democracias são mais complexas e, nelas, diferentes grupos desempenham papéis variáveis, dependendo do contexto político. A dinâmica política de New Haven, por exemplo, tornou evidente um processo em que empreendedores em ascensão e, mais tarde, pessoas dos estratos médio e baixo acabaram substituindo a antiga elite dominante. O poder, como uma parte intrincada da estrutura política local, na qual se processaram a mudança e a estabilidade, emergiu de três centros de tomada de decisão: nomeações partidárias

rias para cargos públicos, reconstrução urbana e educação pública.

Outro pluralista do pós-guerra foi Truman (1951), que explicou o funcionamento da democracia por meio da competição entre uma gama de grupos sociais que buscavam influenciar as políticas públicas. Para ele, à medida que os grupos competem e fazem pressão, como mecanismo principal de influenciar decisões, o governo acaba firmando um compromisso entre os interesses desses grupos.

Lindblom (1968) descreveu como as políticas públicas são formuladas por meio de um processo incremental, no qual diversos grupos de interesse e atores políticos negociam e fazem ajustes contínuos nas políticas. Ele criticava modelos que viam a política como uma luta entre uma classe dominante e as massas e, em vez disso, via a política como um processo de negociação entre múltiplos grupos e elites.

Mesmo não sendo considerado um pluralista no sentido estrito de Robert Dahl ou David Truman, Lipset (1959) discutiu a relação entre democracia e diferentes grupos sociais dentro de uma sociedade. Ele focou em como os diferentes fatores sociais, como classe, etnia e religião, influenciam as políticas e a organização do poder, argumentando que a pluralidade de interesses era essencial para a estabilidade democrática.

Poder-se-ia resumir o pluralismo do pós-guerra pela distribuição de poder, ao contrário das teorias elitistas; pela concorrência entre grupos de interesses (sindicatos, empresas, organizações de direitos civis, entre outros) como agentes centrais das políticas democráticas; pelo ajuste incremental, em que os grupos que, ao contrário

de facções opostas, negociam e fazem concessões para o alcance parcial de interesses; e pela interdependência entre elites e grupos, os quais não são grupos separados e podem influenciar a política de maneira direta ou indireta.

O pluralismo do pós-guerra, todavia, tem sido muito criticado por não abordar adequadamente as desigualdades de poder entre diferentes grupos numa sociedade capitalista e questões de representatividade ou por oferecer uma visão otimista da democracia, em que pesem às perspectivas que abriu para o estudo das democracias contemporâneas que ultrapassam a mera visão do dualismo de classes (elites opressoras e trabalhadores oprimidos) e vislumbram-se perspectivas de competição e negociação de interesses entre diversos grupos, em diferentes contextos.

Na verdade, grupos com mais recursos financeiros, acesso à mídia e ao poder econômico podem exercer uma influência desproporcional sobre as políticas públicas, enquanto grupos marginalizados de trabalhadores com baixos salários, minorias raciais ou comunidades pobres têm menos voz no processo político. Corporações poderosas e *lobbies* financeiros, por exemplo, têm mais capacidade de influenciar decisões políticas do que grupos da sociedade civil ou movimentos sociais, o que gera um viés elitista nas decisões políticas. Onde o modelo pluralista vê na habilidade política tanto um recurso quanto um mecanismo necessário para que a democracia pluralista funcione, os críticos desse modelo observam que o escopo do poder político varia, dependendo dos recursos, ou seja, dinheiro, empregos, informações, etc.

Ademais, o problema com esse paradigma é que, se o poder não é exercido apenas por meio da estrutura

política institucional, a interação das relações sociais das quais o poder emerge é centrada no poder executivo do governo, prestando pouca ou nenhuma atenção às relações entre a comunidade e o processo de tomada de decisão acima do governo local, que são importantes para moldar a estrutura local de poder.

Convém lembrar que, se na perspectiva pluralista a necessidade de consenso e estabilidade está no cerne do sistema político que exerce o poder, a questão do trabalho reflete uma experiência momentânea dos trabalhadores americanos. Trata-se de uma projeção de um momento histórico específico, em vez da expressão de longo prazo do poder dos trabalhadores na política. Se o pluralismo do pós-guerra reflete a força institucional relativa dos sindicatos na década de 1950, a relação historicamente contenciosa entre governo, sindicatos e empregadores não se reflete na estrutura de poder pluralista. A maioria das condições, no entanto, sobre as quais empregados e empregadores negociam não são simples reflexos da estrutura de poder local. Em vez disso, um universo político mais amplo que reflete interesses econômicos e políticos em nível estadual e nacional os condiciona. Esse escopo político expansivo é, em grande parte, um reflexo do desenvolvimento inter-regional e da dependência da economia política nacional, que, em última análise, limita o poder da estrutura política local. A disposição dos empregadores no setor privado de negociar, ou sua recusa em negociar, não é inteiramente um fator da estrutura de poder local.

A visão pluralista do pós-guerra considerou o papel dos sindicatos na vida política como "monopólios da força de trabalho". Pluralistas argumentaram que o "poder

monopolista" do trabalho exigia uma regulamentação forte, sem a qual esse poder poderia emergir como um elemento disruptivo da democracia.

Ao discutir a ideia de "sindicalismo responsável" referido à adoção de um comportamento mais moderado e cooperativo com o governo e os empregadores por parte dos sindicatos, focado não só nas demandas dos trabalhadores, mas também nas necessidades mais amplas da sociedade e da economia, Lindblom (1968) elabora críticas às elites, que, na tentativa de suavizar as reivindicações sindicais e moderá-las, buscam garantir que as soluções sejam mais compatíveis com o sistema econômico vigente. Ele viu na regulamentação da ação sindical mais que um conjunto de regras e leis, viu nisso a lógica da moderação de interesse como tentativa de limitar a participação política por meio de mecanismos de cooptação dos sindicatos, gerando resultados medianos que, em muitos casos, não atendem aos interesses dos trabalhadores, e sim favorecem a lógica do mercado. O apelo à adoção de uma prática mais moderada e consensual pelos sindicatos, como argumentou, é uma forma de controle social que pode neutralizar o potencial de mobilização dos trabalhadores, quando uma postura mais radical e de confronto seria mais eficaz no sentido de pressionar por mudanças.

Noutras palavras, os sindicatos podem ser a base por meio da qual o conflito de classes é eliminado como um fator importante da vida política, sendo definidos numa relação quase corporativa, mediante a ideologia da paz trabalhista e da igualdade minimizada.

Essa visão minimiza o impacto histórico da resistência política e econômica à organização sindical como

um fator significativo que continha sistematicamente a participação do trabalho na sociedade. Nesse processo, a natureza do conflito para uma luta principalmente por salários mais altos recebe pouca resistência do empregador, cujo controle do trabalho permanece inalterado. O modelo pluralista de poder no processo político é uma visão limitada de como os interesses de classe são concebidos.

Na visão pluralista, não são claras as forças sociais que impulsionam o processo político e quais são os resultados a longo prazo das medidas judiciais regulamentares, que foram transformadas numa relação política duradoura. Para o trabalho, o efeito político das medidas regulamentares promulgadas assegurou o processo através do qual a influência política do trabalho passou de uma plataforma de ativista social para uma onde as reivindicações de participação democrática estavam limitadas às normas da negociação coletiva.

O desenvolvimento da expressão política limitada do trabalho não é apenas o resultado de uma ocasião histórica, mas reflete estrangimentos estruturais e sistêmicos incorporados no processo político, com base no desenvolvimento da divisão do trabalho dentro de uma estrutura de relações de poder. A divisão do trabalho não é simplesmente a expressão das relações econômicas, mas o reflexo das relações de poder sociais e políticas que emergem devido ao processo econômico. Isso é também um reflexo de um conflito recorrente mais amplo ao longo do desenvolvimento da vida política entre o quadro institucional democrático e a forma como as elites econômicas alcançam os seus interesses. Como é que o desenvolvimento de interesses políticos e eco-

nômicos concorrentes molda relações de poder distintas na sociedade contemporânea? Compreender as implicações mais profundas da forma como os trabalhadores agem fora da estrutura formal do trabalho organizado implica uma compreensão do poder como o resultado de uma interação social mais ampla entre grupos políticos e econômicos concorrentes dentro de uma única ordem política dominante.

O poder não é o resultado do consentimento, uma vez que o poder nunca é distribuído igualmente entre os atores políticos, mas sim a submissão limitada a outros interesses concorrentes, que é construída através da interação de atores políticos estruturados por uma hierarquia social dominante. Nesse esquema, os alinhamentos sociais são o domínio no qual os atores políticos coordenam uma prática comum. O poder não é estático. Numa perspectiva de classe, os interesses combinados dos empregadores permitem-lhes limitar as opções disponíveis aos trabalhadores através de práticas de emprego regulamentadas e, ainda mais, dadas as opções altamente limitadas de bem-estar fora do emprego, dentro da estrutura social mais ampla. Nesse sentido, a forma como o poder limita a organização de classes é reflexo de um conjunto de relações sociais, políticas e econômicas que são reproduzidas e desenvolvidas sistemicamente num longo intervalo de tempo. Como resultado desse processo, as elites empresariais prevalecem na definição dos limites da atividade de classe no processo político.

Contudo, os dispositivos sistêmicos de exclusão política ainda permanecem pouco claros. Se considerarmos que os limites da participação de classe são o resultado de relações de poder estruturadas numa sociedade

socialmente estratificada, então, a localização social dos atores políticos é um fator importante para determinar quem toma as decisões e como estas são tomadas. Igualmente importantes nesse esquema de poder são as características do conflito, que, no que diz respeito ao trabalho, são altamente expansivas, ou seja, os conflitos laborais, na maioria das vezes, tendem a ter implicações econômicas e políticas mais profundas que colocam o centro do conflito para além das exigências e queixas imediatas apresentadas pelos trabalhadores. Tanto os dispositivos sistêmicos de restrição como os interesses subjacentes podem não estar prontamente em evidência.

No que diz respeito às restrições sistêmicas das relações de poder na política, a não tomada de decisões torna-se a principal componente em torno da qual os interesses de classe estão contidos. Na maior parte dos casos, a não tomada de decisões reflete a capacidade dos detentores do poder para determinar os resultados através de dispositivos causais de tomada de decisões políticas, não necessariamente relacionados de forma direta com a questão objetiva do conflito. A não tomada de decisão não reflete necessariamente aquiescência, consentimento ou indiferença. Dada a localização social de um grupo na sociedade, algumas posições podem não estar prontamente disponíveis ou expressar os interesses diretos de uma forma táctica. Nesse contexto, o exercício do poder é um reflexo dos efeitos cumulativos da desigualdade social e econômica a longo prazo que envolvem direta e indiretamente dispositivos que limitam as capacidades políticas e favorecem umas em oposição a outras.

Os conflitos políticos podem ocorrer fora da esfera direta e maior de interesses conflitantes e possível-

mente deslocados para interesses políticos secundários, de menor escala e âmbito, que só entram em evidência quando examinados dentro do contexto político mais amplo. Assim, a capacidade dos grupos de elite para sustentar conflitos por longos períodos e em múltiplos terrenos políticos simultaneamente e para distribuir os seus esforços para moldar a política social é superior aos esforços daqueles que têm menos recursos, competências e capacidade política.

Dada a ampla escala e âmbito sob o qual o poder dos trabalhadores estava contido, a tradicional estrutura diádica de poder (empregado e empregador) limita as possibilidades a longo prazo abertas aos detentores do poder. O contexto social, político e econômico expansivo sob o qual as relações de poder emergem como resultado da estratificação social e da desigualdade sugere o intercâmbio entre as forças sociais, tanto a partir das perspectivas de tomada de decisão como de não decisão do poder. As hierarquias sociais que compõem a estrutura das relações de poder servem como restrições sistêmicas que impulsionam a mobilização de preconceitos e decisões.

As restrições sistêmicas do processo político são especialmente relevantes para o trabalho, sobretudo quando a igualdade permanece ilusória quando vista como resultado da cidadania, enquanto os componentes da desigualdade socioeconômica se tornam componentes incorporados que compõem a estrutura das restrições sistêmicas.

Os interesses econômicos do sistema de mercado sobrepõem-se aos direitos de cidadania quando as instituições políticas dependem das empresas para obter

receitas. A capacidade associativa dos atores políticos é definida e limitada pela estrutura através da qual as restrições institucionais são agravadas pela educação, competências e localização social, o que proporciona uma vantagem estrutural e acesso às instituições de poder para alguns e não para outros. A estratificação social fornece a estrutura através da qual a desigualdade permeia as relações de poder de ambas as formas e meios. Longe de serem imparciais, as “restrições sistêmicas” fornecem o quadro a partir do qual os interesses das elites são transformados em conquistas políticas e moldam a política, a economia e a sua relação com a forma como a democracia é concebida.

### ***Limites políticos sistêmicos: um “arsenal de armas”***

Parece pertinente perguntar como é que os limites políticos sistêmicos diferem daquilo que os pluralistas definiriam simplesmente como escolhas estratégicas errôneas feitas pelos atores políticos.

Em primeiro lugar, os limites sistêmicos ao poder político dos trabalhadores no quadro pluralista implicam que alguns atores políticos são, ao longo do tempo, efetivamente impedidos de alcançar exigências políticas razoáveis, ou seja, os atores políticos são incapazes de transcender as barreiras sistêmicas devido aos limites incorporados no processo político, o que é resultado da estratificação social que proporciona maior poder político e recursos a alguns e limita o acesso a outros, criando, assim, um campo de jogo político altamente distorcido. Nesse contexto específico, as barreiras sistêmicas refletem o processo de combinação de regras, dispositivos

regulamentares e estruturas institucionais adaptadas ao processo de trabalho que derivaram do poder excessivo das empresas em aliança com as autoridades políticas. Os limites sistêmicos refletem a capacidade das elites empresariais para estabelecer as regras e subsequentemente determinar a agenda da batalha política. Isso confere às elites empresariais o poder de limitar os possíveis resultados de conflitos políticos imediatos e de longo prazo – define o contexto em que o conflito ocorrerá, bem como os limites dentro dos quais os atores políticos irão atuar.

As restrições políticas sistêmicas não são tão facilmente transcendidas como os pluralistas sugerem. A capacidade de definir a agenda para o conflito confere aos detentores do poder a capacidade de decidir quais as regras que podem ou não ser modificadas e até que ponto a transformação política pode ocorrer e quando não ocorrerá. Na maioria dos processos políticos, o efeito acumulativo das regras e dos dispositivos reguladores estabelecidos ao longo do tempo não é facilmente visível. São, no entanto, um aspecto essencial que limita os resultados possíveis e não simplesmente funções da estrutura administrativa ou concebidas apenas no interesse da preservação da ordem pública.

Nesse processo, os dispositivos reguladores fundem-se simultaneamente numa estrutura administrativa, criando, assim, o quadro para um processo singular de restrição sistêmica impulsionado pelos interesses políticos da elite. Isso, por sua vez, limita as escolhas disponíveis aos não detentores do poder numa disputa política. Os não detentores do poder fazem as escolhas dentro de um quadro político predefinido por escolhas previamente feitas pelos detentores do poder; limitam-se a reagir

aos conflitos imediatos. Os detentores do poder não dispõem de recursos e conseqüentemente de capacidade política que lhes permitam alcançar o seu objetivo principal. Num conflito dessa natureza, os atores políticos parecem estar a falar uns com os outros, e não entre si; as negociações são ineficazes e o conflito político produz resultados altamente díspares entre as exigências fundamentais dos não detentores do poder e os resultados objetivos.

Lipset (1959), ao analisar o relacionamento da classe trabalhadora com os sistemas políticos e as ideologias nas sociedades democráticas, observou que, em democracias avançadas, os trabalhadores industriais e urbanos desempenham um papel importante na política, sendo mais mobilizados politicamente, tendo em vista as condições de vida e as lutas de classe mais evidentes, o que não ocorre com as classes trabalhadoras sujeitas a uma cultura distinta a refletir características do trabalho artesanal. Notou também que em muitas democracias a classe trabalhadora não estava inclinada a ideologias radicais socialistas, embora muitas vezes defendesse reformas dentro do sistema capitalista, como a melhoria das condições de trabalho e de vida por meio de reformas institucionais e negociações coletivas. Trata-se de um fenômeno frequentemente chamado de “moderação da classe trabalhadora”.

Ao estudar a mobilidade social da classe trabalhadora, Lipset (1963) argumentou que, nas sociedades modernas, especialmente nas democracias capitalistas, havia a possibilidade de ascensão social por meio da educação, qualificação profissional e participação no mercado de trabalho, o que representava um fator esta-

bilizador da democracia, reduzindo a capacidade de revolta ou insatisfação política dos trabalhadores. Lipset (1963) também se opôs à análise marxista tradicional que viu o papel da classe trabalhadora como força que levaria inevitavelmente à revolução proletária e à superação do capitalismo. Argumentou que, em vez de um movimento revolucionário, a classe trabalhadora nas democracias modernas frequentemente procurava se integrar ao sistema, por meio de participação política e negociação de seus direitos. Noutras palavras, ele não acreditava que se pudesse falar da classe trabalhadora como revolucionária nas democracias modernas.

Estudos mais recentes sobre as relações de classe e de poder ajudam a esclarecer as formas como as mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas globais moldam novas formas de trabalho, desigualdades, mobilidade social, questões de raça, gênero, etc. Com as transformações no mundo do trabalho, os estudos sobre as relações de classe têm enfatizado as novas formas de precariedade e a emergência da “economia gig” (trabalho temporário ou por demanda), além da automação, da digitalização e da inteligência artificial, que estão remodelando as dinâmicas de classe. Não somente o conceito de trabalho flexível e a ascensão do trabalho informal e autônomo têm despertado o interesse de diversos estudiosos, como também os reflexos dessas novas formas de trabalho em questões afeitas à mobilidade social e à identidade de classe.

A desigualdade de classe continua a ser um tema central, em meio ao processo de concentração de riqueza e aos impactos da globalização e das tecnologias na distribuição de renda. Estudos recentes demonstram como

o poder econômico está concentrado nas mãos de uma pequena elite global, enquanto as classes trabalhadoras enfrentam crescente precarização do trabalho.

Piketty (2014), ao discutir sobre a desigualdade econômica, argumenta que as desigualdades de riqueza são resultados, em grande parte, da acumulação do capital e da falta de mobilidade social. Reconhecendo o papel fundamental dos sindicatos na redução da desigualdade durante o século XX e observando seu declínio a partir dos anos de 1980 como um fator que contribuiu para o aumento das disparidades econômicas, acredita que a revitalização das forças trabalhistas pode ser estimulada por políticas públicas e que passa pela participação dos trabalhadores na gestão das empresas e pelos novos mecanismos de negociação coletiva, de modo a aumentar a representação dos trabalhadores em decisões econômicas e empresariais.

Milanović (2016), ao analisar a disparidade de renda em escala global e explorar a mobilidade social e as novas formas de desigualdade associadas à globalização, também destaca o papel desempenhado pelo movimento sindical na proteção da classe média com empregos formais e na redução das desigualdades no pós-guerra, até o declínio do sindicalismo a partir dos anos de 1980. Entende que nas economias desenvolvidas os sindicatos enfrentam a dificuldade da competição internacional e da mobilidade de capitais, pois as empresas têm deslocado a produção para países com custos mais baixos. Desse modo, é problemático pensar em sindicatos fortes, quando muitos trabalhadores no Sul Global estão sendo incorporados em empregos de baixos salários e sem proteções trabalhistas. Todavia, é possível pensar uma

evolução do movimento sindical de modo que sejam abertos espaços para novos tipos de organizações trabalhistas, que possam lidar com as novas formas de trabalho, como os trabalhadores *freelancers* ou a economia de plataforma.

Standing (2011) discute como a classe trabalhadora contemporânea está sendo deslocada para o que ele chamou de “*precariado*”, uma classe caracterizada pela insegurança no emprego, falta de direitos trabalhistas e instabilidade econômica. Aponta para a necessidade de desenvolver novos modelos de solidariedade e organizações coletivas para enfrentar a insegurança crescente no mundo do trabalho, sugerindo que a mobilização do *precariado* exige organizações mais flexíveis e transnacionais, dada a natureza do trabalho globalizado e fragmentado. A saída seria não somente revitalizar os sindicatos tradicionais, mas criar diferentes mecanismos de proteção social e novos movimentos sociais que possam defender direitos sociais trabalhistas universais, como a renda básica universal e outras formas de segurança econômica. Um novo contrato social deve ser criado e ter como ênfase a flexibilidade e a mobilidade dos trabalhadores, bem como a solidariedade e a proteção social que contemplem todos os trabalhadores.

## Conclusões

As relações de classe e de poder nunca são puramente econômicas. Refletem também a interação sociopolítica e cultural entre diferentes grupos com interesses concorrentes. Nesse processo, os interesses políticos e econômicos atravessam as hierarquias sociais e definem

os parâmetros do conflito. Central para a compreensão do funcionamento das classes no interior da estrutura política mais ampla é localizar os processos através dos quais as questões de classe são transformadas em interesses políticos. Decerto, a divisão do trabalho torna-se um mecanismo central para a formação de classes, porque é através desse processo que grupos com interesses semelhantes convergem, expressam os seus interesses coletivamente e resistem.

A classe, todavia, não é um conceito estático, mas está constantemente sendo remodelada pela vida quotidiana dos trabalhadores nos vários espaços em que se inserem, para além do espaço de trabalho propriamente dito. A atividade de classe emerge do intercâmbio a múltiplos níveis do processo de transformação política, econômica e social. Os interesses partilhados por determinados grupos de trabalhadores, porém, não são o centro de onde emergem as noções de classe. Embora sejam importantes, os interesses partilhados são apenas um dos muitos dispositivos através dos quais se processa o intercâmbio social, político e econômico. O espectro político no qual as noções de classe são construídas é muito mais vasto. Classe e poder como condição para a ação coletiva, nesse contexto, não são apenas o resultado do conflito econômico, mas um reflexo da interação entre forças sociais distintas que produzem múltiplas relações de poder.

O desenvolvimento político e o impacto da ação coletiva que resultou do processo de formação de classes nem sempre são facilmente visíveis. Os interesses de classe são uma parte essencial do processo de desenvolvimento político e estão presentes em todas as princi-

pais instituições políticas. Dada a interação entre classe e política num quadro institucional, é também importante compreender a forma como os trabalhadores foram excluídos do empreendimento político pluralista, o que, em última análise, limitou o âmbito da ação coletiva da classe trabalhadora. A privação estrutural da classe trabalhadora foi possível, em grande parte, devido à deslocação entre a consciência política e a consciência laboral como um aspecto único do desenvolvimento da classe trabalhadora.

Assim como no mundo do trabalho mudanças têm se processado incessantemente, os interesses de classe se transformaram rapidamente ao longo do processo histórico de fortalecimento e enfraquecimento das organizações representativas dos trabalhadores. O que, numa visão mais simplista, pode ser confundido com questões de ordem econômica é, na verdade, um amplo conflito político, fundindo aspectos sociais, econômicos e políticos da vida no trabalho, onde as tensões entre os interesses do capital, do Estado e dos trabalhadores se expressam numa tensão permanente.

As ideias dos autores contemporâneos acerca do pluralismo de poder no contexto das relações de trabalho, conquanto permitam explorar diversos limites e desafios enfrentados pelas classes trabalhadoras e os sindicatos no exercício de sua representação, mobilização e influência política, falham em oferecer uma explicação mais completa das condições de trabalho e da precarização da classe trabalhadora em face dos novos desafios do mundo globalizado e de enfrentamento de processos de flexibilização e desestruturação de direitos laborais.

## Referências

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1943.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

DAHL, R. *Who governs?: Democracy and power in American City*. New Haven: Yale University, 1961.

DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTR, 2017.

ELEY, G.; NIELD, K. N. Farewell to the Working Class?. *ILWCH*, [S.l.], v. 57, p. 9, 2000.

KATZNELSON, I. *Fear itself*: The New Deal and the origins of our time. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

KATZNELSON, I. *Paths of resistance*: Tradition and dissent in industrial society. California: University of California, 1981.

LINDBLOM, C. E. *The policy-making process*. Englewood Cliff, NJ: Prentice-Hall, 1968.

LIPSET, S. M. *Political man*: The social bases of politics. New York: Doubleday, 1959.

LIPSET, S. M. *The first new nation*: The United States in Historical and Comparative Perspective. New York: Basic Books, 1963.

MILANOVIĆ, B. *Desigualdade global*: o que podemos aprender com a história da riqueza e da pobreza. Lisboa: Actual, 2016.

PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-first century*. Cambridge: Belknap of Harvard University, 2014.

STANDING, G. *The precariat*: The new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

STONE, C. Systemic power in community decision making. *The American Political Science Review*, [S.l.], v. 74, 1980.

STONE, D. *Policy paradox*: The art of political decision making. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

TRUMAN, D. *The governmental process*: Political interests and public opinion. New York: Alfred A Knopf, 1951.

## **6 PENSANDO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE DIRETORES NO BRASIL: ORIGEM E PRESSUPOSTOS**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap6>

### **IASMIN DA COSTA MARINHO**

Professora adjunta da Faculdade de Educação do *campus* de Itapipoca (Facedi) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE e do doutorado de Políticas Públicas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5575-1309>

E-mail: [iasmin.costa@uece.br](mailto:iasmin.costa@uece.br)

### **JOSÉ MANUEL AMÉSTICA ABARCA**

Doutor em Educação pela Universidad Diego Portales - Universidad Alberto Hurtado. Psicólogo e mestre em Psicologia Educacional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7374-6503>

E-mail: [jose.amestica@mail.udp.cl](mailto:jose.amestica@mail.udp.cl)

Parece que não há administração no Brasil no sentido real de algo que se possa aprender e, muito menos, em educação, onde, ao que parece, nunca houve busca de administradores para as escolas. Qualquer pessoa pode dirigir as escolas. Qualquer pessoa pode administrar o ensino. É evidente que o país acha que para isso não é preciso preparo (Teixeira, 1961, p. 2).

## Introdução

Desde a origem do campo de estudo da administração escolar no Brasil, compreendendo o recorte das produções dos pioneiros Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Querino Ribeiro e Lourenço Filho, de 1935 a 1968, a discussão em torno da formação do diretor escolar está posta em cena como uma necessidade latente, porém, pouco elucidada no campo das políticas educacionais (Marinho, 2014). Nos últimos anos, as proposições legais em âmbito nacional, o exercício de políticas de avaliação em larga escala e as demandas sociais reestruturaram as atividades dos gestores escolares.

O que antes se concentraria em dimensões como: pedagógica, financeira, patrimonial, administrativa e de pessoas, hoje se estende às necessidades mais urgen-

tes da vida escolar, compreendendo aspectos de ordem socioemocional, de exercício político e de estudo de contexto das desigualdades educacionais e sociais (Marinho, 2022). Ser diretor no Brasil ultrapassa o exercício regular e burocrático, antes inspirado nas bases da Administração Científica; imprime novas necessidades, dado que a dinâmica social e das relações atravessa o funcionamento da escola e modifica o objeto primeiro da educação – a aprendizagem dos estudantes. Por essa razão, pensar a formação dos diretores é tarefa necessária, de forma a qualificar a função e os processos de condução ao cargo, compreendendo a necessidade cada vez mais urgente de manter gestores no cargo com experiência docente, mérito técnico e pedagógico.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre o campo das políticas de formação de diretores no Brasil, compreendendo os estudos dos pioneiros da Administração Escolar brasileira e o recorte de algumas ações políticas voltadas à formação dos diretores e à busca por delimitar seu perfil e atuação. Nesse sentido, os escritos ora expostos estão organizados da seguinte forma: as contribuições dos pioneiros Anísio Teixeira (1961, 1968) e Carneiro Leão (1945) para pensarmos a formação dos diretores/administradores escolares no Brasil; análise da legislação educacional brasileira e seus destaques à formação dos diretores escolares; e, por fim, uma análise das políticas de formação de diretores idealizadas a partir de 2005.

Recuperando os escritos dos pioneiros, torna-se relevante destacar as expectativas em torno do perfil de atuação e formação deste profissional e de como repensar a estrutura da escola pública implicaria repensar

a formação e atuação do diretor/administrador escolar, muitas vezes compreendido como um líder nato, experiente e conhecedor das normas e políticas de educação nacionais.

## **As contribuições de Anísio Teixeira**

Anísio Teixeira foi um crítico contundente da estrutura administrativa das escolas brasileiras. Ele apontou os efeitos negativos da racionalidade administrativa e da estrutura burocrática, que transformavam a escola em um ambiente mecânico e desintegrado. Para Teixeira (1961), a “racionalização da administração” muitas vezes destruía a integração e a autonomia necessárias para uma educação efetiva, destacando que a vida escolar deveria ser um processo integrado e autônomo.

Teixeira (1961) enfatizou que a função de administrador escolar dependia muito da pessoa que a exerce, de sua formação e de sua experiência. Ele argumentava que a administração escolar não poderia ser eficaz sem considerar as qualidades pessoais e profissionais do administrador. Essa visão ressaltava a necessidade de um administrador com habilidades abrangentes e experiência prática significativa na educação. Destacou em seus escritos o problema da multiplicidade de funções atribuídas aos professores na ausência de uma figura administrativa dedicada. Ele argumentava que professores, especialmente no ensino primário, eram sobrecarregados com responsabilidades administrativas, além de suas funções pedagógicas. Para ele, essa sobrecarga comprometia a qualidade do ensino e a efetividade da gestão escolar (Teixeira, 1961).

O educador propôs uma divisão clara de funções dentro da escola para garantir que o ensino e a administração fossem geridos de maneira eficiente. Ele sugeriu que professores com habilidades administrativas naturais deveriam se especializar como administradores escolares, enquanto outros professores com aptidões pedagógicas poderiam se tornar supervisores ou orientadores. Essa especialização, segundo Teixeira (1961), permitiria uma melhor distribuição de responsabilidades e a criação de um ambiente escolar mais eficiente.

Foi um defensor da formação específica para administradores escolares, argumentando que esta deveria ocorrer após a formação inicial como professor, com experiência prática. Ele criticou a ideia de que a administração escolar poderia ser ensinada em cursos de graduação, sugerindo que a formação deveria ser feita em nível de pós-graduação. Essa formação avançada garantiria que os administradores escolares tivessem não apenas conhecimentos teóricos, mas também experiência prática em ensino.

Posicionou-se contra a importação de técnicas administrativas do mundo empresarial para a educação. Ele acreditava que a administração escolar tem características específicas que não podem ser simplesmente adaptadas das práticas empresariais. Para ele, a administração escolar deveria ser entendida como um campo distinto, com suas próprias práticas e métodos adaptados às necessidades educativas. Participando da formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961, Anísio Teixeira ajudou a definir as funções e a formação necessárias para diretores e administradores escolares. Sua visão e críticas influenciaram as políticas edu-

cacionais, promovendo uma abordagem mais integrada e especializada para a administração escolar.

Em suas obras, Anísio Teixeira fez comparações entre a administração dos serviços de saúde e a administração dos serviços educacionais, argumentando que, assim como na saúde, a administração educacional deveria ser liderada por profissionais da área. Ele defendia que a administração dos serviços escolares deveria ser realizada por educadores experientes, e não por administradores formados em cursos de graduação sem experiência prática.

Em síntese, para Anísio Teixeira, o diretor/administrador escolar deveria ser professor, com pós-graduação nos estudos da administração dos serviços escolares e experiência em docência. Um profissional que utiliza sua cultura e vivência para liderar a escola necessitaria de vasto conhecimento sobre a educação e a escola, bem como quanto à sua especificidade, respeitando o lugar da sua função nessa instituição. A competência administrativa poderia ser nata ou proveniente do estudo, mas nunca exercida com arbitrariedade e comando, mas sim com mediação. “Se alguma vez a função de direção faz-se uma função de serviço e não de mando, esse é o caso do administrador escolar” (Teixeira, 1968, p. 17).

## **As contribuições de Carneiro Leão**

Ressaltando a responsabilidade do administrador escolar, Carneiro Leão destacou a importância de definir responsabilidades e traçar obrigações na administração escolar. Ele argumentou que a escola deve contribuir diretamente para a construção e desenvolvimento da so-

cidade e, para isso, é essencial que haja uma administração eficiente e comprometida. Este ponto é enfatizado em suas observações sobre a necessidade de organização e preparação material e orçamentária (Leão, 1945).

Carneiro Leão definiu seis funções fundamentais para os administradores escolares: 1) Preparação orçamentária e material; 2) Revisão e determinação da política educacional, respeitando as especificidades de cada comunidade e seus projetos de futuro; 3) Escolha de colaboradores; 4) Escolha dos locais para o alojamento de escolas; 5) Julgamento de currículos e programas; 6) Escolha da forma de distribuição de materiais e cadernos (compêndios) (Leão, 1945). Essas funções demonstram a complexidade do papel do administrador escolar e a necessidade de uma formação específica e aprofundada para desempenhar essas tarefas eficazmente.

Para Leão (1945), o administrador escolar era um líder educacional e um árbitro nos assuntos de educação. Ele destaca que essa função deve ser exercida com um espírito renovador e diplomático, compreendendo profundamente a educação e seus desafios. O administrador escolar deve ter uma formação elevada, uma cultura geral ampla e uma visão clara do mundo, além do conhecimento técnico educacional.

Para o pioneiro, a formação do administrador escolar deveria ser robusta, envolvendo conhecimentos das ciências pedagógicas, psicológicas e da Sociologia Educacional. Ele ressaltou a importância de que o administrador escolar seja, antes de tudo, um professor que se aperfeiçoou no exercício administrativo.

Destacou que a função de direção varia conforme o tamanho da instituição. Em escolas pequenas, o diretor

pode acumular funções administrativas e docentes, enquanto, em escolas maiores, a existência de outros cargos administrativos é necessária para garantir a eficiência e a qualidade do ensino. Essa análise sublinha a necessidade de adaptar as práticas administrativas ao contexto específico de cada escola, promovendo uma gestão mais eficiente e equitativa. Defendeu a especificidade do trabalho escolar, diferenciando-o da administração empresarial. Argumentou que a administração escolar requer técnicas e abordagens próprias, adaptadas às necessidades educativas, e não simplesmente importadas do mundo empresarial.

As contribuições de Carneiro Leão para a administração escolar no Brasil foram fundamentais na problematização e na melhoria da formação dos administradores escolares. Ele destacou a necessidade de uma formação específica e aprofundada, a importância de funções bem definidas e a adaptação das práticas administrativas ao contexto educacional. Leão (1945) enfatizou que a administração escolar deve ser distinta da administração empresarial, com técnicas próprias para atender às necessidades educativas. Suas reflexões influenciaram significativamente as políticas educacionais e a formação de administradores escolares no Brasil.

## **Primeiras considerações**

Anísio Teixeira e Carneiro Leão foram visionários ao redefinirem a formação e o papel dos diretores escolares no Brasil, cada um trazendo perspectivas únicas que moldaram a gestão educacional. Teixeira, com sua visão crítica sobre a burocratização e a racionalização admi-

nistrativa, destacou a necessidade de formar administradores escolares que fossem, antes de tudo, educadores experientes e capazes de promover uma gestão democrática e integrada. Ele enfatizou que a administração escolar não pode ser um mero cargo técnico, mas sim uma função que exige compreensão profunda da prática docente e das dinâmicas escolares.

Leão, por sua vez, trouxe uma abordagem detalhada sobre as funções e responsabilidades do administrador escolar, destacando a importância de uma formação ampla que englobasse não apenas conhecimentos pedagógicos, mas também habilidades em gestão de recursos, políticas educacionais e interação comunitária. Ambos contribuíram para um entendimento mais complexo e humanizado da administração escolar, ressaltando que a eficácia administrativa está intimamente ligada à capacidade de inspirar e liderar educacionalmente, estabelecendo padrões de excelência e equidade na educação. Suas contribuições influenciam sobremaneira a origem dos estudos da gestão escolar no Brasil a partir dos anos 1990, bem como das políticas que valorizam a formação contínua e o desenvolvimento de competências específicas para os diretores, como podemos observar nos estudos da legislação educacional.

### **Análise da legislação educacional brasileira e seus destaques à formação dos diretores escolares**

A legislação educacional no tocante à formação dos diretores escolares no Brasil é pouco elucidativa acerca do perfil, competências, atribuições e proposições dos caminhos formativos necessários à sua especialização

para a função. No entanto, nos últimos anos, o discurso oficial produzido nos induz a pensar que a necessidade de repensar essa função tem se aprofundado, dado o fato de as políticas de avaliações externas terem imprimido uma formalização da direção escolar, direcionando-a a um exercício de gestão por e para resultados.

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, não aborda diretamente a formação específica de diretores escolares, contudo, ela estabelece princípios fundamentais que influenciam indiretamente a formação e a atuação dos gestores escolares, através dos direitos à educação e da valorização dos profissionais da educação em geral. O artigo 206 estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, como a valorização dos profissionais da educação escolar, garantindo planos de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Outro princípio importante é a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, o que implica que os diretores precisam estar preparados para atuar dentro de um modelo de gestão participativa e democrática. Esse princípio, em especial, destaca que o exercício democrático poderá ser experimentado essencialmente no âmbito dos espaços públicos de ensino.

Embora a Constituição não mencione explicitamente a formação dos diretores, esse princípio destaca a necessidade de uma gestão educacional competente e qualificada, que deve ser garantida através de políticas e programas de formação contínua e desenvolvimento profissional para todos os líderes educacionais.

A LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em complementação à Constituição Federal de 1988, estabe-

lece diretrizes importantes para o campo da gestão escolar democrática, acrescentando as estratégias para a sua implementação, quais sejam: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Conselho Escolar. A formação de diretores escolares, embora não seja mencionada especificamente, traduz-se por meio das discussões em torno da gestão escolar e das proposições às atividades docentes, como a participação e envolvimento da proposta pedagógica da escola. Estabelece que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, com o objetivo de desenvolver plenamente o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho. Isso implica que os diretores precisam estar preparados para promover um ambiente educacional que valorize esses princípios. Além disso, a LDBEN também enfatiza a gestão democrática do ensino público, o que significa que os diretores devem estar preparados para atuar dentro de um modelo de gestão participativa e democrática. Isso inclui a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Outro ponto importante é a garantia de padrão de qualidade e a valorização dos profissionais da educação escolar.

A LDBEN destaca a necessidade de uma gestão educacional competente e qualificada, que deve ser garantida através de políticas e programas de formação contínua e desenvolvimento profissional para todos os líderes educacionais. Esses princípios e diretrizes da lei são essenciais para a formação de diretores, pois orientam a prática educacional e a gestão escolar no Brasil.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), em sua Meta 19, destaca a importância de assegurar a gestão de-

mocrática da educação nas escolas públicas. Essa meta visa garantir que a administração escolar seja conduzida com a participação ativa da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e demais membros da comunidade. A implementação deve ser feita em até dois anos e deve combinar critérios técnicos de mérito e desempenho com a consulta à comunidade escolar, garantindo um processo transparente e participativo.

Para alcançar essa meta, a União deve oferecer recursos e apoio técnico necessários para capacitar e orientar as escolas na adoção de práticas democráticas de gestão. Isso inclui a formação de conselhos escolares, a realização de eleições para diretores e a implementação de mecanismos de participação da comunidade nas decisões escolares. A gestão democrática visa, sobretudo, fortalecer a autonomia das escolas, melhorar a qualidade do ensino e promover uma cultura de participação e responsabilidade coletiva na educação.

Em resumo, a Meta 19 busca institucionalizar a gestão democrática nas escolas públicas, assegurando que as decisões educacionais reflitam as necessidades e expectativas da comunidade escolar, promovendo um ambiente mais inclusivo, transparente e eficiente.

Sobre a execução da Meta 19, estudo de Souza e Pires (2018) destaca como as unidades federativas brasileiras têm se organizado em relação ao princípio constitucional da gestão democrática nas escolas públicas. Apesar das exigências da Constituição Federal de 1988, da LDBEN de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2014, apenas 11 dos 26 estados, além do Distrito Federal, possuem normas específicas sobre gestão democrática, embora quase todos apresentem normativas parciais.

A principal prioridade tem sido a gestão democrática no âmbito escolar, sem abordar a administração do sistema educativo como um todo, o que restringe os esforços de democratização às escolas. A análise conclui que a legislação estadual é insuficiente para traduzir o princípio democrático de forma abrangente, mesmo décadas após a promulgação das principais leis. O texto também ressalta a importância de acompanhar a elaboração e o conteúdo das legislações sobre gestão democrática, enfatizando a necessidade de envolvimento dos diversos segmentos da sociedade para garantir sua efetividade.

A Lei nº 14.133, de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diferentemente das demais mudanças preconizadas no financiamento da educação nacional nos últimos tempos, o Novo Fundeb implementa mudanças com relação ao emprego de condicionalidades à transferência de recursos públicos aos sistemas de ensino. Tais condicionalidades imprimem mudanças significativas no campo da gestão escolar, principalmente no tocante à formação e seleção dos diretores, quais sejam:

- Escolha do gestor escolar: deve ser feita com base em critérios técnicos de mérito e desempenho, ou através da participação da comunidade escolar na escolha entre candidatos aprovados em avaliação de mérito e desempenho.
- Participação em exames nacionais: as redes de ensino devem alcançar pelo menos 80% de participação em exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

- Redução das desigualdades: deve-se reduzir as desigualdades educacionais, levando em consideração o nível socioeconômico, raça/cor, desempenho e outras especificidades.

Essas condicionalidades são verificadas pelo Ministério da Educação (MEC) através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). O cumprimento dessas condições é obrigatório para que os entes federados possam receber os recursos do VAAR – Valor Ano Aluno Resultado –, compreendendo o percentual de 2,5% dos recursos do Fundeb.

Na análise das condicionalidades, fica evidente um *modus operandi* de condução do cargo da direção escolar para um trabalho voltado à gestão por e para resultados, tendo como fio condutor a participação dos estudantes no SAEB, bem como a condução ao cargo com base em critérios técnicos de mérito e desempenho, conduzidos diretamente ou não pela comunidade escolar. Nesse tocante, a Lei apresenta interpretações divergentes, que combinam métodos mistos de condução ao cargo, iniciados por meio de seleção ou “avaliação” e posteriormente por meio de classificação ou composição de banco de diretores, encaminham a eleição ou chamada de diretores ao cargo.

Observa-se um avanço na proposição quanto aos movimentos de tentativa de reduzir mecanismos de indicação política ao cargo, embora não os exclua totalmente, dado que os diretores, após selecionados, podem ou não assumir os cargos de acordo com sua classificação, ficando a cargo das unidades estaduais e municipais a autonomia na condução desses processos. Outra questão implícita é a necessidade da formação dos diretores

escolares, dado que a condição de mérito técnico enseja experiência docente, compreensão e entendimento da função, bem como especialização ou formação continuada para o cargo. Não à toa, nos últimos anos, após aprovação do Novo Fundeb, vimos o encaminhamento de uma série de propostas formativas e de seleção de gestores no âmbito de estados e municípios em atendimento à Lei, o que denota o caráter impositivo da transferência de recursos alinhados ao cumprimento legal, o que o Plano Nacional de Educação não alcançou.

Um ano após a aprovação do Novo Fundeb, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Matriz Nacional Comum de Competências dos Diretores Escolares (Brasil, 2021). O documento foi criado para estabelecer um conjunto de competências e atribuições para diretores escolares, visando melhorar a gestão e a liderança nas escolas públicas brasileiras. Como a publicação apresenta, o sentido da Matriz é posicionar-se como orientação à condução do cargo:

[...] tendo em vista a importância e a necessidade de nosso país construir um conjunto de parâmetros para a atuação desse profissional da educação, em compasso com as demandas estabelecidas pela normatização da educacional nacional (Brasil, 2021, p. 1).

A Matriz é organizada em quatro dimensões principais: político-institucional; pedagógica; administrativo-financeira; pessoal e relacional. Cada dimensão inclui competências específicas, atribuições e práticas esperadas para os diretores, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais eficaz e democrático.

Botelho e Silva (2022), em suas análises sobre a Matriz, abordam a diversidade das condições das escolas públicas no Brasil e enfatizam a importância de considerar as singularidades regionais nas políticas educacionais. Ressaltam que os recursos e a formação dos professores são desiguais e que práticas de gestão democrática podem valorizar essas especificidades. Criticam a sobrecarga imposta aos diretores, que são muitas vezes responsabilizados indevidamente pelas falhas do sistema educacional, sem condições adequadas de trabalho. Apontam ainda que a padronização e uniformização dos processos de gestão escolar, influenciadas pela lógica de mercado, podem limitar a autonomia e o potencial transformador e democrático das escolas.

Conforme destaca Paro (2015), há uma cultura de transferência da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de uma escola ao seu diretor nos textos das políticas e normas oficiais, ainda que este exerça sua função sem as condições necessárias para fazê-lo. O Novo Fundeb, na mesma medida, reafirma esse discurso, complexificando a relação ao nível da distribuição dos recursos que são básicos ao funcionamento das redes e pagamento de salários dos docentes. Com o advento das políticas de avaliação externa e seus indicadores, esse processo se aprofundou ainda mais.

Nesse sentido, cabe assinalar que o texto da Matriz parece vir atender a uma demanda internacional no debate da qualidade, ampliando a comparação do Brasil com as práticas e políticas referendadas por organismos internacionais que visam ao resultado como elemento de qualidade da educação nacional e ao diretor como executor dos processos que conduzem os estudantes aos

melhores indicadores. No entanto, ao estipular competências, afastam-se do estudo real desses conceitos e negam as diferenças territoriais e culturais que alicerçam as escolas públicas brasileiras, modificando realidades de atuação, seleção e formação dos diretores.

### **A influência dos pioneiros da administração escolar e a produção da legislação educacional com foco na formação dos diretores**

Os pioneiros da administração escolar, como Anísio Teixeira e Carneiro Leão, forneceram uma base teórica e prática que influenciou a legislação educacional no Brasil, especialmente no que tange à formação de diretores escolares. Teixeira enfatizou a necessidade de uma formação específica, fundamentada na experiência docente e na gestão democrática, criticando a racionalidade administrativa e defendendo a integração dos processos educativos. Leão, por sua vez, detalhou funções essenciais dos administradores escolares, destacando a importância de uma formação ampla que incluísse conhecimentos pedagógicos, gestão de recursos e interação comunitária.

Essas proposições são refletidas nas principais legislações educacionais brasileiras. A Constituição Federal de 1988 estabelece a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público. A LDBEN de 1996 reforça esses princípios, sublinhando a importância da gestão democrática e da formação contínua dos gestores escolares. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Novo Fundeb, continuam essa trajetória, enfa-

tizando a necessidade de diretores capacitados por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho, além de programas de formação e desenvolvimento profissional contínuo.

Essas legislações convergem ao exigir diretores preparados não apenas para a administração escolar, mas também para exercer uma liderança educacional que promova a participação democrática, a valorização dos profissionais da educação e a qualidade do ensino. Assim, as ideias de Teixeira e Leão são incorporadas e expandidas pelas leis educacionais atuais, que visam garantir uma formação abrangente e contínua dos diretores escolares para enfrentar a realidade escolar, compreendendo a figura do diretor como o ator principal, o líder na condução dos desafios educacionais contemporâneos.

Assim, na próxima seção, apresentamos uma breve síntese das principais políticas de formação de diretores escolares implementadas a partir de 2005.

## **Políticas de formação de diretores escolares**

Como podemos perceber, a proposição e necessidade de se pensar a formação dos diretores não é um movimento recente no Brasil, tampouco solucionado, dado que a legislação caminha ainda para a proposição de diretrizes para essa formação.

No campo das políticas públicas, podemos assinalar um conjunto de experiências mais expressivas e que enlaçam as influências do campo da Administração/Gestão Escolar em suas proposições.

No campo da política de formação de diretores, recordamos que, em 1971, o curso de Pedagogia, com espe-

cialização em Administração Escolar, passou a ser requisito obrigatório para a função de diretor escolar. Com a publicação da LDBEN de 1996, estipulou-se a necessidade de formação em Pedagogia ou pós-graduação para os administradores escolares. Apenas em 2001, surgiu o primeiro Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (ProGestão), criado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Essa iniciativa significativa de formação envolveu cerca de 121.400 membros de equipes gestoras estaduais, tendo sua vigência até o ano de 2006 (Machado, 2006). O programa foi inicialmente implementado nos estados do Pará, Tocantins, Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

A atuação efetiva do governo federal na formação de diretores começou em 2006, com a implementação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PNEGEB), como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Seu objetivo era formar e qualificar gestores escolares para promover uma gestão democrática e eficaz nas escolas públicas de educação básica, incluindo educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. O programa era organizado em parceria com universidades públicas e sistemas de ensino públicos, oferecendo cursos de formação a distância. O alcance do programa de ordem nacional, visando melhorar os índices educacionais das escolas e municípios atendidos, tinha como objetivo promover práticas de gestão que contribuiriam para a aprendizagem efetiva dos estudantes e o trabalho coletivo.

Além desses objetivos gerais, o programa tinha como metas específicas: formar, em nível de especialização (*lato sensu*), gestores educacionais efetivos das

escolas públicas da educação básica, incluindo aqueles de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional; e contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social. Esses objetivos visavam assegurar que os gestores escolares estivessem preparados para enfrentar os desafios da administração educacional e promover uma educação de qualidade que atenderia às necessidades específicas de suas comunidades.

Em 2006, dez universidades foram convidadas a participar do PNEGEB oferecendo um curso de especialização em Gestão Escolar. Essa experiência foi direcionada aos estados onde essas instituições estavam localizadas e foi baseada em um projeto-piloto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizado em 2005. O objetivo do curso era romper barreiras entre diferentes esferas de governo e promover uma política nacional de formação de gestores escolares, incentivando a articulação entre universidades e sistemas de ensino. As diretrizes do curso foram estruturadas em torno de três princípios: gestão democrática, qualidade do ensino e direito à educação (Souza; Teixeira, 2010). O programa teve seu fim em 2016.

Outras iniciativas ocorreram em paralelo, com o intuito de fortalecer a gestão escolar democrática nas instituições públicas, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004); o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensinos (Profucionário) em 2007; e o PDE Interativo em 2012. Todas as iniciativas abordam a gestão escolar em seus percursos formativos,

bem como o planejamento e execução de dimensões do trabalho do diretor, no entanto, sem o foco primeiro na qualificação direta do cargo, mas como meios facilitadores de políticas e processos.

A proposta formativa mais recente e em fase de implantação é o Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec), instituído por meio da Portaria nº 481, de 15 de maio de 2024. O programa tem como objetivo aprimorar a gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas de educação básica, visando melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes. A formação dos profissionais abrangerá as dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira, pessoal e relacional, além de abordar desafios como a alfabetização na idade adequada, conectividade para fins pedagógicos e educação integral. Temas contemporâneos prioritários também serão discutidos, buscando potencializar a profissionalização dos gestores escolares e dos órgãos centrais da educação através do trabalho colaborativo e do planejamento integrado.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) é responsável por fornecer apoio técnico e financeiro para a realização das formações, coordenando ações desenvolvidas por instituições públicas de ensino superior e centros de formação de profissionais da educação das secretarias estaduais e municipais. Além disso, a SEB apoia cursos autoinstrucionais oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (Avamec). O programa visa estimular a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o processo de autorreflexão entre os diretores escolares. Também busca incentivar as institui-

ções de ensino superior a apoiarem as escolas públicas de educação básica na melhoria da gestão através da extensão universitária. De acordo com o *site* do MEC: “Este ano, estão sendo formados 3.200 diretores escolares em 224 municípios. Mais de R\$ 10 milhões estão sendo investidos no programa”.

Integrando o Proditec, o curso de Aperfeiçoamento em Mentoria de Diretores Escolares oferece 3.200 vagas por semestre para diretores e técnicos das secretarias de educação em todo o país, em parceria com oito universidades públicas. Em 2025, o número de vagas será ampliado para 15 mil por semestre, com parcerias com 30 universidades federais e um investimento de R\$ 30 milhões. Além disso, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o MEC oferecerá 9.800 vagas no curso de especialização em Gestão Escolar por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com o *site* do MEC: “A iniciativa visa formar profissionais éticos para atuar no setor de educação, contribuindo para os objetivos organizacionais e melhorando a administração e prestação de serviços”.

Com base nas primeiras análises que podemos realizar dessas políticas, temos que, em sua maioria, as propostas são na modalidade da Educação a Distância (EaD), o que denota implicitamente a dificuldade de perpetuar uma proposta de formação a nível federal que abarque as necessidades da rede e as demandas do cargo, de forma presencial ou semipresencial. Essa questão pode vir a ser problematizada na esfera das intencionalidades de absorver a proposta de “autoformação” dos diretores, implicando uma oferta de cursos que, de acordo com a autonomia dos gestores em exercício, será realizada em

seu tempo. Apesar das facilidades, desafios da modalidade EaD podem ser aprofundados quando tratamos de um público que historicamente vem absorvendo multitarefas à sombra de uma cultura organizacional que impulsiona sua figura como responsável direto da gestão dos altos e baixos desempenhos educacionais.

## Considerações finais

Os resultados das análises aqui empreendidas mostram que a formação de diretores escolares no Brasil tem sido um tema recorrente e complexo. Os estudos de figuras como Anísio Teixeira e Carneiro Leão destacaram a importância de uma formação específica e abrangente para gestores escolares, enfatizando a gestão democrática e a integração de processos educativos. A legislação, iniciada com a LDBEN de 1996, reforçou essas ideias, estipulando a necessidade de cursos de graduação ou pós-graduação em Pedagogia para administradores escolares.

As políticas de formação, exemplificadas pelo ProGestão e pelo PNEGEB, demonstraram esforços significativos para qualificar gestores escolares através de programas de capacitação a distância, alcançando milhares de profissionais em todo o país. No entanto, a predominância da modalidade EaD levanta questões sobre a eficácia da formação presencial *versus online*, considerando as necessidades e demandas dos diretores escolares. Iniciativas recentes, como o Proditec, refletem uma continuidade e evolução dessas políticas, com foco na profissionalização, colaboração e planejamento integrado dos gestores escolares, visando sempre melhorar a

qualidade da gestão e os resultados educacionais. Esses esforços conjuntos mostram um compromisso contínuo com a valorização e capacitação dos diretores escolares como agentes-chave para uma educação democrática e de qualidade no Brasil.

## Referências

BOTELHO, G.; SILVA, L. G. A. Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor: o trabalho do diretor escolar em análise. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 16, e83899, 2022.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e as Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2020.

BRASIL. *Matriz Nacional Comum de Competências dos Diretores Escolares*. Brasília, DF: CNE, 2021.

BRASIL. Portaria nº 481, de 15 de maio de 2024. Institui o Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e Técnicos das Secretarias de Educação - Proditec. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 maio 2024.

LEÃO, A. C. *Introdução à Administração Escolar*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1945.

MACHADO, M. A. M. (org.). *Progestão: construindo saberes*. Brasília, DF: Consed, 2006.

MARINHO, I. C. *Administração escolar no Brasil (1935-1968): um campo em construção*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARINHO, I. C. *Escolas sitiadas: gestão das desigualdades em territórios periféricos da cidade de Fortaleza (CE)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de

Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

PARO, V. *Diretor escolar*: educador ou gerente. São Paulo: Cortez, 2015.

SOUZA, Â. R.; PIRES, P. A. G. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 65-87, 2018.

SOUZA, A. R.; TEIXEIRA, M. A. P. O Programa Escola de Gestores: análise da experiência do estado do Paraná. *Educere et Educare*: Revista de Educação, Cascavel, v. 5, n. 10, 2010.

TEIXEIRA, A. Natureza e função da Administração Escolar. In: TEIXEIRA, A. *Administração escolar*: edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar. Salvador: Anpae, 1968. p. 9-17.

TEIXEIRA, A. Que é administração escolar?. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 36, n. 84, p. 84-89, 1961.

## 7 MÚSICA COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA NA NORUEGA (1964-1985): UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA\*

\* O trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento sobre a música brasileira como instrumento da diplomacia cultural brasileira na Noruega na época da ditadura militar (1964-1985), sob coordenação do professor Fabio Gentile, no âmbito do projeto de pesquisa *O autoritarismo no Brasil: a Era Vargas e a ditadura civil-militar*, contemplado em 2023 pelo edital universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (número do projeto 408788/2023-2).

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap7>

### FABIO FERRARINI

Doutor em História, Cultura e Instituições Sociais e Teóricas pela Universidade Estadual de Milão, Itália. Professor substituto no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Milão e pesquisador vinculado ao Centro de Estudos sobre o Holocausto, Oslo, Noruega. Atualmente está desenvolvendo estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UECE). Entre seus principais interesses de pesquisa, está o fascismo como fenômeno transnacional na Europa do Norte. Sobre esse tema, escreveu *L'«asse spezzato». Fascismo, nazismo e diplomazia culturale nei paesi nordici (1922-1945)*, Milão, 2021.

### FABIO GENTILE

Professor de Ciências Políticas no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do referido Departamento. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do mestrado em Políticas Públicas da UECE.

## Introdução

Nas últimas três décadas, um número expressivo de trabalhos tem investigado o significado da diplomacia cultural no século XX. Uma parte considerável das pesquisas continua mantendo o foco nos Estados Unidos da América (EUA) e na Guerra Fria (Gienow-Hecht; Donfried, 2010). Embora no mundo de hoje a diplomacia cultural esteja recebendo renovada atenção e interesse, não há consenso acadêmico sobre sua definição (Zamorano, 2016). Por exemplo, de acordo com a definição de 1959 do Departamento de Estado dos EUA, a diplomacia cultural envolve:

[...] o contato direto e duradouro entre povos de diferentes nações projetado para ajudar a criar um melhor clima de confiança e compreensão internacional no qual as relações oficiais possam operar (Gienow-Hecht; Donfried, 2010, p. 13).

Muitos anos depois, Cummings (2003, p. 1) definiu a diplomacia cultural como “[...] a troca de ideias, informações, arte e outros aspectos da cultura entre nações e seus povos a fim de promover a compreensão mútua”. Arndt (2009) fez uma distinção entre diplomacia cultural

e relações culturais. Bélanger (1994) resumiu a diplomacia cultural como as atividades da política externa que lidam com cultura, educação, ciência e cooperação técnica. Nesse sentido, assumindo alguns elementos de cada uma dessas definições, Zamorano (2016) afirmou que: "A diplomacia cultural envolve a intervenção sistemática dos governos nas artes, ciências e outras expressões culturais como base para uma categorização oficial da identidade nacional".

O objetivo do texto é contribuir para uma compreensão mais adequada de como a música brasileira, espalhando-se internacionalmente, ajudou a moldar a imagem do Brasil na Noruega, dentro e fora dos canais tradicionais das instituições diplomáticas e organizações governamentais. Embora se saiba pouco sobre a difusão da música brasileira na Europa durante a ditadura militar, é notório que, às vezes, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) patrocinava artistas conhecidos por sua oposição ao regime, devido ao seu sucesso com o público. Por exemplo, o Itamaraty financiou as noites brasileiras da Feira Internacional de Discos e Música de Cannes entre 1966 e 1975, nas quais participaram artistas famosos como Edu Lobo, Chico Buarque e Gilberto Gil.

O trabalho pretende lançar luz sobre como o samba, a bossa nova e a música popular brasileira (MPB) foram vistos por um público democrático e liberal, como o norueguês, e como esse fenômeno artístico se espalhou nesse contexto cultural e geográfico distante.

De forma específica, o capítulo pretende analisar dois principais atores: a música brasileira e o povo norueguês no contexto das relações diplomáticas entre seus respectivos países.

A lógica por trás dessa escolha é bastante simples. Em primeiro lugar, na última década houve um renascimento do interesse nos estudos da diplomacia cultural do Brasil e suas interconexões transnacionais. Por exemplo, Juliette Dumont reconstruiu a história da diplomacia cultural do Brasil nos anos entreguerras (Dumont, 2012)<sup>1</sup>.

Em segundo lugar, a MPB encarna um modelo de internacionalização da cultura nacional. Em particular, ela mostra como a música pode se desenvolver das esferas locais para as nacionais e internacionais (Barreto, 2022).

Por fim, o governo da Noruega planejou expandir seus contatos com o Brasil em áreas como pesquisa e inovação, fontes de energia renovável, ensino superior, assim como esporte e cultura. Vale lembrar que a Noruega e o Brasil desfrutaram de uma boa e duradoura relação. Os países têm sido parceiros comerciais por mais de 170 anos, desde que o primeiro navio norueguês atracou no Rio de Janeiro, descarregou seu carregamento de bacalhau e retornou à Noruega carregado de açúcar e café. Além disso, a Noruega e o Brasil estão fortemente engajados na luta contra as mudanças climáticas. Por exemplo, a Noruega foi o primeiro país a contribuir para o Fundo Amazônia (Noruega, 2011).

“Águas de Março”, de Antônio Carlos Jobim, interpretada por Art Garfunkel – “Waters of March” é o título da versão inglês –, no final do filme norueguês *The worst person in the world* (*Verdens verste menneske*), dirigido por Joachim Trier (2021), é provavelmente a melhor ma-

---

<sup>1</sup> Seu estudo foi desenvolvido dois anos depois, em colaboração com Anaïs Fléchet, e tomou forma em um breve, porém rico, esboço histórico da diplomacia cultural do Brasil (Dumont; Fléchet, 2014).

neira de descrever como Brasil e Noruega podem hoje encontrar na cultura um ponto de aproximação. Embora essa cena não encarne nenhum exemplo específico de diplomacia cultural, ela mostra como a música pode ser crucial para um intercâmbio cultural bem-sucedido fora dos canais tradicionais da diplomacia e da política internacional.

Nessa perspectiva, alguns exemplos podem ser feitos. Dos meados da década de 1950 ao final da década de 1970, o *jazz* tornou-se a “arma sônica” dos EUA para promover uma imagem internacional de um país livre e democrático (Yoshiomi, 2019). Além disso, a música assumiu um papel de liderança dentro da diplomacia cultural e proporcionou novas formas de reaproximação entre antigos países beligerantes. Nesse sentido, a ideia de que música e diplomacia estão fortemente conectadas é extremamente antiga e foi desenvolvida por Baldassarre Castiglione em 1528, nas páginas de seu livro *Il Cortigiano*, uma das obras mais vendidas do Renascimento. A exploração da conexão entre música e diplomacia, no entanto, tem obtido renovado interesse nos últimos anos, em particular em torno do chamado “giro acústico nas relações internacionais” (Ramel; Prévost-Thomas, 2018). O “giro acústico” resulta da fusão de três tendências diferentes: 1) as preocupações internacionais na musicologia; 2) o giro estético nas relações internacionais; 3) o giro cultural na história internacional.

Para os fins deste trabalho, estamos particularmente interessados no ponto 3: o giro cultural na história internacional, com um foco particular nas relações transnacionais entre Noruega e Brasil durante a ditadura militar. Nestes termos, o impacto do giro cultural nos estudos

da Guerra Fria pode ajudar no debate para compreender como os países utilizaram a música como uma ferramenta de poder brando para seus objetivos políticos.

A esse respeito, sabemos que a diplomacia cultural do Brasil foi moldada à luz de seus “modelos”: os EUA, o British Council e a Alliance Française; após 1945, o país tornou-se um dos principais promotores da cultura popular como um instrumento de diplomacia cultural.

Nessa perspectiva, vale a pena retomar a análise do diplomata e escritor brasileiro Edgar Telles Ribeiro sobre consolidação da diplomacia cultural do Brasil. No final da década de 1980, ele afirmou que: “A diplomacia cultural é o uso específico das relações culturais para alcançar objetivos nacionais, de natureza não totalmente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (Ribeiro, 1989).

Em termos de impacto cultural, é um fato bem conhecido que a MPB “conquistou” a Europa. Por exemplo, o programa de rádio *Acquarelles du Brésil* entreteve os ouvintes franceses com música popular entre 1957 e 1975 (Dumont; Fléchet, 2014, p. 12). Na Alemanha Ocidental, alguns críticos de *jazz* e empresários, incluindo Joachim-Ernst Berendt, Horst Lippmann, Fritz Rau e Claus Schreiner mediarão a MPB para o público alemão, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 (Hurley, 2015). Além disso, a MPB encarnou um símbolo de resistência cultural e política contra a ditadura (Fléchet; Napolitano, 2015)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> As origens desse conflito surgiram no início da ditadura. Por exemplo, a música popular desempenhou um papel fundamental na resistência política liderada pela *Revista Civilização Brasileira*, a primeira com o objetivo explícito de se opor ao golpe militar de 1964 (Camargo, 2016).

É exemplificativo que o partido alto, um subgênero particular do samba, surgiu como um instrumento de resistência à modernização e à desfiguração do samba pelo regime militar nos anos 1970 (Bocskay, 2017). Alguns músicos, adotando atitudes e estilos de vida não convencionais, romperam não apenas com a ordem estabelecida pelo regime militar, mas também com a imagem tradicional da identidade nacional brasileira no exterior (Diniz, 2015). No entanto, pouco se sabe sobre a influência do samba, Bossa Nova e MPB na Noruega.

Diante dessa falha, o estudo pretende responder a duas perguntas principais: como a música brasileira era vista política e culturalmente por um público democrático e liberal como o norueguês? Como esse fenômeno artístico se espalhou nesse contexto cultural e geográfico distante?

Para responder a essas perguntas, o capítulo baseia-se em uma combinação de metodologias sócio-históricas qualitativas. Além da pesquisa bibliográfica, para investigar a percepção da música brasileira pelo público norueguês no período de 1964-1985 (RQ1), foram coletados e analisados diferentes documentos históricos, quais artigos de jornais (*Dagbladet*, *Klassekampen*, *Aftenposten*), periódicos (*Jazznytt*, *Puls*), bem como coberturas e reportagens em revistas de música, fanzines e *podcasts* (*Jungeltelegrafen*), além de programas de TV (*Blitz*)<sup>3</sup>.

Investigar como a música brasileira se espalhou na Noruega (RQ2) exigiu a utilização do método de rastre-

<sup>3</sup> Cerca de 50% dos periódicos musicais noruegueses foram iniciados após 1960 (Norheim, 1987). Todas as coleções desses periódicos estão digitalizadas e disponíveis no site da Biblioteca Nacional da Noruega (Nasjonalbiblioteket).

amento de processos (George; Bennet, 2005), cruzando entrevistas e dados documentais. Por razões *anagráficas*, o rastreamento começou pelo período mais recente, reunindo informações sobre a música brasileira na cena musical norueguesa nos anos 1980. Uma série de entrevistas foi conduzida com músicos e outras pessoas ativas em cenas musicais relevantes naqueles anos. Os entrevistados incluíram músicos, organizadores de concertos, produtores e críticos musicais.

## **A música brasileira entre resistência e inovação**

No início dos anos 1960, a direita brasileira estava pronta para apoiar um golpe, uma vez que essa era a única maneira de prevenir mudanças econômicas e sociais revolucionárias. Utilizando o argumento da “ameaça comunista” ao Brasil, os militares planejaram um golpe com o apoio implícito dos EUA (Fillion, 2023)<sup>4</sup>.

Desde abril de 1964, o novo regime foi minando as instituições democráticas do país. O golpe pôs fim à República Liberal do segundo pós-guerra no Brasil e todos os partidos políticos foram abolidos. O povo brasileiro aguardou 21 anos, até março de 1985, para ter a transição do regime militar à democracia (Bethell, 2018). Nas intenções do golpe militar, a música engajada socialmente encarnava uma nova forma de resistência cultural e política contra o regime autoritário (Fléchet; Napolitano, 2015). O governo militar perseguiu músicos de esquerda, como Chico Buarque de Hollanda, Edu Lobo, Nara Leão, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Marília Medalha,

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes, Grimaldi (2023).

Vinicius de Moraes, Sidney Miller e Milton Nascimento. Esses artistas foram rotulados como “pró-comunistas”, e o regime se preocupava com sua influência política e social.

Em outras palavras, a MPB e a Bossa Nova se tornaram também espaços de luta de classes contra a ditadura (Fléchet; Napolitano, 2015). Nesse sentido, o golpe militar acelerou o movimento dos compositores de Bossa Nova rumo à exploração de novos caminhos. Alguns artistas se envolveram mais na política. Entre eles, Carlos Lyra, Sérgio Ricardo, Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle começaram a usar as letras de suas músicas contra a pobreza e a injustiça social no país (McGowan; Pessanha, 2009). Ademais, em 1965 a era dos festivais de música brasileira inaugurou uma nova geração de compositores e cantores da MPB (McGowan; Pessanha, 2009). Enquanto isso, o desenvolvimento da indústria da TV facilitou o sucesso nacional e internacional da MPB. Por um lado, os músicos brasileiros ganharam visibilidade mundial; por outro, o regime criou a imagem de um governo amigável e empreendedor (Fléchet; Napolitano, 2015).

Nessa perspectiva, o Festival Internacional da Canção Popular (FIC) – cuja primeira edição foi organizada em 1964 – era uma combinação inovadora de turismo e negócios de música (Fléchet; Napolitano, 2015). O evento foi criado por Augusto J. Marzagão, um ex-jornalista e consultor político, com experiência em *marketing* de exportação. Outros parceiros cruciais incluíram a TV Rio (e posteriormente a TV Globo), as gravadoras Cidil e Philips e a Secretaria de Turismo do Brasil. No entanto, o Itamaraty ajudou a promover o festival enviando convites aos diversos corpos diplomáticos estrangeiros espalhados entre Brasília e Rio de Janeiro (Fillion, 2023).

Em meados da década de 1960, a Bossa Nova se dividiu entre a velha guarda e os novos cantores de protesto. O público brasileiro ficou bastante dividido em suas preferências. A música nacionalista com sabor claramente brasileiro foi contraposta à música “estrangeira”, como as canções de *rock* ouvidas nos programas de televisão da Jovem Guarda (McGowan; Pessanha, 2009). Esse entusiasmo durou apenas alguns anos. Em 1966, o marechal Humberto Castello Branco neutralizou a oposição política oficial, suspendeu os direitos civis e lançou uma campanha de repressão que levou à prisão, encarceramento, tortura e exílio de dissidentes (Fillion, 2023). Dois anos depois, o regime militar iniciou sua fase mais dura de censura e repressão (McGowan; Pessanha, 2009).

Entre as consequências do controle autoritário da cultura brasileira, muitos artistas da MPB foram exilados, presos e censurados. Ante esse cenário, artistas, estudantes e jornalistas organizaram uma onda de protestos, gerando uma violenta reação dos militares, inclusive a invasão de universidades e o assassinato de estudantes. Além disso, em dezembro de 1968, o regime militar implementou o Ato Institucional nº 5, que abriu a fase mais dura da ditadura. O Congresso foi fechado, todos os direitos civis foram retirados (qualquer pessoa poderia ser mantida na prisão sem julgamento) e todas as formas de expressão (imprensa, artes, etc.) tinham que ser censuradas antes de chegar ao público. Muitos políticos, estudantes, artistas e intelectuais foram presos e torturados (McGowan; Pessanha, 2009). Geraldo Vandré (cuja canção “Caminhando” se tornou um *slogan* para as manifestações estudantis) teve que deixar o Brasil para garantir sua vida. De 1969 a 1973, ele circulou pela América do Sul,

África e Europa. Na hora de voltar ao seu país, em 1973, foi preso (McGowan; Pessanha, 2009). Chico Buarque foi ameaçado pelo regime e deixou o Brasil rumo à Itália em 1969. Gilberto Gil e seu colega tropicalista Caetano Veloso também foram para o exílio no mesmo ano após um breve período em prisão (Fillion, 2023). Veloso, Gil e outros tropicalistas irritaram o regime. Os militares temiam que seu estilo de vida (envolvendo drogas e o movimento *hippie*) pudesse ter um impacto negativo sobre a juventude brasileira (McGowan; Pessanha, 2009).

Em meados da década de 1970, quando muitos artistas brasileiros enfrentavam as inevitáveis consequências de seu exílio, a rede de TV Globo tentou revitalizar alguns festivais de música. A iniciativa foi um fracasso, em particular porque as verdadeiras estrelas da MPB e da Bossa Nova brilhavam fora do Brasil, na Europa.

Enfim, a ditadura militar sufocou sua oposição interna, mas não conseguiu reprimir a resistência cultural e política no exterior. Em 1979, tanto a revogação do Ato Institucional nº 5 quanto a anistia geral para todos os crimes políticos inauguraram a chamada “abertura”, que levou ao colapso da ditadura militar. Finalmente, os antigos artistas da “guerrilha cultural” se reinventaram como embaixadores da paz e da liberdade (Fléchet; Napolitano, 2015).

## Música brasileira na Europa

A imagem atual do Brasil como a terra do samba é o produto de uma complexa estratificação histórica e sociocultural. Trata-se de uma construção narrativa de símbolos e mitos orgânica ao desenvolvimento de um ver-

dadeiro ícone nacional. A música popular passou de ser um artefato cultural marginal, estigmatizado como “algo de negros e vagabundos”, para moldar a identidade nacional brasileira (Paranhos, 2015). Nessa perspectiva, estudos recentes apontam que a música popular no Brasil frequentemente se entrelaçou com ideologias políticas e culturais desde a década de 1920 (Stroud, 2008). A Bossa Nova surgiu no final da década de 1950 em um momento de grande otimismo inspirado pela política nacional desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. Esse forte sentimento de desenvolvimento, apresentado como necessário e inevitável, gerou uma alta taxa de inflação, bem como uma enorme dívida externa que João Goulart (eleito presidente em 1961) não conseguiu controlar. O país mergulhou em uma profunda crise econômica, levando as classes médias conservadoras do Brasil às ruas para incitar os militares a derrubarem Goulart (Leu, 2006). Na mesma época, o samba (e, de modo geral, a música brasileira) desembarcou na Europa. Sem dúvida, *Orfeu Negro (Black Orpheus)*, uma coprodução franco-italo-brasileira, desempenhou um papel crucial. É um filme de tragédia romântica dirigido por Marcel Camus em 1959. Baseado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinicius de Moraes, o filme é uma adaptação moderna da lenda grega de Orfeu e Eurídice em uma favela contemporânea do Rio de Janeiro durante o Carnaval. Ademais, um trio mágico de artistas formado por Luiz Bonfá, Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes lançou a trilha sonora do filme. Por um lado, uma combinação virtuosa – um poeta (Vinicius) e dois músicos (Bonfá e Jobim) – levou a Bossa Nova a ganhar sucesso mundial; por outro lado, o regime militar lançou um intenso programa de propaganda na-

cionalista que girava em torno do lema “Brasil – ame-o ou deixe-o”.

O recado, claramente dirigido aos dissidentes brasileiros, gerou um contranacionalismo de esquerda baseado na defesa das classes populares, dos trabalhadores urbanos e suas culturas. Um bom exemplo dessa onda relativamente nova de ativismo cultural foi o fenômeno Tropicália. Em 1968, Caetano Veloso pegou emprestado o nome *Tropicália* da obra de Hélio Oiticica para uma de suas canções.

Tanto as ideias de Oiticica quanto as de Veloso sobre a Tropicália encarnaram as contradições que caracterizavam a sociedade brasileira entre o desenvolvimento crescente e a desigualdade permanente (Leu, 2006).

Segundo Célio de Carvalho (um percussionista brasileiro que veio para a Noruega em 1983), a Tropicália foi também uma revolução sexual. Foi uma espécie de movimento anticonservador, uma versão indígena (de fato, sul-americana) da cultura *hippie* norte-americana<sup>5</sup>.

Veloso, após ser forçado ao exílio, gravou um novo álbum, intitulado “Caetano Veloso” em Londres, em 1971. O som de sua voz cantando em inglês encarna os conceitos de alienação e estranhamento que caracterizaram sua existência no exílio. O álbum reflete a complexa experiência de estar afastado de sua terra natal, mergulhado em uma cultura estrangeira, bem como a sensação de distanciamento tanto físico quanto cultural do Brasil. A obra de Veloso nesse período é frequentemente vista como um testemunho artístico das dificuldades e angústias enfrentadas pelos exilados políticos durante a ditadura militar brasileira, ao mesmo tempo que explo-

<sup>5</sup> Para mais detalhes, ver: Podcast, 22. April 2023, *Jungeltelegraf*, Célio de Carvalho, 40 år i Norge!

rava novas influências e sonoridades no cenário musical global<sup>6</sup>. Além disso, o exílio de Gilberto Gil foi em Londres. Chico Buarque e Toquinho, por sua vez, passaram seu exílio na Itália, onde foram aproximados por Vinicius de Moraes como um gesto de solidariedade. Na Itália, os músicos brasileiros desenvolveram novos projetos e parcerias. No final da década de 1960, Sergio Bardotti (um letrista, compositor e produtor musical italiano) colaborou com Chico Buarque, que já estava havia alguns anos exilado na Itália.

A colaboração resultou em produções significativas, combinando a rica herança musical brasileira com as influências italianas, e construiu uma ponte cultural entre os dois países.

Durante o período de exílio, muitas dessas parcerias musicais ajudaram a fortalecer os laços culturais e proporcionaram aos músicos brasileiros uma plataforma internacional para continuar seu trabalho artístico, apesar da repressão política em sua terra natal.

Em 1976, Ornella Vanoni, uma famosa cantora italiana, gravou um álbum de estúdio intitulado *La voglia, la pazzia, l'incoscienza, l'allegria* em colaboração com Vinicius de Moraes e Toquinho. O projeto simbolizava a fusão de sensibilidades musicais brasileiras e italianas, exemplificando a profundidade das conexões culturais e dos intercâmbios que ocorriam entre os artistas dos dois países durante aquele período.

Ademais, Sergio Endrigo, outro renomado cantor e compositor italiano, tornou-se muito popular no Brasil em virtude da sua amizade e colaboração com vários ar-

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes, ver Green (2010).

tistas brasileiros, inclusive Vinicius de Moraes. As colaborações não apenas fortaleceram os laços entre a música italiana e a brasileira, mas também proporcionaram novas oportunidades criativas e um público internacional mais amplo para os músicos exilados.

Essas parcerias mostram como a música brasileira continuou a evoluir e florescer mesmo em tempos de adversidade, atravessando fronteiras e unindo culturas. A recíproca influência entre os músicos italianos e brasileiros durante esse período contribuiu para a riqueza e diversidade da música internacional, criando obras que ainda são celebradas e apreciadas até hoje<sup>7</sup>.

### **"Samba'n Er løs!". Música brasileira na Noruega**

Em 1963, o *Dagbladet*, um dos maiores jornais da Noruega, publicou uma manchete intrigante: "Bossa Nova - er det egentlig noe særlig nytt?" (Bossa Nova. É realmente tão nova?). O autor do artigo enfatizou que Laurindo Almeida (um guitarrista e compositor brasileiro) juntamente com Bud Shank (um saxofonista e flautista americano) foram pioneiros na criação da Bossa Nova já em 1952. Em 1962, no entanto, Stan Getz e Charlie Byrd lideraram a popularização da Bossa Nova em virtude da sua versão de *Desafinado* de Jobim, que rapidamente se tornou um sucesso nos EUA e na Grã-Bretanha. O sucesso de Getz foi a típica "calmaria antes da tempestade", porque, apenas dois anos depois, o Brasil cairia nas mãos da ditadura.

<sup>7</sup> G. Minà, *La stagione dei Blitz, La storia e i successi della musica brasiliana, part 1 and 2*, disponíveis no YouTube.

Inicialmente, a mídia da Europa Ocidental viu na intervenção militar uma medida temporária para recuperar o país do caos gerado pela deposição de João Goulart. O *Le Monde* apresentou Castello Branco como um dos militares mais cultos do Brasil, plenamente capaz de tirar o país dos problemas. No Reino Unido, o *The Times* destacou como a intervenção militar era considerada um mal necessário na luta contra o comunismo. Enfim, a “revolução” militar teria sido um produto do anticomunismo da Guerra Fria (Grimaldi, 2023).

A maioria dos jornais noruegueses alinou-se com a narrativa anticomunista. Em 1º de abril de 1964, o *Aftenposten* (o maior jornal impresso da Noruega) destacou o risco de uma guerra civil no Brasil. Outros jornais, como o *Demokraten*, em abril de 1964, intitularam: “Brasil på borgerkrigens rand” (“Brasil à beira da guerra civil”). O *Arbeiderbladet* (hoje *Dagsavisen*) definiu isso como uma “crise”, enquanto as manchetes do *Dagbladet* afirmavam: “Borgerkrig truer Brasil” (“Guerra civil ameaça o Brasil”), também em abril de 1964. Pouco depois, no entanto, alguns comentaristas da Europa Ocidental observaram que a narrativa sobre o governo de Goulart era fortemente influenciada pela maioria do Congresso, composta por representantes dos latifundiários e da grande burguesia e por alguns expoentes autoritários da hierarquia católica. Portanto, alguns jornais italianos e belgas começaram a se preocupar seriamente com o futuro político do Brasil, mas era tarde demais. Branco consolidou seu poder rapidamente. O regime militar governou o país por quase duas décadas. Tornou-se mais difícil para os brasileiros permanecerem em segurança na América Latina enquanto o autoritarismo avançava com as demais ditadu-

ras (Argentina, Chile, Uruguai, etc.). Assim, eles fugiram para os EUA, Europa e África. Portanto, no final de 1969, uma onda de novos exilados chegou à Europa. Juntos, a esquerda exilada do Brasil, as redes de direitos humanos e solidariedade e a cobertura da mídia da Europa Ocidental constituíram uma coalizão dentro do movimento global de direitos humanos (Grimaldi, 2023).

Quando o regime militar foi estabelecido em 1964, algumas vozes dissidentes também chegaram à Noruega. Em 1965, uma instituição privada de pesquisa em estudos de paz e conflito com sede em Oslo (Peace Research Institute Oslo – PRIO) publicou o trabalho de Simon Schwartzman sobre a situação econômica e política no Brasil. O cientista social brasileiro, temporariamente empregado como pesquisador do PRIO, estava estudando as raízes de longo prazo do autoritarismo no Brasil. Em particular, ele afirmou que o regime de Getúlio Vargas e seu Estado Novo já cumpriam os critérios de um governo ditatorial. O marechal Branco continuou nessa mesma linha, apenas consolidando sua nova ditadura militar (Gentile, 2023; Schwartzman, 1965).

Naquela época, o Brasil estava se destacando como um país cheio de contradições. Por um lado, o futebol (o Brasil havia sido campeão nas Copas do Mundo de 1958 e 1962), o samba e o Carnaval eram protagonistas absolutos; por outro lado, a pobreza, a corrupção e os regimes autoritários ainda permaneciam. Apesar de suas potencialidades econômicas e riqueza em matérias-primas, o Brasil visto pela Europa era um país de “Terceiro Mundo”, agroexportador, em desenvolvimento, porém a imagem do Brasil na Noruega (e, de forma mais geral, na Europa) estava longe de ser influenciada pela sombra de uma ditadura cruel.

Nessa perspectiva, a circulação da música brasileira fora de suas fronteiras nacionais foi crucial. Segundo Per Ole Hagen (um jornalista, fotógrafo e músico norueguês), o samba, a Bossa Nova e a música latina em geral tornaram-se populares também em alguns países nórdicos. Basta pensar que a Finlândia tem uma importante tradição de tango dentro de sua música popular, enquanto muitos artistas suecos, como Monica Zetterlund, Lill Lindfors e Cornelis Vreeswijk, incluíram várias músicas de Bossa Nova em seus repertórios. Além disso, rádios e televisões suecas transmitiam músicas e desenhos animados que retratavam o Brasil como um país exótico e mágico<sup>8</sup>.

A cultura brasileira era mais popular na Suécia do que na Noruega, onde esse fenômeno surgiu mais tarde, pelo menos no final da década de 1980. De forma mais geral, Per pensa que o álbum que mais contribuiu para propagar a música brasileira na Europa (e na Noruega) foi *Getz Au Go Go* (1964), de Stan Getz, um álbum ao vivo com a participação da cantora de Bossa Nova Astrud Gilberto.

É preciso também observar que muitos músicos brasileiros não se afastaram dos cânones clássicos para novas experimentações. Outro fator impactante foi que dos anos 1970 aos anos 1980 a música latina era vista mais como um fenômeno de língua espanhola (por exemplo, argentina ou caribenha) do que “brasileira”. Nos anos 1970, na Noruega, não havia uma percepção clara do contexto político do Brasil. Muitos ativistas de esquerda estavam cientes de outras ditaduras sul-americanas, como o regime de Pinochet no Chile, enquanto o conhecimento da ditadura brasileira era bastante superficial<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Entrevista do autor com Tom Lund, Oslo, 5 de dezembro de 2023.

<sup>9</sup> Entrevista do autor com Per Ole Hagen, Zoom, 2 de outubro de 2023. Para uma visão geral das diversas ditaduras sul-americanas, ver Dávila (2013).

As coisas foram mudando no final dos anos 1970, quando um grupo de sociólogos noruegueses (Dan Børge Akerø, Per Erik Borge, Helge Hveem e Dag Poleszynski) criticou fortemente o envolvimento de duas importantes empresas norueguesas (Norsk Hydro e Årdal-Sunndal Verk) na mineração de bauxita no Brasil. O livro *Norge i Brasil. Militærdiktatur, folkemord og norsk aluminium* (Noruega no Brasil: ditadura militar, genocídio e alumínio norueguês) desencadeou um vigoroso debate sobre questões ambientais e políticas, incluindo a exploração de recursos minerais e a violação dos direitos humanos sob a ditadura militar brasileira (Akerø et al., 1979). No final dos anos 1970, muitos brasileiros foram reconhecidos como refugiados e receberam asilo na Europa, especialmente na Noruega, Suécia, Holanda, Suíça e França (Grimaldi, 2023).

Além disso, a memória da ditadura brasileira sobreviveu também fora do país. O pai de Gabriela Garrubbo cresceu durante a ditadura, portanto, a geração de Gabriela teve relatos diretos de professores e familiares. Tanto na escola quanto em casa, quando o assunto era abordado, a cultura (música e literatura) sempre estava em destaque. Músicos e escritores foram fundamentais no movimento de resistência, sendo torturados e até mesmo forçados a viver no exílio por se oporem às atrocidades que estavam acontecendo. Gabriela acrescentou:

Eu acho que, para mim, isso se torna quase um tanto nacionalista de se pensar, a parte que a música desempenhou naquela época é inspiradora para mim. Mesmo que não tenha acontecido em meu tempo de vida, ainda posso me sentir um

pouco emocionada com isso, especialmente ao cantar músicas daquela época<sup>10</sup>.

O declínio da ditadura marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento da música brasileira na Noruega e, de forma mais geral, na Europa Ocidental. Nos anos 1980, embora a imagem do Brasil ainda fosse baseada em clichês desgastados como “praias ensolaradas”, “dançarinas de samba” e “festas de Carnaval”, algo começou a mudar<sup>11</sup>. No verão de 1983, a imprensa norueguesa foi abalada pelo surgimento do “Caso Latini”. Claudio e Cristina Latini eram um casal de músicos brasileiros profissionais que tinham recentemente se apresentado na primeira edição do chamado Oslo-*karnevalet* (Carnaval de Oslo)<sup>12</sup>.

O Carnaval de Oslo foi um grande festival organizado por um grupo de anarquistas que se inspiraram no Carnaval do Rio de Janeiro. A primeira edição do festival ocorreu nas ruas de Oslo de 27 a 29 de maio de 1983 e foi repetida até 1986. Em 1º de julho de 1983, o jornal *Aftenposten* noticiou que seis músicos brasileiros foram obrigados a deixar a Noruega. Claudio e Cristina, os autores do sucesso *Samba'n Er løs!* (especialmente composto para o Oslo-*karnevalet*) e protagonistas do festival de sucesso em Oslo, estavam entre eles.

<sup>10</sup> Entrevista escrita do autor com Gabriela Garrubo, 6 de outubro de 2023. Gabriela Garrubo nasceu em Oslo e passou a maior parte de sua infância em São Paulo, onde aprendeu a cantar e tocar piano. Ela retornou à Noruega para estudar música e acabou ingressando no Griegakademiet em Bergen, onde se destacou na cena local tanto como colaboradora quanto como artista solo. Seu álbum de estreia, *Rodando*, é um raro encontro entre a cena moderna do jazz nórdico e influências da música brasileira dos anos 1980 e da Bossa Nova. Para mais detalhes: <https://www.osloworld.no/en/festival/event/gabriela-garrubo>.

<sup>11</sup> Para mais detalhes, ver: Böttzauw, Høm e Stangerup (1983) e Galford (1987).

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre a carreira de Claudio e Cristina, ver o *site* de Claudio Latini: <https://ipmundirecords.com/sobre-mi>.

O casal tinha sido convidado para a Noruega um ano antes pela Scandinavian Airlines (SAS) confiando na possibilidade de um contrato, mas algo deu errado e, quando a permissão para trabalhar na Noruega foi negada, eles foram obrigados a deixar o país também.

Um número significativo de músicos, jornalistas e intelectuais noruegueses, no entanto, discordou da medida drástica adotada pelas autoridades. Em 5 de julho de 1983, um membro da associação de músicos de Oslo, Bill Mulholland, apoiou a permanência deles na Noruega para aumentar o patrimônio cultural do país, dado que eles haviam desenvolvido muitas colaborações frutíferas com músicos noruegueses, criando também novas oportunidades de trabalho para artistas locais. Por essas razões, Mulholland fez um apelo à ministra da Justiça da Noruega, Mona Røkke, para intervir junto às autoridades.

Na mesma linha, o *Klassekampen* afirmou que o intercâmbio cultural entre a Europa Ocidental e a América do Sul era definitivamente mais importante do que as regras gerais de imigração. Em outras palavras, Claudio e Cristina constituíam uma exceção que merecia um exame específico. Nesse sentido, Gerd Fleischer (uma defensora dos direitos humanos na Noruega) e Jon Michelet (um ativista e romancista norueguês) lançaram uma petição contra a expulsão do casal brasileiro<sup>13</sup>.

Michelet afirmou que a chegada do samba à Noruega lembrava do *jazz* na hora que se espalhou pelo país. O romancista enfatizou que a música *jazz*, sendo inovadora e revolucionária, desempenhou um papel crucial no de-

---

<sup>13</sup> Even Jan Garbarek (um famoso saxofonista norueguês) e Åse Kleveland (músico e ministro da cultura da Noruega de 1990 a 1996) tinham assinado a petição.

envolvimento cultural e social da sociedade norueguesa<sup>14</sup>. Ademais, um grupo de músicos noruegueses que havia colaborado com Claudio e Cristina destacou o fato de que a parceria cultural estava desempenhando um papel fundamental na luta contra o racismo<sup>15</sup>. Muitos noruegueses já haviam se manifestado em apoio ao casal brasileiro, no entanto, em 14 de julho de 1983, eles foram temporariamente presos<sup>16</sup>. Parece que a medida, embora radical, visava evitar qualquer risco de fuga antes da sua partida<sup>17</sup>. Em 21 de julho de 1983, após encontrá-los na presença de seu advogado e de Gerd Fleischer, a ministra Røkke excluiu qualquer possibilidade de exceção: Claudio e Cristina teriam que deixar a Noruega<sup>18</sup>. Quatro dias depois, em 25 de julho, o casal brasileiro partiu do aeroporto de Fornebu calorosamente cercado por um barulhento grupo de músicos tocando, mas Claudio e Cristina enfatizaram que não era um adeus. Os músicos locais foram muito acolhedores e amigáveis, então eles já estavam planejando voltar à Noruega<sup>19</sup>.

Na mesma época, alguns jovens músicos noruegueses, entre eles Tom Lund (guitarrista) e Sveinung Hovensjø (saxofonista), inspirando-se em artistas brasileiros, lançaram seus novos trabalhos. Hovensjø aprendeu a tocar o cavaquinho brasileiro, uma pequena guitarra clássica de Portugal. Da mesma forma, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, a banda de Lund, Desafinado, tornou-se um importante conjunto de músicos,

<sup>14</sup> T. Spence, Støttekomité for samba-musikere. *Dagbladet*. 7 de julho de 1983, p. 11.

<sup>15</sup> T. Bjørneboe, Musiker-solidaritet. *Klassekampen*. 8 de julho de 1983, p. 5.

<sup>16</sup> Samba-musikerne arrestert. *Klassekampen*. 15 de julho de 1983, p. 3.

<sup>17</sup> A. Bertselsen, Nidkjær politi-ttjeneste. *Klassekampen*. 16 de julho de 1983, p. 2.

<sup>18</sup> N. Johnsrund, Røkke nådeløs. *Klassekampen*. 21 de julho de 1983, p. 2.

<sup>19</sup> M. Myrstad, Avskjeds-samba. *Dagbladet*. 25 de julho de 1983, p. 11.

incluindo, entre outros, Hovensjø, Célio de Carvalho (percussionista) e Anne-Marie Giørtz (vocalista)<sup>20</sup>.

Em 1989, o *Jazznytt* (um famoso jornal norueguês sobre jazz) celebrou entusiasticamente a visita de Astrud Gilberto ao cinema Sandvika (Sandvika kino, perto de Oslo) em 11 de dezembro de 1988. O autor do artigo reconstruiu brevemente a história da Bossa Nova, bem como seu desenvolvimento na Noruega. Nesse contexto, Claudio e Cristina Latini, juntamente com Desafinado, foram cruciais, portanto, é possível observar que a música de Antônio Carlos Jobim e João Gilberto chegou na Noruega graças à colaboração entre o duo Latini e Desafinado, que tocavam todas as quintas-feiras no clube Smuget em Oslo<sup>21</sup>. Desafinado foi pioneira no Trio de Janeiro, que foi fundado com sucesso no início dos anos 1990<sup>22</sup>.

Sob a liderança musical de Lund, o grupo tornou-se popular em clubes de Oslo e participou de vários festivais, além de muitas aparições na TV e no rádio. Nos anos 1990, a banda lançou dois álbuns: *Brazilikum* (1993) e *Amoregano* (1995). O Trio contou com diversos artistas convidados desde o início, e Célio de Carvalho frequentemente contribuiu para fortalecer as raízes da música da banda. Além disso, Frøydis Grorud tem sido uma parte regular do Trio desde 1998.

<sup>20</sup> Entrevista do autor com Per Ole Hagen, Zoom, 2 de outubro de 2023.

<sup>21</sup> K. Raugstad, Astrud Gilberto, Nova Bossa, i Sandvika. *Jazznytt*. 1/1989, p. 36-37.

<sup>22</sup> A formação original do "Trio" incluía Tom Steinar Lund na guitarra, Anne-Marie Giørtz nos vocais e ritmo, além de Sveinung Hovensjøe no baixo e cavaquinho (veja <https://artistpicturesblog.com/2014/05/10/trio-de-janeiro-brazilian-music-from-norway/>). Atualmente, o Trio de Janeiro é composto por Tom Lund, Anne-Marie Giørtz e vários músicos convidados, incluindo Frøydis Grorud, bem como Sveinung Hovensjø, Kenneth Ekornes e Birger Mistereggen. Seu repertório inclui Bossa Nova, samba e choro. Para mais detalhes, <https://artistpicturesblog.com/2014/05/10/trio-de-janeiro-brazilian-music-from-norway/>.

Célio de Carvalho descreve aquele período como um momento emocionante e estimulante para os músicos brasileiros na Noruega. A vida noturna de Oslo oferecia diversos clubes e bares onde a música brasileira, em combinação com *jazz*, *funk* e *rock*, alcançou níveis inesperados de popularidade e apreciação<sup>23</sup>. Lund também enfatizou a disseminação dessas boas vibrações em torno de Oslo<sup>24</sup>.

Naquela época, misturando suas origens norueguesas com a música brasileira, Lund percebeu que algo novo havia nascido. Era uma espécie de “Bossa Nova norueguesa”, que logo o transformou em um músico em tempo integral. Em outras palavras, Desafinado foi a chave para o sucesso<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Entrevista do autor com Célio de Carvalho, 6 de novembro de 2023. Para mais detalhes sobre a trajetória artística de Célio de Carvalho, B. Schumann, Ingen greenser for Celio. *Jazznytt*, n. 1, 1990, p. 33-34.

<sup>24</sup> Entrevista do autor com Tom Lund, Oslo, 5 de dezembro de 2023. Lund toca música brasileira há quarenta anos na Noruega, mas o começo foi muito antes. Ele nasceu em 1957, perto da fronteira entre Noruega e Suécia. Após ouvir vários artistas suecos, como Cornelis Vreeswijk e Monica Zetterlund, Tom deu seus primeiros passos na música no início dos anos 1970, quando começou a estudar música. Logo, ele começou a tocar algumas canções brasileiras, como “Garota de Ipanema”. Então, quando encontrou um disco original alemão de João Gilberto, percebeu que não havia influências francesas ou norte-americanas nisso. Isso foi surpreendente e abriu literalmente a mente de Tom. Aquele álbum era algo completamente diferente. Portanto, ele tentou encontrar uma nova linguagem pessoal que se encaixasse com suas origens norueguesas. Lund estudou profundamente as obras de João Gilberto, Geraldo Pereira e Orlando Silva. Finalmente, em meados dos anos 1980, ele já estava tocando música brasileira em Oslo. Mesmo antes de viajar para o Brasil, ele havia criado uma espécie de “Bossa Nova norueguesa”. Enquanto isso, ele começou a tocar com Célio, que naquela época não tocava Bossa Nova, mas música *funk* e *rock*. De repente, uma mistura de samba (Lund) e, paradoxalmente, *rock* (Célio) tomou forma, e, no final dos anos 1980, Lund viajou para o Brasil. Aqui começou a aprender português brasileiro e, após ouvir os trabalhos de Paulinho da Viola, consolidou seu estilo único.

<sup>25</sup> B. Schumann, Ingen greenser for Célio. *Jazznytt*. 1/1990, p. 33-34.

## Conclusões

No imaginário global, o futebol e o Carnaval desempenharam historicamente papéis fundamentais na construção da imagem do Brasil como um país de pessoas amigáveis, pacíficas, festivas e atraentes e como a “terra do futebol” (Paganotti, 2009). Hoje, muitos outros estereótipos antigos, como insegurança, corrupção e angústia, estão dando lugar a retratos mais nuançados do Brasil, incluindo uma maior compreensão da diversidade cultural e do tecido social complexo do país (Kath; Knijnik, 2015). Nesse sentido, a música foi essencial para a construção de alguns estereótipos específicos, como o Carnaval, a liberdade sexual, a alegria de viver e de socializar. As histórias de muitos músicos brasileiros na Europa, no entanto, dão uma imagem completamente diferente desse mundo “de contos de fadas”. Esse fenômeno se deveu principalmente a três fatores importantes.

Primeiramente, os europeus (incluindo os noruegueses) muitas vezes eram incapazes de perceber a dor dos brasileiros pelos crimes perpetrados pelo regime militar. Muitos músicos, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, foram forçados ao exílio e sua saudade era algo extremamente mais profundo do que uma simples forma romântica e nostálgica de saudade de casa. Esses artistas lutavam por sua própria liberdade, bem como pela liberdade de seu país, de uma maneira que a maioria dos europeus ocidentais não conseguia reconhecer.

Em segundo lugar, muitos músicos brasileiros, ao buscarem uma forte oposição à ditadura, priorizaram valores universais, como a tolerância, os direitos humanos e a liberdade de expressão. Por exemplo, esse

aspecto emergiu claramente quando Claudio e Cristina Latini foram forçados a deixar a Noruega. Isso também era algo que alguns europeus ocidentais começaram a perceber e testemunhar, viajando e escrevendo sobre os movimentos de resistência latino-americanos, particularmente nas décadas de 1960 e 1970. Eles constituíram um novo fenômeno, o chamado “turismo revolucionário”. Essa mobilização pelo Brasil e pela América do Sul em geral envolveu ativistas de diversas partes da Europa, em particular França, Holanda e os países escandinavos (Grimaldi, 2023).

Finalmente, o regime militar foi capaz de esconder seus crimes localmente, assim como de enfatizar os aspectos encantadores de sua cultura nacional no exterior. Isto foi, em outras palavras, a consolidação de uma “Diplomacia do samba”, que sobreviveu à ditadura e chegou ao terceiro milênio. São alguns dos fatores que podem explicar o porquê de muitos noruegueses (e não brasileiros em geral) não entenderem realmente a música brasileira. Eles gostam, mas não têm consciência de suas origens culturais e políticas. Além disso, eles tendem a misturar e confundir samba e Bossa Nova. A Bossa Nova, porém, não tem nada a ver com Carnaval e samba, embora, de acordo com Lund, hoje a imagem do Brasil na Noruega ainda é de música alta e garotas seminuas. Como disse Per Ole Hagen, “Os noruegueses consomem a música brasileira como um produto porque ela parece relaxante, fascinante, fácil de ouvir”<sup>26</sup>.

No início da década de 1990, no entanto, alguns artistas brasileiros e noruegueses, como Célio de Carvalho

---

<sup>26</sup> Entrevista do autor com Per Ole Hagen, Zoom, 2 de outubro de 2023.

e Tom Lund, começaram a tocar música brasileira na Noruega. Dessa forma, eles deram origem a um pequeno grupo de artistas com um interesse apaixonado pela música brasileira. Desafinado e mais tarde o Trio de Janeiro deram seus primeiros passos graças a esse conjunto de colaborações.

Nesse campo, Lund acredita que a Noruega ainda pode ser um bom lugar para a música brasileira, mas seu sucesso depende de como os músicos conseguem transmiti-la de uma geração para a outra. Não é algo apenas para a burguesia. Pelo contrário, vem de um estilo urbano antidramático, bem como de ambientes da classe trabalhadora<sup>27</sup>. De acordo com as memórias de Lund, um dia Chico Buarque disse a ele que o Tropicalismo era “nada”, mas o samba era “tudo”. Sem dúvida, no Brasil há uma profunda devoção à música, que encarna algo mais do que um instrumento prático para a luta política ou social. Citando o capítulo de um livro norueguês sobre samba, publicado em 1983: “Só Deus pode te ensinar samba” (em norueguês: “*Bare Gud kan lære deg samba*”).

Na história cultural do Brasil, a música tem poderes místicos que podem influenciar o comportamento humano e a coerção política. Em outras palavras, a ditadura foi temporária, mas o Brasil era (e será) para sempre.

## Referências

AKERØ, B.; BORGE, P. E.; HVEEM, H.; POLESZYNSKI, D. *Norge i Brasil: Militærdiktatur, folkemord og norsk aluminium*. Oslo: H. Aschehoug & CO., 1979.

---

<sup>27</sup> Entrevista do autor com Tom Lund, Oslo, 5 de dezembro de 2023.

ARNDT, R. "¿Cultura o propaganda?". Reflexiones sobre medio siglo de diplomacia cultural en Estados Unidos". In: RIVAS, C. V. (ed.). *Diplomacia pública y cultural*. México: Revista Mexicana de Política Exterior, 2009.

BARRETO, M. Inscrições transnacionais das músicas nacionais: a internacionalização dos regionalistas do Trio Nagô. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 110, p. 1-19, 2022.

BÉLANGER, L. La diplomatie culturelle des provinces canadiennes. *Études Internationales*, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 421-452, 1994.

BETHELL, L. *Brazil: Essays on history and politics*. London: University of London, 2018.

BOCSKAY, S. Undesired presences: Samba, improvisation, and afro-politics in 1970s Brazil. *Latin American Research Review*, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 64-78, 2017.

BÖTTZAUW, E.; HØM, J.; STANGERUP, Å. M. *Nesse, Samba*. Et eventyr fra Brasil. Oslo: Faktum Forlag, 1983.

CAMARGO, M. L. B. Se todo mundo sambasse... / If everybody would have samba..., *Iberoamericana: Nueva Época*, [S.l.], v. 16, n. 62, p. 53-68, 2016.

CUMMINGS, M. C. *Cultural Diplomacy and the United States Government: A survey*. Washington: Center for Arts and Culture, 2003.

DÁVILA, J. *Dictatorship in South America*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013.

DINIZ, S. C. De l'art engagé à la contre-culture: la scène musicale brésilienne (1969-1974). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/68453>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DUMONT, J. De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle: le parcours du Brésil dans l'entre-deux-guerres. *Caravelle*, [S.l.], n. 99, p. 217-238, 2012.

DUMONT, J.; FLÉCHET, A. Brazilian Cultural Diplomacy in the Twentieth Century. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 1-19, 2014.

FILLION, E. Pop friction: performing Canada at the Festival Internacional de Canção Popular. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, [S.l.], v. 48, n. 1, p. 72-91, 2023.

FLECHET, A. *Si tu vas à Rio*: La musique populaire brésilienne en France. Paris: Armand Colin, 2013.

FLECHET, A.; NAPOLITANO, M. Musique populaire et dictature militaire au Brésil: dynamiques contestataires et logiques de marché (1964-1985). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [S.l.], 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/68081>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GALFORD, E. *Verdens land og folk*. Oslo: Gyldendal norsk forlag, 1987.

GALM, E. A. *The berimbau: soul of Brazilian music*. Mississippi: University of Mississippi, 2010.

GENTILE, F. *Echi del fascismo nel Brasile di Gétulio Vargas (1930-1954)*. Nocera Inferiore: D'Amico, 2023.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: Mit, 2005.

GIENOW-HECHT, J. C.; DONFRIED, M. (ed.). *Searching for a cultural diplomacy*. New York: Berghahn, 2018.

GRIMALDI, A. *Brazil and the Transnational Human Rights Movement, 1964-1985*. London: Anthem, 2023.

HURLEY, A. W. From Documentation to Dialogue: On Bringing Brazilian Popular Music and Jazz to West Germany, KulturConfusão. *On German-Brazilian Interculturalities*, [S.l.], v. 19, p. 137-158, 2015.

KATH, E.; KNIJNIK, J. The End of Football and Fiesta? Social Insurrection and National Identity in Twenty-First-Century Brazil. *Globalizations*, [S.l.], v. 12, n. 6, p. 872-885, 2015.

LEU, L. *Brazilian Popular Music: Caetano Veloso and the Regeneration of Tradition*. Ashgate: Farnham, 2006.

MCGOWAN, C.; PESSANHA, R. *The Brazilian sound: samba, bossa nova, and the popular music of Brazil*. Philadelphia: Temple University, 2009.

MULHOLLAND, B. La sambafolket bli! *Dagbladet*, Oslo, p. 22, 5 jul. 1983.

NORHEIM, Ø. Norwegian music periodicals in past and present. *Fontes Artis Musicae*, [S.l.], v. 34, n. 2/3, p. 121-124, 1987.

NORUEGA. *A estratégia do Governo Norueguês para a cooperação entre Brasil e Noruega*: novas perspectivas sobre um relacionamento de longa data. Oslo: Ministério das Relações Exteriores da Noruega, 2011.

PAGANOTTI, I. Imagens e estereótipos do Brasil em reportagens de correspondentes internacionais. *Rumores*: Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-18, 2009.

PARANHOS, A. The invention of Brazil as the land of Samba: Sambistas and their social affirmation, in made in Brazil. ULHÔA, M. P.; AZEVEDO, C.; TROTTA, F. (ed.). *Studies in popular music*. New York: Routledge, 2015. p. 17-29.

RAMEL, F.; PRÉVOST-THOMAS, C. (ed.). *Music, International Relations and Diplomacy*: Sounds and Voices in the International Stage. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

RIBEIRO, E. T. *Diplomacia cultural*: seu papel na política externa brasileira. Brasília, DF: Alexandre de Gusmão, 1989.

SCHWARTZMAN, S. Den økonomiske og politiske situasjon i Brasil. *Pax Forlag*, Oslo, p. 11, 1965.

STROUD, S. *The defence of tradition in Brazilian popular music*. Politics, Culture and the Creation of Música Popular Brasileira. Burlington: Ashgate, 2008.

YOSHIOMI, S. *The global politics of jazz in the twentieth century*: Cultural diplomacy and "American Music". London: Routledge, 2020.

ZAMORANO, M. M. Reframing cultural diplomacy: The instrumentalization of Culture under the soft power theory. *Culture Unbound*, [S.l.], v. 8, p. 166-186, 2016.

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado<sup>1</sup>, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Políticas públicas e internacionalização do conhecimento**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 9 de dezembro de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*

---

Felipe Aragão de Freitas Carneiro



## DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Políticas públicas e internacionalização do conhecimento**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 9 de dezembro de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*

---

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

<sup>1</sup> Número do registro: 89.931.

## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.

14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação*: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno*: estudos e pesquisas no contexto da escola pública. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação*: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino*: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública*: desafios contemporâneos. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.

28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Ílele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.

45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.

60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego: estudo de caso*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entrelugares: Tecidos Sociopoéticos em Revista*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.

76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).

92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Calíope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino: semeando produções científicas parceiras*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).
102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Livia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De "mulher-maravilha" a "cidadão persi": professoras capulana do educar em direitos humanos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético: diálogos com Paulo Freire sempre!*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.

106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade: reflexões epistemológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação: memórias, imprensa e literatura*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).
117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.

120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas*: múltiplas experiências em educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes*: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Psicologia da educação*: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa*: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil*: uma pesquisa com Educadores Museais. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil*: uma pesquisa com Educadores Museais. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil*: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil*: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite*: biografia de uma educadora religiosa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.

133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-788-9 (E-book).
134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele: formação educacional e política*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (E-book).
135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-787-2 (E-book).
136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis: múltiplos atores, diversas abordagens*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (E-book).
137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.
138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.
139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidamor ambiental: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (E-book).
140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação e saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.
141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores: incertezas, desafios e lutas*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (E-book).
142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional: tecituras colaborativas na pós-graduação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (E-book).
143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (E-book).
144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.

145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.
146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior: bases, relatos e memórias da formação*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação em pedagogia: Experiências da universidade estadual do ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (E-book).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s): experiências e sentidos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (E-book).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação: teoria, prática e práxis*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (E-book).

157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 469 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (E-book).
159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Lucineide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade: desafios à ciência e aos recursos tecnológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN: 978-85-7826-858-9. (E-book).
160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (E-book).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-860-2. (E-book).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (E-book).
164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN: 978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEIROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras). *Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).
167. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-877-0.
168. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-878-7. (E-book).
169. ALVES, Maria Alda de Sousa; ANDRADE, Michely Peres de; OLIVEIRA, Anderson Souza (org.). *Narrativas e práticas de ensino em Ciências Sociais: diálogos com a pesquisa e a extensão*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 290 p. ISBN: 978-85-7826-883-1. (E-book).

170. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Mobile collaborative learning e a prática docente com o suporte de tecnologias móveis*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 312 p. ISBN: 978-85-7826-886-2. (E-book).
171. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Software educativo livre para o ensino de Geometria*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 228 p. ISBN: 978-85-7826-884-8. (E-book).
172. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-887-9.
173. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-885-5. (E-book).
174. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 P. ISBN: 978-85-7826-890-9. (E-book).
175. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lucia da Silva (org.). *Educação e educadoras na Paraíba do século XX: um balanço da produção acadêmica*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 257 p. ISBN: 978-85-7826-896-1. (E-book).
176. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Biografias e histórias da formação de mulheres educadoras*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 347 p. ISBN: 978-85-7826-894-7. (E-book).
177. XAVIER, Antônio Roberto; LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LIMA, Maria Vanda Guedes (org.). *Sociobiodiversidade, tecnologias sustentáveis e educação ambiental no contexto da lusofonia afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 327 p. ISBN: 978-85-7826-901-2. (E-book).
178. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Formação docente, práticas educativas (decoloniais) e avaliação: múltiplos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 375 p. ISBN: 978-85-7826-902-9. (E-book).
179. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira (org.). *Formação docente e (auto)biografias*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 393 p. ISBN: 978-85-7826-921-0. (E-book).
180. LOPES, Aline Siebra Fonteles; ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-913-5. (E-book).
181. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PATROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-937-1. (E-book).
182. Damasceno, Maria Nobre. *Emoções que invadem a alma: aprendendo com o mundo*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 152 p. ISBN: 978-85-7826-947-0.
183. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PA-

- TROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-940-1.
184. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-955-5.
185. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-953-1. (E-book).
186. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SILVA, Emanuel Freitas da (org.). *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 242 p. ISBN: 978-85-7826-957-9. (E-book).

**O** livro *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento* resulta de um trabalho coletivo dos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará voltado para o desenvolvimento de ações que contribuam para a ampliação do diálogo com pesquisadores estrangeiros e projetem a internacionalização do Programa.

O esforço conjunto dos autores, que também se converteu em sinergias e articulações, tornou possível a feitura deste livro. À vista disso, temos a alegria de compartilhar as reflexões empreendidas em torno das políticas públicas por pesquisadores residentes no Brasil, Espanha, Itália, Estados Unidos, Chile, Argentina e Portugal e convidar os leitores para apreciarem os textos aqui contemplados.

*Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão (Celso Furtado, 1984).*

